



**BALANÇO DAS ACCÇÕES DO GOVERNO
REALIZADAS NO ANO FINANCEIRO
DE 2019**

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

12 de Novembro de 2019

**BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO
REALIZADAS NO ANO FINANCEIRO
DE 2019**

**DEZ ANOS DE GOVERNAÇÃO
DA ESTABILIDADE PARA A CONTINUIDADE**

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Balanço das Acções do Governo realizadas no Ano
Financeiro de 2019 e Programa Orçamental para o Ano
Financeiro de 2020**

Índice

Introdução	7
Primeira Parte	
Balanço das Linhas de Acção Governativa de 2019 do Governo da RAEM	9
I. Aperfeiçoamento das políticas e medidas de melhoria da vida da população.....	10
II. Impulsionamento ordenado da construção urbana.....	14
III. Impulso ao desenvolvimento estável da economia.....	18
IV. Aprofundamento contínuo da cooperação regional.....	21
V. Reforço da capacidade da administração pública.....	23
Segunda Parte	
Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2020	25
Conclusão	29

Índice

Balanço das Acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano financeiro de 2019

—— Síntese ——

Área da Administração e Justiça.....	35
Área da Economia e Finanças	57
Área da Segurança.....	85
Área dos Assuntos Sociais e Cultura.....	103
Área de Transportes e Obras Públicas.....	131
Comissariado contra a Corrupção.....	161
Comissariado de Auditoria.....	167

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2020

—— Síntese ——

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2020 (Síntese)	173
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Balanço das Acções do Governo realizadas
no Ano Financeiro de 2019 e Programa
Orçamental para o Ano Financeiro de 2020**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Balanço das Acções do Governo realizadas no Ano Financeiro de 2019 e Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2020

**Chefe do Executivo CHUI SAI ON
12 de Novembro de 2019**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

De acordo com o disposto na Lei Básica, venho em representação do 4.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau submeter à apreciação desta Assembleia o balanço das acções do Governo realizadas no ano de 2019 e o programa orçamental para o ano financeiro de 2020.

Neste último ano, e apesar de Macau se ter debatido com um aumento de factores internos e externos de incerteza, com várias dificuldades e desafios complexos e com uma pressão descendente da economia, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) continuou a prosseguir as políticas orientadoras de «um País, dois sistemas» e «Macau governado pelas suas gentes» com alto grau de autonomia. Encarou os problemas e manteve uma conjuntura de crescimento através da estabilidade económico-social concretizando, assim, os objectivos da estabilidade do emprego e da estabilidade em geral definidos nas linhas de acção governativa. A taxa de desemprego manteve-se baixa, a qualidade de vida da população e a harmonia social melhoraram, e dinamizou-se a construção de infra-estruturas. A situação financeira da RAEM manteve-se sólida. Até finais de Setembro de 2019, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 148,89 mil milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 424,59 mil milhões de patacas. O saldo orçamental do ano financeiro de 2018 foi de 53,87 mil milhões de patacas,

e findo o processo de liquidação prevê-se que o montante global da reserva extraordinária atinja os 478,46 mil milhões de patacas, pelo que a reserva financeira contabilizará, assim, um montante global de 627,35 mil milhões de patacas, enquanto que a reserva cambial irá atingir 171,02 mil milhões de patacas. A execução do «Plano Quinquenal da RAEM» tem sido satisfatória, tendo sido de 90% a respectiva taxa de execução até ao terceiro trimestre de 2019. O lema de progredir mantendo a estabilidade socio-económica de Macau mantém-se inalterado.

Os trabalhos para a eleição do 5.º mandato do Chefe do Executivo foram concluídos com sucesso e estamos a cooperar plenamente no processo de constituição do novo Governo da RAEM. Acreditamos que a RAEM irá avançar com determinação rumo a uma nova era e em direcção a uma nova fase de desenvolvimento.

Primeira Parte

**Balanço das Linhas de Acção Governativa de 2019
do Governo da RAEM**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me apresentar o balanço das Linhas de Acção Governativa de 2019 do Governo da RAEM.

I. Aperfeiçoamento das políticas e medidas de melhoria da vida da população

O Governo da RAEM continua a defender os conceitos da acção governativa de desenvolvimento em prol da população e da partilha de resultados, designadamente através do aprofundamento da construção dos mecanismos eficientes de longo prazo do sistema de segurança social, da habitação, da assistência médica, da educação, da formação de talentos e da prevenção e redução de desastres, e tem vindo a otimizar progressivamente as políticas e medidas vocacionadas para a vida da população.

1 Maior estabilidade do sistema de segurança social

Consolidou-se o regime de segurança social de dois níveis. Em 2016, foram injectados 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social. Este ano, com a entrada em vigor da lei intitulada «Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social», 3% do saldo da execução do orçamento central da RAEM de cada ano económico findo, após atingir o valor da reserva básica, passou a constituir uma receita anual do orçamento privativo do Fundo de Segurança Social, o que constitui um importante suporte financeiro do funcionamento sustentável do regime da segurança social.

O regime da segurança social tem vindo a ser continuamente otimizado através do aumento e do alargamento do âmbito dos apoios, da adopção de políticas de curto, médio e longo prazo, em prol da população, e promovendo a justiça social.

Executámos os planos de médio e longo prazo no âmbito do apoio social e da prestação de serviços sociais, designadamente a nível da protecção dos idosos, dos serviços de reabilitação e dos serviços destinados às mulheres e crianças. Demos prosseguimento ao conceito de «juntos construir e partilhar os frutos do desenvolvimento», optimizámos diversas medidas gerais relacionadas com a população, designadamente o plano de participação pecuniária, a injeção de capitais nas contas individuais de previdência, o subsídio de nascimento, o programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, e a subvenção do pagamento das tarifas de água e energia eléctrica.

Foi criado o «Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais» no sentido de elevar a qualificação profissional dos assistentes sociais e garantir os direitos do utente dos serviços sociais.

2 Implementação com pragmatismo da construção de uma cidade com condições ideais de habitabilidade

Mantivemos a política de habitação pública «tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário». A revisão do «Regime jurídico da habitação social» está concluída e o respectivo mecanismo de candidatura encontra-se já definido. Durante cinco anos consecutivos, foi concedida a isenção de renda durante um ano aos arrendatários de habitação social que satisfizessem as condições exigidas, bem como foi atribuído o abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social. Em breve, serão abertas as candidaturas para a habitação económica.

Os Novos Aterros e os terrenos actualmente existentes estão a ser planeadamente utilizados para a construção de mais habitações, nomeadamente de habitações públicas, e para a construção de instalações públicas. As obras de aterro das Zonas A e E1 dos Novos Aterros encontram-se concluídas, e os projectos de 4 lotes destinados à habitação económica e de um lote à habitação social da primeira fase da Zona A estão em fase de concepção; as obras da Habitação Social de Mong-Há foram retomadas; o estudo das obras de construção de habitação pública na Avenida Wai Long na Taipa já está concluído e em breve terão início as respectivas obras de nivelamento.

Empenhámo-nos na recuperação de terrenos desaproveitados e no aumento da reserva de terrenos. Até Setembro de 2019, foram declaradas as caducidades das concessões de 77 parcelas de terreno, com uma área total superior a 670 mil m² e 23 parcelas de terrenos, com uma área superior a 230 mil m², já foram definitivamente recuperadas.

O futuro desenvolvimento urbano é definido a partir de uma macro visão com princípios de construção, conceitos, sistema de valores, e com configuração funcional e orientação geral das construções. A elaboração da proposta preliminar da lei do planeamento urbanístico foi impulsionada em prol da construção de um belo lar para Macau.

Foi constituída a empresa Macau Renovação Urbana, S.A., com vista a promover os trabalhos relativos à renovação urbana e a iniciar, nos termos da lei, o registo dos candidatos qualificados para a compra de habitação para troca. Está a decorrer a consulta pública sobre o Regime jurídico da renovação urbana de Macau, de modo a auscultar a opinião pública sobre as questões importantes nesta matéria, tais como a percentagem dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução predial.

Promoveu-se o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário, e este ano foi ajustada a taxa da contribuição predial urbana dos prédios arrendados, de modo a aumentar a oferta no mercado de arrendamento de imóveis.

3 Implementação da estratégia de desenvolvimento «Promover a prosperidade de Macau através da educação» e «Construir Macau através da formação de talentos»

«A Educação é a base para um plano de cem anos». A educação é fundamental para elevar a qualidade dos cidadãos e aprofundar os seus valores humanísticos, e uma garantia importante para o desenvolvimento sustentável de Macau.

No âmbito do ensino não superior, para além da optimização do regime da escolaridade gratuita de 15 anos, continuámos a aumentar o financiamento educativo e os subsídios nos diferentes níveis de ensino, nos termos definidos na política de financiamento educativo. Desde o início deste ano que o «Quadro curricular» e as «Exigências das competências académicas básicas» estão implementadas em todos os níveis de ensino da educação regular em Macau, estando assim consolidadas as bases para o aumento da qualidade de ensino nas escolas.

Desde 2003 que o Governo da RAEM participa no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e os resultados obtidos têm vindo a melhorar. De entre os estudantes dos 72 países/economias que participaram no programa PISA 2015, os estudantes de Macau posicionaram-se no 3.º lugar em literacia em matemática; em 6.º lugar na literacia científica e no 12.º lugar na literacia em leitura. Macau foi considerado como um dos cinco países/economias participantes que apresentavam sistemas educativos com níveis de qualidade e equidade educativa mais elevados. Por outro lado, nos últimos anos os estudantes de Macau participantes em competições nacionais e no estrangeiro, ganharam vários prémios e obtiveram bons resultados, o que é demonstrativo da elevação do nível da qualidade do ensino.

Reforçou-se a generalização do ensino científico no âmbito da educação para promover junto dos estudantes o conceito de inovação. Concluiu-se a avaliação especializada do ensino de tecnologias de informação e comunicação, tendo-se impulsionado o desenvolvimento dos respectivos cursos. Foi acelerado o processo legislativo do «Regime educativo especial», aumentando-se os recursos financeiros e humanos neste âmbito. Empenhámo-nos na criação de uma sociedade dedicada à aprendizagem e concluímos este ano a 3.ª fase do «Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo».

Em 2014, ficou construído o novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, o que constituiu um novo marco no desenvolvimento do ensino superior de Macau. Reforçou-se o sistema educativo através da conclusão ordenada da revisão dos estatutos das instituições superiores, da concretização do ajustamento da estrutura orgânica e das competências dos serviços do ensino superior. Optimizaram-se os projectos de financiamento do Fundo do Ensino Superior, e foram potenciadas as funções do Conselho do Ensino Superior. Reforçou-se o apoio aos docentes e investigadores das instituições superiores no âmbito do desenvolvimento profissional e promoveu-se o desenvolvimento conjunto das áreas de produção, estudo e investigação.

Promoveu-se a estratégia de «Construir Macau através da formação de talentos». Os talentos constituem um importante recurso e uma base essencial para o desenvolvimento da sociedade, pois a diversificação e a qualificação de talentos contribuem para a concretização da diversificação adequada de economia e para o reforço da competitividade profissional.

Em 2014 foi também criada a Comissão de Desenvolvimento de Talentos, com vista a uma melhor coordenação no âmbito da formação de talentos. O «Plano de Acção

Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau» tem vindo a ser concretizado ordenadamente. Empenhámo-nos na criação da «Base de formação de quadros bilingues de Chinês e Português» e foram impulsionados os «Financiamentos especiais para formação de quadros qualificados bilingues em Chinês e Português». Deu-se início aos estudos da procura e oferta de motoristas profissionais, da tendência do envelhecimento da população de Macau e das tendências da mobilidade e da competitividade dos recursos humanos, de modo a aprofundar o conhecimento sobre os recursos humanos e as necessidades de talentos em Macau.

4 Coordenação eficiente dos trabalhos na área da juventude, promoção do valor fundamental do «Amor à Pátria e a Macau»

A juventude não só constitui uma força importante para a construção do nosso lar, Macau, como também é participante e testemunha da materialização do sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa. O Governo dá a maior atenção às necessidades concretas e ao desenvolvimento da juventude a longo prazo, estando disponível para a ouvir e empenhado na criação de condições vantajosas em prol do seu crescimento, competências e sucesso.

A realização da actividade «Caminhar juntos para uma nova era», em que pela primeira vez participaram 500 jovens talentosos, divididos em 5 grupos e liderados pelo Chefe do Executivo e pelos Secretários nas visitas a cinco províncias, designadamente Hebei, Guizhou, Jiangsu, Guangdong e Hunan, visou o aprofundamento do conhecimento dos jovens sobre a história contemporânea da Pátria e o estreitamento da proximidade entre os jovens e a Pátria.

A segunda fase do «Programa Mil Talentos» arrancou com sucesso. Realizaram-se várias actividades relacionadas com a construção da Grande Baía, de modo a alargar as possibilidades de desenvolvimento dos jovens e elevar as suas competências gerais. Com o programa de visitas de aprendizagem à China Interior e com o programa de jovens dedicados ao combate à pobreza, entre outros, visa-se aprofundar o conhecimento dos jovens sobre o desenvolvimento da Pátria.

Este ano, o Governo realizou cerca de 800 actividades vocacionadas para a juventude, tais como visitas, intercâmbios e entrevistas, incluindo ainda 70 sessões de diálogo entre os Secretários, directores e jovens, de modo a construir pontes de comunicação e intercâmbio entre os dirigentes e os jovens.

5 Reforço da construção de uma cidade saudável

A política de «tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção» reforça a construção de uma cidade saudável e eleva o nível de saúde dos residentes. Na premissa da optimização do sistema de serviço de consultas externas de cuidados de saúde primários, reforçou-se o investimento de recursos, a cooperação e a complementaridade com instituições sem fins lucrativos e clínicas privadas, de modo a fornecer um serviço de saúde mais adequado aos residentes.

Criou-se a Academia Médica de Macau, e foi acelerada a revisão do «Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde», no sentido de elevar continuamente o nível da assistência médica. Foi lançado o «Programa Piloto de Prótese Dentária para Idosos», o que demonstra a atenção crescente dada aos idosos.

Reforçou-se a capacidade de resposta a situações de emergência na área da saúde pública, intensificaram-se as medidas e os planos de contingência e a criação de equipas de trabalho, optimizaram-se as notificações dos Serviços de Saúde e o mecanismo de vigilância de doenças, bem como consolidou-se a capacidade sinérgica de resposta a emergências a nível regional. A equipa médica de Macau foi aprovada e recebeu a acreditação como Equipa Internacional de Emergência Médica da Organização Mundial da Saúde de Nível I.

O início das obras de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas está previsto para o quarto trimestre deste ano, e as obras do Instituto de Enfermagem estarão concluídas ainda este ano. O Hospital de Reabilitação de Ká-Hó já se encontra em funcionamento. Os centros de saúde da Rua da Praia do Manduco e de Seac Pai Van estão a ser construídos de forma ordenada.

Temos dado uma resposta activa à nova procura de serviços médicos transfronteiriços. Construiu-se um posto de saúde na Ilha de Hengqin para prestar serviços aos residentes de Macau que aí residem. Desde Julho do corrente ano que incentivamos os residentes de Macau, com residência em Hengqin e portadores da autorização de residência no Interior da China, a participarem no programa de seguro básico de saúde da Cidade de Zhuhai; o seguro das crianças, dos estudantes do ensino primário e secundário e dos idosos, que satisfaçam os critérios exigidos, é totalmente subsidiado.

Promoveu-se o desenvolvimento paralelo do Desporto para Todos e do Desporto de alta competição; optimizaram-se e construíram-se instalações desportivas; o Centro de Formação e Estágio de Atletas entrará brevemente em funcionamento, com vista a proporcionar um espaço de mais qualidade para a prática do desporto. Nos últimos anos, os atletas de Macau que participaram em grandes eventos desportivos de nível internacional obtiveram bons resultados em várias modalidades, o que é demonstrativo da contínua elevação do nível do desporto de alta competição. As zonas de lazer têm vindo a ser continuamente melhoradas através do aumento de espaços de diversão para crianças, e está em curso a construção faseada da zona de lazer da marginal da Taipa e da ciclovia.

II. Impulsionamento ordenado da construção urbana

1 Construção da cidade segura, aumento da capacidade de resposta

O Governo tem implementado o conceito de «ter por base a população», que assenta nos interesses dos residentes em geral, e tem sido promovida a criação de uma cidade segura e salvaguardada a segurança nacional e a estabilidade regional.

O Governo tem vindo a reforçar os regimes e mecanismos e a desenvolver o seu sistema legal. Foi criada a «Comissão de Defesa da Segurança do Estado»; foi mais uma vez organizada, com sucesso, em conjunto com o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, a «Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional», destinada a dar a conhecer aos residentes os trabalhos relativos à edificação do estado de direito e os resultados dos trabalhos no âmbito da protecção da segurança nacional, realizados pela Pátria e por Macau.

Para aumentar a eficiência e a capacidade da execução da lei, continuámos a promover o reforço policial com recurso à tecnologia e a cooperação entre a polícia e a população, para a construção de uma comunidade segura. Intensificou-se o combate à criminalidade através da prevenção da prática de diversos crimes, e, de uma forma geral, a segurança e a estabilidade estão asseguradas. A «Lei da cibersegurança» foi publicada em Junho do ano corrente, e a proposta de «Lei de bases de protecção civil» já foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa.

Empenhámo-nos em elevar o nível de prevenção e redução de desastres. Os trabalhos de revisão dos planos de emergência dos serviços encontram-se já concluídos e as funções dos subsistemas da «Plataforma de Comando para resposta de emergências» estão a ser continuamente optimizadas. Actualmente, existem em Macau 17 centros de abrigo, 4 locais de concentração e locais para evacuação de emergência, aperfeiçoando-se assim e cada vez mais o mecanismo de emergência e protecção.

Com vista à melhoria da situação de inundações das zonas baixas do Porto Interior, já se teve início a «Obra de colocação de box-culvert da estação elevatória de águas pluviais do Porto Interior», e já está concluída a instalação de válvulas na parede da barragem; as obras da barragem do Porto Interior estão a ser iniciadas de forma ordenada e a primeira fase da avaliação ambiental do estudo da viabilidade do planeamento geral já foi divulgada.

Para garantir a segurança no fornecimento de electricidade e água, o Governo empenhou-se na construção da terceira interligação de transmissão eléctrica Guangdong-Macau e já estão instalados mais de 60% dos cabos eléctricos; optimizaram-se as subestações de abastecimento de energia e as instalações de fornecimento de energia das zonas baixas; a quarta conduta de abastecimento de água de Zhuhai a Macau entrou em funcionamento; acelerou-se a construção da estação de tratamento de águas de Seac Pai Van e também já se iniciaram as obras de ampliação da barragem de Ká Hó.

O «Plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)», já publicado, está a ser implementado, tendo sido definidos 37 indicadores prospectivos e compulsórios, de modo a elevar o sistema de gestão e a capacidade geral de resposta a situações de emergência e a garantir com eficácia a protecção dos bens e da vida dos residentes.

2 Promoção da inovação tecnológica e desenvolvimento de Macau através da tecnologia

Sob o conceito de «desenvolver Macau através da tecnologia» e mediante a determinação de linhas orientadoras, do caminho e das áreas prioritárias de desenvolvimento tecnológico, acelerou-se a promoção da diversificação adequada da economia, tendo por base e como orientação a inovação tecnológica, de modo a integrar Macau no desenvolvimento nacional.

Nos termos das «Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau», temos vindo a ultimar os preparativos da estratégia delineada de construção do Centro Internacional de Inovação Tecnológica e do «Corredor de Inovação Tecnológica Cantão-Shenzhen-Hong Kong-Macau». Em articulação com a estratégia nacional de inovação tecnológica foi criado, no âmbito da Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o «Grupo Especializado para o Desenvolvimento da Inovação, da Tecnologia e da Cidade Inteligente», que organiza e coordena os trabalhos no âmbito da inovação, tecnologia e cidade inteligente.

Com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia do País, foi elaborado o «Relatório de Estudo Estratégico sobre o Desenvolvimento da Inovação Tecnológica de Macau», tendo sido definidas as linhas orientadoras do desenvolvimento da inovação e tecnologia de Macau. Em conjunto com a Administração Espacial Nacional, o projecto de lançamento do primeiro satélite científico de Macau já arrancou, introduzindo, deste modo, um modelo inovador de cooperação na área da investigação científica entre a RAEM e o Interior da China e a nível internacional. Neste âmbito, optimizou-se e aumentou-se o apoio financeiro e elevou-se não só o apoio aos quatro Laboratórios de Referência do Estado como a capacidade educativa e de investigação científica de outras instituições académicas.

O Centro de Computação em Nuvem do Governo entrou oficialmente em funcionamento, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de uma cidade inteligente mais segura e estável. A primeira fase de instalação de postes inteligentes está concluída, e estão a ser realizados os respectivos testes. Promoveu-se o trabalho legislativo do «Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações» e deu-se início aos preparativos do estabelecimento da rede 5G; foi dado um grande impulso ao pagamento móvel, e nos primeiros três trimestres do corrente ano registou-se um aumento significativo das transacções, cerca de 6,4 vezes superior ao registado no ano transacto.

No âmbito da implementação do Governo Inteligente, foi lançada a «Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM» e a respectiva aplicação para telemóvel, dando-se, assim, continuidade à optimização e digitalização dos procedimentos de prestação de serviços públicos. O desenvolvimento do turismo inteligente foi optimizado, recorrendo a várias tecnologias destinadas a aumentar a precisão das estatísticas e das previsões imediatas sobre o fluxo de pessoas, com vista a elevar a eficácia da gestão turística. Foram proporcionados mais serviços de saúde inteligente e encontra-se em desenvolvimento o sistema para a segunda fase do Programa eHR. Impulsionou-se o trânsito inteligente, com recurso a tecnologias avançadas de software e hardware que

permitem elevar a sua eficiência. Reforçaram-se as acções de coordenação e colaboração para o desenvolvimento de uma cidade inteligente com técnicas integradas de computação em nuvem, megadados, inteligência artificial e Internet das coisas.

3 Gestão integrada do trânsito e construção de uma cidade com condições ideais de circulação

Tendo em conta a importância da necessidade de atenuação dos problemas causados pelo trânsito, adoptaram-se métodos diversificados que permitam criar um ambiente de mobilidade conveniente, ecológico e de alta eficiência para os cidadãos.

Reforçou-se a regulamentação e a gestão das companhias de autocarros, tendo as carreiras dos autocarros e a distribuição das paragens dos autocarros sido melhoradas, e optimizou-se o sistema de informação e localização dos autocarros; o «Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer» foi revisto e entrou em vigor em Junho do corrente ano, registando já resultados notáveis, com uma diminuição significativa do número de infracções por parte dos taxistas; aumentou-se o número de táxis, estando previsto que até finais do ano corrente se chegue aos 1.800 táxis, o que representa um aumento de 84% em comparação com os 980 táxis existentes em 2010.

Com a elaboração da «Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro» e com a constituição da Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A. estão criadas as condições para o funcionamento e desenvolvimento do sistema de transporte do metro ligeiro. A linha da Taipa do Metro Ligeiro entrará brevemente em funcionamento e as obras de construção da Estação da Barra estão a ser aceleradas, em articulação com as linhas da Taipa e da Península de Macau e o respectivo Centro Modal de Transportes.

O ambiente pedonal tem vindo a ser continuamente optimizado e o troço da passagem aérea junto do Estádio da Taipa entrará em funcionamento simultâneo com o Metro Ligeiro. Impulsionaram-se também os trabalhos de concepção e construção de vários sistemas pedonais.

Foi implementado o «Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau», que visa o aceleração da ampliação do aeroporto. Criou-se uma nova ligação de transporte transfronteiriço de passageiros entre a Taipa e Humen.

4 Aperfeiçoamento das medidas de protecção ambiental e promoção do desenvolvimento ecológico

Aprofundou-se o ensino sobre a ecologia, promoveu-se o modelo de vida ecológica e reforçou-se a sensibilização ambiental junto dos residentes, com vista a concretizar o desenvolvimento harmonioso entre o Homem e a Natureza.

No âmbito da implementação do «Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020», foram definidas estratégias de controlo das fontes de poluição sonora e promovido o uso de gás natural e de veículos eléctricos amigos do ambiente, no sentido

de controlar, com eficácia, a intensidade das emissões de dióxido de carbono e, ainda, de garantir que os indicadores de PM_{2,5} de Macau estejam em conformidade com os parâmetros definidos pela Organização Mundial de Saúde.

Aumentou-se a plantação de árvores para fins de arborização urbana, criaram-se mais espaços verdes e de lazer, reforçou-se a protecção das zonas húmidas do mangal e alargaram-se os espaços arborizados com árvores do mangal ao longo do litoral.

Reforçou-se a promoção da «redução de resíduos a partir da fonte». Tendo em conta o impacto negativo do uso de sacos de plástico no ambiente, a lei sobre «Restrições ao fornecimento de sacos de plástico» entrará brevemente em vigor. Iniciaram-se os preparativos da construção das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares; impulsionaram-se os trabalhos relativos à ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e iniciaram-se as obras de optimização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau; a título experimental, teve início o envio de veículos abatidos de Macau para o Interior da China, para tratamento.

5 Desenvolvimento multicultural e promoção da harmonia entre as comunidades

Empenhámo-nos na valorização das vantagens culturais específicas de Macau, na divulgação da cultura tradicional chinesa de excelência e na criação de uma base de intercâmbio e cooperação, caracterizada pela predominância da cultura chinesa e pela coexistência de culturas.

Continuou-se a aprofundar a sensibilização para a importância da herança cultural; melhorou-se continuamente a localização das instalações culturais e turísticas, e a Biblioteca de Seac Pai Van, a Casa Memorial de Xian Xing Hai, entre outras, entraram em funcionamento. Considerando as exigências culturais da população, temos vindo a integrar actividades culturais na vida quotidiana. Realizaram-se eventos culturais, como a «Arte Macau», com o objectivo de demonstrar as características culturais específicas de Macau.

Empenhámo-nos na salvaguarda da convivência harmoniosa entre as comunidades, com um pleno aproveitamento do dinamismo dos macaenses e dos portugueses residentes em Macau, consolidando e salientando o papel de Macau como ponte e elo de ligação cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Realizou-se este ano, com sucesso, o 2.º «Encontro em Macau – Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa», que promove o entendimento entre os povos da China e dos Países de Língua Portuguesa situados ao longo do percurso de «Uma Faixa, Uma Rota».

III. Impulso ao desenvolvimento estável da economia

Tendo como objectivo principal o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida da população e de acordo com a orientação de elevar a qualidade do próprio desenvolvimento e de reforçar a cooperação regional, o Governo tem-se empenhado na manutenção do desenvolvimento económico sustentável, da harmonia e da estabilidade social de Macau.

1 Manutenção do desenvolvimento saudável do sector predominante

Persistindo nos princípios de dimensão adequada, regulamentação, gestão e crescimento saudável, temos vindo a promover o desenvolvimento ordenado da indústria do jogo. Foram prorrogados, por mais dois anos, os prazos de dois contratos de concessão e subconcessão da exploração do jogo, com vista a uniformizar a data do termo do prazo das concessões até ao ano de 2022, criando deste modo condições para o sucesso dos trabalhos da próxima fase.

O sistema jurídico foi aperfeiçoado, tendo o número de mesas de jogo sido rigorosamente controlado, e reforçada a fiscalização das operadoras e dos promotores do jogo. As operadoras do jogo têm vindo a ser incentivadas a explorar mais elementos para além do jogo, no sentido de promover o desenvolvimento conjunto de elementos do jogo e de não relacionados com o jogo. Promoveu-se o jogo responsável e regulamentou-se o cumprimento das responsabilidades sociais por parte das operadoras.

Promoveu-se um modelo de desenvolvimento turístico que tem o turismo de lazer como eixo principal de desenvolvimento, com pleno aproveitamento dos resorts integrados, entretenimento e festivais de nível internacional, e aprofundou-se o desenvolvimento de Macau enquanto Cidade Criativa de Gastronomia. Empenhámo-nos na divulgação da riqueza histórico-cultural de Macau, dando a conhecer o conteúdo cultural e turístico específico de Macau e orientando os turistas para uma visita turística aprofundada. Empenhámo-nos, também, na exploração de novas rotas marítimas com o pleno aproveitamento das instalações do terminal marítimo, lançando rotas como o «Passeio Marítimo em Macau».

2 Fomento do crescimento de indústrias diversificadas

Continuamos empenhados no fomento do crescimento dos sectores de convenções e exposições, das indústrias culturais e criativas, da medicina tradicional chinesa e do sector financeiro com características próprias de Macau, através de políticas de apoio e investimento de recursos.

Foram aperfeiçoadas as políticas e medidas de apoio ao sector de convenções e exposições e definida a orientação de desenvolvimento com «prioridade dada às convenções». Deu-se continuidade à organização de várias grandes convenções e exposições, com a introdução de maiores projectos de qualidade para Macau, tendo sido também organizada a participação em convenções e exposições internacionais e regionais, com vista ao desenvolvimento qualitativo deste sector.

Deu-se um forte impulso ao desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau. A plataforma para a integração entre a produção, educação e investigação já está em pleno funcionamento, e o modelo de divulgação internacional, a «introdução de medicamentos através de tratamentos médicos», em que Macau assume o papel de plataforma, está a ser divulgado com resultados notáveis. Foi criada a base de incubação, com funções

de investigação das empresas, sede e comércio, contando com um registo total de 159 empresas e com a celebração de contratos para a instalação de 76 empresas, das quais 39 são de Macau, criadas através da incubação pelo Parque. Por outro lado, o Parque foi seleccionado como unidade prioritária da «incubadora estatal». Relativamente ao projecto exemplar no âmbito da indústria da saúde, que é um dos suportes da «tecnologia para a produção, educação e investigação» e da «transformação e aplicação de produtos», a sua construção e os trabalhos preparatórios para a entrada em funcionamento estão a decorrer a bom ritmo, e em finais deste ano entrar-se-á na fase de conclusão e vistoria.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, tendo sido criado, em 2013, o Fundo das Indústrias Culturais, e lançado, no ano transacto, o «Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários», que visa associar a criatividade cultural ao desenvolvimento dos bairros comunitários. Proporcionaram-se às empresas culturais e criativas mais espaços de trabalho, formação empresarial, apoio na participação de exposições e bolsas de contacto, entre outros serviços de apoio, de modo a promover o desenvolvimento deste sector.

No que respeita à promoção do crescimento do sistema financeiro com características próprias, promoveu-se a instalação em Macau de grandes empresas de locação financeira e a construção do «Centro de Compensação em RMB para os Países de Língua Portuguesa», de modo a prestar serviços financeiros às empresas e a incentivar projectos nas áreas do comércio e investimento dos Países de Língua Portuguesa e dos países e regiões abrangidos pela iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota». Foram emitidos, pela primeira vez, títulos de dívidas do Estado em Macau, optimizou-se a articulação entre as infra-estruturas financeiras da Grande Baía e promoveu-se a construção da «Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa».

3 Auxílio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas

As pequenas e médias empresas representam mais de 90% do número total das empresas de Macau. O Governo tem dado a maior atenção ao desenvolvimento sustentável destas empresas, mantendo-se firme no princípio da conjugação da prestação de apoio e de formação, melhorando continuamente as várias medidas de apoio financeiro e administrativo, com vista a apoiar a inovação e o desenvolvimento destas empresas.

Continuámos a promover a melhoria do ambiente da comunidade empresarial e a optimização do regime da concessão de licenças, em vigor. Foram promovidas a aplicação das tecnologias de informação para as pequenas e médias empresas, a intensificação da cooperação com o sector empresarial do comércio electrónico do Interior da China e a exploração do mercado desta área nos países da língua portuguesa. Deu-se continuidade ao impulsionamento do «Plano de apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau», com o objectivo de elevar a sua competitividade.

Foram lançados, pela primeira vez, o «Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas», o «Plano de apoio financeiro a conceder

no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas» e o «Regime do Seguro de Créditos para a Importação, Exportação e Trânsito de Mercadorias», fornecendo às pequenas e médias empresas mais coberturas de seguro. Foi acelerado o tratamento dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes apresentados pelas pequenas e médias empresas, para aliviar a pressão da escassez de recursos humanos.

Foi promovida a nova fase de captação de investimento para o Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin, com vista a proporcionar um maior desenvolvimento para as empresas de Macau.

4 Garantia dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores residentes

Um dos pontos fulcrais da acção governativa é a garantia da prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, que assenta na defesa do princípio de que a contratação de trabalhadores não residentes apenas visa colmatar a insuficiência de trabalhadores locais, pelo que durante os 3.º e 4.º governos cumprimos a promessa de não importação de croupiers não residentes.

Foi impulsionado o avanço do processo legislativo de alteração da «Lei das Relações de Trabalho», e foram apresentadas sugestões sobre a criação da licença de paternidade remunerada, a actualização da licença de maternidade remunerada e a introdução de meios de tratamento quando os dias de descanso semanal coincidem com feriados. Foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada «Salário mínimo para os trabalhadores».

Reforçámos a formação profissional diversificada e específica e a colocação profissional, e, tendo em consideração a ratio entre a oferta e a procura de emprego, aumentámos a empregabilidade e a competitividade dos residentes. Reforçámos os mecanismos de gestão dos trabalhadores não residentes, demos continuidade à fiscalização da situação da contratação de trabalhadores pelas empresas, aumentámos a transparência do processo de autorização da importação de trabalhadores não residentes e empenhámo-nos no combate às actividades de trabalho ilegal.

IV. Aprofundamento contínuo da cooperação regional

Com base no princípio «atender às necessidades do País e potencializar as vantagens de Macau», foi desenvolvida uma nova cooperação regional que potencia o aproveitamento das políticas preferenciais concedidas pelo Estado, para alcançar a complementaridade mútua de vantagens e aumentar a competitividade geral da Cidade.

Para uma melhor articulação com as «Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau», o Governo da RAEM elaborou um anexo ao primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da RAEM, que integra a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no plano quinquenal

de desenvolvimento, com o objectivo de implementar a articulação com o plano geral do Estado e delinear em pormenor os respectivos trabalhos nas acções governativas do corrente ano. O Fórum Internacional da «Missão Cultural da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau» foi realizado com sucesso. Além disso, os Governos de Guangdong, de Hong Kong e da RAEM organizaram conjunta e sucessivamente em Macau, em Hong Kong e no Japão, a «Sessão de Divulgação sobre as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau» e a «Sessão de Promoção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau».

Foi implementada, de forma ordenada, uma série de projectos de cooperação Guangdong-Macau. De acordo com a organização das principais acções anuais constantes do «Acordo – Quadro de Cooperação Guangdong – Macau», foi reforçada a cooperação nas áreas da construção de infra-estruturas transfronteiriças e de facilidades alfandegárias, a promoção da cooperação da indústria de serviços modernos, a cooperação para a construção de um círculo de excelente qualidade de vida, e a promoção do intercâmbio no âmbito da educação e juventude. A Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau entrou em funcionamento. As obras de construção do novo acesso Guangdong-Macau estão a ser aceleradas e iniciou-se o exercício de jurisdição sobre o posto fronteiriço de Hengqin (posto de Macau e adjacências). Foi promovida a construção, em Hengqin, da zona de cooperação especial Guangdong-Macau e continuar-se-á a promover a cooperação com Shenzhen, Cantão, Zhongshan e Jiangmen.

Foi intensificada a promoção da cooperação com as zonas de Beijing, de Tianjin, da Província de Hebei, da região económica do Rio Yangtze e das regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, tendo sido criado um mecanismo de cooperação com Xangai. Foi impulsionado, de forma ordenada, o avanço dos trabalhos de planeamento do Parque de cooperação Jiangsu-Macau. Foi promovida a cooperação entre as províncias-irmãs do Pan-Delta do Rio das Pérolas e as regiões da União Europeia, designadamente nos domínios da protecção ambiental e das indústrias de infra-estruturas. Apoiámos a Província de Guizhou na luta contra a pobreza. Iniciou-se a cooperação com a Província de Jilin, que visa o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa.

Foi intensificado o intercâmbio e a cooperação com Hong Kong, através do mecanismo de cooperação Hong Kong-Macau e potenciou-se o papel da Delegação Económica e Cultural de Macau, em Taiwan.

No âmbito da participação e apoio à construção de «Uma Faixa, Uma Rota», foram desenvolvidas plenamente as vantagens específicas de Macau e reforçado o planeamento e a coordenação, em articulação com a construção da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau. Participámos na segunda edição do Fórum para a cooperação internacional «Uma Faixa, Uma Rota» do Estado e na segunda edição da Exposição de Importação Internacional realizada em Xangai e aprofundámos os trabalhos para a geminação de cidades com os países localizados ao longo do percurso de «Uma Faixa, Uma Rota».

A «Cimeira sobre a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau, apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas 2019» foi realizada com sucesso. O Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa entrará em funcionamento ainda este ano, contribuindo para uma nova dinâmica na construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

V. Reforço da capacidade da administração pública

O processo de desenvolvimento na nova era e as expectativas da população exigem do Governo uma elevação da capacidade e do nível das acções de governação. Por essa razão, e para fazer face aos problemas encontrados no funcionamento da Administração, foi adoptado um conjunto de medidas reformistas para reforçar a eficácia do funcionamento administrativo.

Em 2010, foi criado o Gabinete do Porta-voz do Governo e o mecanismo do porta-voz para a comunicação social, o que contribuiu eficazmente para a transparência da governação. Em 2011, foram publicadas as «Normas para a Consulta de Políticas Públicas», que vieram melhorar a auscultação das opiniões dos cidadãos e que permitem uma maior eficácia das consultas. A partir de 2015, iniciou-se o processo de reorganização da estrutura orgânica do Governo, e através da criação, reestruturação ou extinção de serviços optimizou-se a estrutura orgânica e o sistema dos organismos consultivos.

O regime da função pública tem vindo a ser aperfeiçoado e a formação dos trabalhadores dos serviços públicos a ser reforçada, com vista a melhorar a capacidade de governação e o nível da prestação dos serviços. As medidas de apoio aos trabalhadores dos serviços públicos, designadamente ao nível dos cuidados, regalias e aconselhamento psicológico, têm vindo a ser continuamente aperfeiçoadas. Foi criado o Centro de Actividades para os Trabalhadores dos Serviços Públicos, aumentando o espaço para as actividades de lazer e de aprendizagem pós-laboral dos trabalhadores dos serviços públicos.

Este ano foram criados o Instituto para os Assuntos Municipais, tendo sido ampliada a cobertura da rede dos serviços comunitários, e o novo Centro de Serviços da RAEM das Ilhas, e foi implementado de forma generalizada o modelo de «Balcão Único».

Empenhámo-nos no cumprimento da Constituição da Pátria e da Lei Básica da RAEM. Com a entrada em vigor do regulamento administrativo relativo à utilização das Bandeiras e Emblemas Nacionais e Regionais e à execução instrumental e vocal do Hino Nacional, a dignidade do País ficou eficazmente salvaguardada.

Foram reforçados os trabalhos de construção do sistema jurídico de Macau. Foi criado e aperfeiçoado um mecanismo de coordenação da produção legislativa, com vista a acelerar o processo legislativo em áreas específicas, dando-se prioridade à área relacionada com a vida da população.

Com o apoio e os poderes delegados pelo Governo Popular Central, o Governo promoveu a cooperação no âmbito do direito internacional e desenvolveu várias acções de negociação sobre acordos de auxílio judiciário internacional, tendo sido assinados os acordos relativos à Entrega de Infractores em Fuga com Portugal e com a Coreia.

O mecanismo do intercâmbio em matéria jurídica e cooperação judiciária entre Macau e Guangdong e Hong Kong foi aperfeiçoado, com vista a estabelecer uma base jurídica para uma cooperação integral na Grande Baía. Promoveu-se a cooperação entre as instituições de arbitragem de Guangdong, Hong Kong e Macau e apostou-se na formação de árbitros locais.

Foi prestado um grande apoio na dotação de instalações e equipamentos de software e hardware destinados aos órgãos judiciais, tendo sido optimizado o mecanismo de formação dos oficiais de justiça e organizadas acções de formação contínua para os magistrados, de acordo com o plano definido.

O Comissariado contra a Corrupção continuou a pautar o seu trabalho pela defesa da legalidade, e, adoptando o princípio da igual valorização do combate e da prevenção da corrupção, lutou, com toda a firmeza, contra a corrupção nos serviços públicos e nas entidades privadas, dando prioridade à fiscalização do funcionamento dos serviços públicos. O desenvolvimento, o intercâmbio e a cooperação internacional e regional foram intensificados e organizaram-se acções de sensibilização sobre a integridade, que contaram com a sinergia de todas as partes envolvidas com vista à construção de uma sociedade íntegra.

O Comissariado de Auditoria procedeu à auditoria do desempenho dos serviços públicos na execução das políticas definidas, apelando ao sentido de seriedade dos serviços públicos. Para melhorar a qualidade geral da equipa de auditoria foi intensificado o intercâmbio profissional. Lançou-se o Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos, para uso dos serviços públicos, e intensificou-se a divulgação do conceito da boa aplicação dos recursos públicos.

Segunda Parte

Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2020

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me, em seguida, fazer uma breve apresentação do programa orçamental para o ano financeiro de 2020.

Nas conversações mantidas com o Chefe do Executivo do 5.º Governo, Senhor Ho Iat Seng, chegámos a um consenso relativamente ao programa orçamental para o ano financeiro de 2020. Considerámos que, não obstante competir ao próximo Governo a elaboração do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020, caberia ao actual Governo elaborar o programa orçamental para o próximo ano financeiro, em conformidade com as disposições da Lei Básica de Macau e da Lei do Enquadramento Orçamental, de forma a garantir a estabilidade e o desenvolvimento da RAEM e a manter o normal funcionamento dos serviços públicos.

Permitam-me, assim, apresentar hoje o programa orçamental para o próximo ano financeiro, que inclui designadamente as despesas administrativas necessárias ao normal funcionamento dos serviços públicos, o pagamento das despesas que o Governo assumiu para o próximo ano, a dotação financeira para as obras a realizar no primeiro trimestre do próximo ano e que contempla também a manutenção das medidas de redução e isenção de impostos e de despesas que têm vindo a ser adoptadas nos últimos anos.

Serão mantidas as medidas de redução e isenção fiscal favoráveis aos residentes, adoptadas em 2019, nomeadamente a diminuição de 30% do imposto profissional dos residentes, sendo o valor de isenção de imposto de 144.000 patacas, e o valor dos rendimentos isentos do imposto profissional dos idosos ou portadores de deficiência é de 198.000 patacas; efectuaremos a devolução de 60% do imposto profissional pago, referente a 2019, sendo 14.000 patacas o limite máximo da devolução, que terá lugar em 2021; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração de vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre as operações bancárias; a isenção da taxa de licenciamento para afixação de material de propaganda das unidades comerciais (excepto a publicidade ao tabaco); a isenção do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a redução da contribuição predial urbana até 3.500 patacas para os residentes de Macau; a redução de 8% da taxa de contribuição predial urbana dos prédios arrendados; a manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos em 600.000 patacas; uma dedução adicional para as despesas de investigação; a isenção de imposto sobre os rendimentos obtidos nos Países de Língua Portuguesa; a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões, e a isenção do imposto do selo sobre leilões. Para os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir o primeiro imóvel para habitação, os primeiros 3 milhões

de patacas do valor do imóvel estarão isentos do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel (aplicável apenas a fracções habitacionais). Manter-se-á a isenção do imposto complementar de rendimentos sobre o rendimento proveniente do investimento em obrigações de autoridades do Interior da China e de empresas estatais comercializadas em Macau, bem como a isenção do imposto do selo sobre a emissão e aquisição dessas obrigações. Com a manutenção das referidas medidas de isenção e redução de taxas e impostos, o Governo deixará de arrecadar receitas fiscais no valor aproximado de 3,42 mil milhões de patacas.

Continuaremos a atribuir benefícios nas tarifas de autocarro, destinados aos idosos, estudantes e à população em geral, bem como a subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais; mantêm-se as medidas de apoio existentes destinadas aos grupos mais vulneráveis; continuaremos a atribuir benefícios às famílias arrendatárias de habitações sociais e o abono de residência aos agregados familiares em lista de espera de habitação social que preencham os requisitos necessários; mantêm-se, igualmente, a atribuição dos vales de saúde. Continuaremos a activar as Contas Individuais de Previdência aos residentes de Macau que satisfaçam os requisitos com uma verba de activação de 10.000 patacas, injectada pelo Governo na conta individual, e propomo-nos continuar a injectar na conta individual de cada residente uma verba adicional de 7.000 patacas, proveniente do saldo orçamental. Pretendemos manter, no próximo ano, o Plano de Participação Pecuniária, com o montante de 10.000 patacas para cada residente permanente e o montante de 6.000 patacas para cada residente não permanente, já cabimentados na dotação orçamental.

Ouvida a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, propomos que, a partir de Janeiro do próximo ano, o valor do índice salarial dos trabalhadores dos serviços públicos seja actualizado para 91 patacas, cuja proposta será submetida à Assembleia Legislativa, para apreciação.

O Secretário para a Economia e Finanças irá, em nome do Governo da RAEM, apresentar detalhadamente a proposta de lei do Orçamento de 2020 na Assembleia Legislativa.

Conclusão

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Decorridos 20 anos de governação da RAEM, sinto-me profundamente honrado pela confiança que o Governo Central em mim depositou ao conferir-me tão sagrada e nobre missão. Durante dez anos, desempenhei funções como Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e, dez anos depois, tomei posse como Chefe do Executivo. Ao longo destes 20 anos, foi com dedicação que eu e as minhas equipas do Governo da RAEM servimos a população, sempre com o apoio dos diversos sectores da sociedade de Macau, o que me deixa profundamente grato.

Os primeiros dez anos da minha experiência governativa constituíram uma base importante para concretizar, durante os últimos dez anos, os conceitos da transmissão e da inovação, da construção e da partilha conjunta, e do desenvolvimento equilibrado. Há sempre uma continuidade nas acções governativas do Governo, e o balanço das acções governativas deste ano reflecte a experiência adquirida. Apesar das acções governativas nem sempre irem de encontro às expectativas de todos, o Governo da RAEM tem trabalhado sempre com sinceridade e ao serviço da população, suprimindo com empenho as insuficiências e identificando e corrigindo com seriedade os erros detectados.

Nos últimos dez anos, a herança do passado permitiu-nos desenvolver o futuro. Mantivemo-nos fieis à nossa aspiração inicial de avançar com passos firmes, ultrapassámos desafios, ganhámos e acumulámos experiência e colhemos os frutos. Contribuímos empenhadamente para a promoção dos princípios «um País, dois sistemas», «Macau governado pelas suas gentes» com alto grau de autonomia, para a salvaguarda da soberania, da segurança, dos interesses do desenvolvimento do País e para a promoção da prosperidade e da estabilidade a longo prazo de Macau.

Sempre defendemos «Um País», com firmeza

Cumprimos estritamente a Constituição e a Lei Básica de Macau na execução das nossas acções, defendemos a articulação da plena soberania do Governo Central com o alto grau de autonomia da RAEM, assim como defendemos com firmeza «um País» e aproveitamos as vantagens dos «dois sistemas», trilhando um caminho com características próprias de Macau, o que nos permite por em prática o princípio «Um país, dois sistemas». A experiência bem-sucedida de Macau evidencia a grande vitalidade do princípio «um País, dois sistemas», provando plenamente que este é que é o caminho viável, que nos levará longe.

Após o retorno de Macau à Pátria, o reconhecimento dos residentes pelo País e o sentimento de amor à Pátria e a Macau tem vindo a aumentar, cada vez mais e sem precedentes, e este sentimento pessoal de cada um dos residentes de Macau transformou-se num valor nuclear da sociedade, símbolo do «retorno dos corações» de Macau e condição essencial da harmonia e estabilidade sociais. Envidámos todos os nossos esforços para

Conclusão

promover a tradição do amor à Pátria e a Macau e para assegurar a transmissão de geração em geração da chama deste amor à Pátria e a Macau.

Estamos preparados para enfrentar eventuais crises mesmo em tempos de prosperidade. Assumimos a segurança de Macau e do País como um todo, encaramos o desenvolvimento como fim, a estabilidade como pressuposto, a segurança como alicerce e a vida da população como a raiz. Vamos reforçar o planeamento geral e a coordenação das acções desenvolvidas por Macau na defesa da segurança nacional para garantir a estabilidade do desenvolvimento geral da sociedade.

Estabilidade social e desenvolvimento planeado

Perante desafios e provações, e porque os residentes de Macau estão acima de tudo, defendemos o conceito de «ter por base a população» e a nossa primeira preocupação é a garantia da sua segurança. Depois de Macau ter sido assolada por um super tufão, pedimos apoio ao Governo Central e para ultrapassar as dificuldades o Governo e os residentes trabalharam em conjunto, tendo sido criado um mecanismo de prevenção e combate a desastres. Face aos sérios desafios decorrentes quer da crise financeira internacional, quer da desaceleração do crescimento real da economia local durante oito trimestres consecutivos, adoptámos todas as medidas que permitissem garantir a estabilidade do emprego e a tranquilidade dos residentes.

Mantivemos a estabilidade da economia e persistimos no reforço das políticas de redistribuição financeira, implementando medidas de apoio de curto prazo, de modo a evitar que a vida da população fosse afectada pela contracção da economia ou pela ocorrência de qualquer imprevisto.

Com o grande apoio do Governo Central e o esforço conjunto dos residentes, Macau conseguiu ultrapassar com sucesso as dificuldades económicas com que se deparou, e reforçou a sua capacidade de combater o impacto dos riscos, mantendo um desenvolvimento estável numa conjuntura mundial marcada por grandes mudanças. Em 2018, o PIB local era de 424,9 mil milhões de patacas, o que representa um aumento real de 63% comparativamente com o PIB de 260,2 mil milhões de patacas registado em 2009. Tirando partido das condições favoráveis decorrentes da estabilidade social e do desenvolvimento económico, elaborámos e implementámos o primeiro «Plano Quinquenal da RAEM», que tem como conceito o desenvolvimento inovador, equilibrado, articulado e conjuntamente partilhado, e no qual são definidas as oito estratégias de desenvolvimento para a construção de uma cidade com condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de viagem e de lazer, o que constituiu uma grande inovação no âmbito das acções governativas e obteve o reconhecimento geral e o reconhecimento pleno do Governo Central. A avaliação intercalar do «Plano Quinquenal» revelou que de 2016 até 2018 a taxa de conclusão média anual foi de cerca de 90%, tendo sido alcançados os resultados previstos para cada uma das fases.

Do nada à construção. Criámos o regime de reserva financeira de Macau, garantia estável de recursos para a concretização prioritária dos projectos relacionados com a vida da população. Até Setembro de 2019, o valor da reserva financeira era de 627,3 mil milhões de patacas, o que significa um aumento de 5,28 vezes em relação ao valor inicialmente previsto para 2012, ano da criação da reserva, com 99,86 mil milhões de patacas. A reserva cambial acumulada atingiu 171,02 mil milhões de patacas, traduzindo um aumento de 29% em comparação com os 132,5 mil milhões de patacas de 2012.

Cumprindo o princípio da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas consagrado expressamente na Lei Básica da RAEM, o Governo da RAEM tem vindo a gerir de forma sistemática e responsável a reserva financeira acumulada ao longo dos anos, o que permite um aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados à sociedade e à população.

Com base nos mecanismos eficientes de longo prazo da construção do sistema de segurança social, da habitação, dos cuidados de saúde, da educação, da formação de quadros qualificados, da prevenção e redução de desastres, e atendendo ao grau de desenvolvimento estratégico, à tendência geral e à conjuntura, e com uma visão pragmática, os mecanismos permanentes e eficazes dos seis grandes domínios relacionados com a vida da população passaram a fazer parte da macro estratégia.

As despesas financeiras do Governo em 2018, na área da segurança social, foram de 18,05 mil milhões de patacas, traduzindo um aumento de 2,1 vezes em comparação com o valor de 5,78 mil milhões de patacas em 2009. As despesas financeiras do Governo em 2018, na área da educação, foram no valor de 11,63 mil milhões de patacas, traduzindo um aumento de 1,7 vezes em comparação com os 4,37 mil milhões de patacas em 2009.

Aumentámos e enriquecemos a reserva de terrenos. O aumento de terrenos e ampliação de espaços para o desenvolvimento da RAEM resultam sobretudo da atenção e do apoio do País, e do facto de nos últimos anos o Governo ter ultrapassado inúmeras dificuldades na recuperação de terrenos. Por ocasião do 10.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, o Governo Central aprovou oficialmente os novos aterros da RAEM, os actuais cinco novos aterros com uma área de 3,5 km². Em 2014, o Presidente Xi Jinping, durante a sua participação na cerimónia comemorativa do 15.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, anunciou a determinação em dar início aos trabalhos relativos à definição das áreas marítimas sob jurisdição da Região Administração Especial de Macau. Um ano depois, o Governo Central aprovou o pedido do Governo da RAEM, determinando claramente que as áreas marítimas de 85 km² estão sob a nossa jurisdição.

Estamos gratos pelo grande carinho do Governo Central, e empenhámos todos os nossos esforços na recuperação dos terrenos desaproveitados. Até à data, foram declaradas as caducidades das concessões de 77 parcelas de terrenos, com uma área total superior a 670 mil m², e foram já recuperadas definitivamente 23 parcelas de terrenos, com uma área total superior a 230 mil m².

A reserva financeira e a reserva de terrenos constituem condições indispensáveis do desenvolvimento futuro de Macau.

Conclusão

Dar formação aos jovens e dar continuidade à construção

A formação dos jovens e a reserva de quadros qualificados são cruciais para o desenvolvimento sustentável da RAEM e para a estabilidade e continuidade do princípio «um País, dois sistemas». Empenhámo-nos no aprofundamento dos trabalhos vocacionados para a juventude, para que se tornassem numa base geral e estratégica da implementação da orientação «um País, dois sistemas». Articulámos os trabalhos para a juventude com as estratégias de desenvolvimento no âmbito da educação, da formação de quadros qualificados e da aprendizagem contínua. Temos vindo a promover a cooperação entre a família, a escola e a sociedade, o que contribui para a criação conjunta de um ambiente justo e saudável para o crescimento dos jovens.

Empenhámo-nos em abrir mais vias de desenvolvimento através do aperfeiçoamento da construção própria da RAEM e da sua integração no contexto geral do desenvolvimento do País, criando para todos os sectores da sociedade e para as gerações vindouras mais e novas oportunidades de desenvolvimento.

Acelerámos a construção de «Um Centro, Uma Plataforma», impulsionámos a diversificação adequada da economia e a criação de indústrias diversificadas e promovemos a diversificação do emprego; reforçámos a inovação da ciência e da tecnologia e o desenvolvimento da cidade inteligente para rejuvenescer e aumentar a vitalidade da cidade; apostámos no desenvolvimento pleno das nossas vantagens específicas, aprofundámos a cooperação regional e integrámo-nos na conjuntura do desenvolvimento nacional; promovemos de forma contínua a construção de regimes que contribuem para uma boa governação, e esforçámo-nos para criar nos residentes uma plena e constante sensação de realização, segurança e felicidade.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O ano de 2019 marca o fim de uma fase de dez anos de governação, para mim e para a minha equipa. Esses dez anos constituem um capítulo destes 20 anos desde o retorno de Macau à Pátria, em que demos o nosso melhor para assegurar a estabilidade social, garantir o desenvolvimento económico e a melhoria da vida da população, para consolidar bases e construir regimes.

A governação dos últimos dez anos consta do «Balanço das Acções do 3.º e 4.º Governos da Região Administrativa Especial de Macau – Dez Anos de Governação, da Estabilidade para a Continuidade» que, juntamente com o balanço das acções governativas do corrente ano, serão disponibilizados a todos vós e a todos os sectores da sociedade.

O progresso alcançado durante dez anos contou com o grande apoio do Governo Central e com a sabedoria e capacidade dos residentes.

O caminho percorrido ao longo destes dez anos representa uma etapa na concretização do desenvolvimento sustentável da RAEM, que é também o ponto de partida para uma nova

era e para uma nova jornada. As bases edificadas até hoje são as fundações do progresso contínuo da RAEM.

A experiência de governação dos últimos dez anos comprova que só com uma convicção inabalável e com a implementação plena e correcta do princípio «um País, dois sistemas» é possível garantir a estabilidade, a continuidade e o futuro da RAEM. A defesa da soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do País são premissas da prosperidade e da estabilidade a longo prazo de Macau.

Acreditamos que o futuro da RAEM será brilhante, com a união, determinação e a persistência de todos sectores da sociedade em aproveitarem as oportunidades do desenvolvimento.

Por último, permitam-me, em meu nome pessoal e em nome do Governo da RAEM, reiterar sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, à população e a todos os trabalhadores da Administração Pública pelo seu forte apoio ao longo de dez anos, e ao Governo Central e às diversas instituições sediadas em Macau pelo seu constante apoio ao desenvolvimento da RAEM.

Termino aqui o meu relatório.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Muito obrigado Senhoras e Senhores Deputados.

**Balanço das Acções do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
realizadas no Ano Financeiro de 2019
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

Retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos cinco anos do 4.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Sob o princípio orientador fundamental “Um País, Dois Sistemas”, a área da Administração e Justiça está em constante articulação com os objectivos gerais das Linhas de Acção Governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, persistindo o eixo principal da acção governativa na reforma da Administração Pública e do sistema jurídico, tendo sempre como ideia nuclear a promoção da qualidade de vida da população e a implementação plena do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM. Ao longo de cinco anos de esforços, foram logrados resultados plausíveis.

I. No domínio da Administração Pública

Reorganização ordenada da estrutura administrativa

O 4.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau prosseguiu a sua acção governativa sob os princípios da ligação interna, da correlação, da continuidade e da relação entre a distribuição profissional das funções e os procedimentos, em articulação com o planeamento geral das acções governativas e as necessidades do desenvolvimento social, e, de acordo com a estratégia da “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, procedeu-se, de forma faseada, à optimização da estrutura da Administração Pública, através da criação, reestruturação, fusão e extinção. Desde 2015 até à presente data, o Governo da RAEM reestruturou 33 serviços e entidades públicos, dos quais 7 foram extintos e 4 foram objecto de reorganização por mais de uma vez.

O Governo da RAEM deu pleno cumprimento às disposições consagradas no Anexo I da Lei Básica de Macau e criou o Instituto para os Assuntos Municipais no dia 1 de Janeiro de 2019.

Aprofundamento do desenvolvimento do governo electrónico

Em articulação com a construção da cidade inteligente e com o desenvolvimento a longo prazo do governo electrónico, para o 4.º Governo da RAEM, foi elaborado o “Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015-2019”, tendo as diferentes áreas envolvidas na cooperação conjunta contribuído com esforços incessantes no âmbito dos equipamentos hardware e do volume dos serviços prestados, concretizando-se, através de todo o esforço, segundo o programa e a calendarização definidos no Planeamento. Em vários serviços públicos, já existem mais de 160 tipos de serviços com diferentes níveis de electronização alcançados.

Entre 2016 e 2018, foram concluídos 55 trabalhos referentes à optimização dos procedimentos interdepartamentais de apreciação e aprovação de licenciamentos/licenças

administrativas, tendo sido fornecidas também guias de serviço no que se refere às respectivas licenças administrativas. Para aperfeiçoar a troca de informações entre os serviços públicos, foi lançado um projecto de facilitação aos cidadãos no âmbito dos documentos comprovativos referentes à certidão do registo comercial e à certidão do registo predial. Actualmente, registam-se neste projecto mais de 60 itens de serviços públicos.

Dando continuidade ao desenvolvimento dos serviços de pedido *online* de documentos de identificação, o lançamento, pela primeira vez, neste ano de 2019, do sistema de identificação electrónica (eID), permite criar uma nova plataforma de verificação da identidade. Para promover a electrónica dos serviços de registo e documentos notariais, lançou-se, a partir de 2015, um sistema *online* para a consulta dos serviços de registos e notariado, serviço de marcação prévia e de simulação de cálculo da taxa, bem como, serviços de requerimento *online* da “Busca Predial” e da “Busca Comercial”. Por outro lado, em resultado da cooperação interdepartamental, os cidadãos podem agora actualizar o estado civil do bilhete de identidade através dos quiosques de autoatendimento.

No que diz respeito aos serviços municipais, foi lançada uma série de medidas electrónicas, que inclui o “sistema de gestão de licenciamentos de estabelecimentos de comidas e bebidas”, o “sistema de gestão dos procedimentos de aprovação de licenciamentos administrativos gerais”, a “consulta do andamento dos pedidos de licenciamentos” e a “consulta de informações de licenciamentos de estabelecimentos de comidas e bebidas”. Além disso, foram ainda disponibilizados os dados sobre o andamento da apreciação e aprovação das “licenças de venda a retalho de vegetais, pescado e estabelecimento de carnes”, e lançado o serviço electrónico de “Consulta e marcação prévia da vacinação anti-rábica”, com vista a facilitar a vida aos cidadãos na consulta e na marcação prévia dos respectivos serviços.

Para concretizar a informatização e normalização da gestão administrativa interna e a fim de elevar a eficiência da gestão administrativa interna, foi lançado, em 2015, o sistema electrónico relativo à gestão de assuntos administrativos internos — “plataforma de gestão e serviços para os trabalhadores da função pública”. Um total de mais de 80 serviços públicos e entidades utilizam ou testam a plataforma até finais de 2019.

O Governo da RAEM, segundo a estratégia de desenvolvimento do Governo Inteligente “Uma página unificada e uma conta única”, publicou, no início de 2019, o Regulamento Administrativo intitulado Serviços Electrónicos, bem como lançou a “Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM” e a sua aplicação para telemóveis. Ao mesmo tempo, foi elaborada uma lei sobre governação electrónica, por forma a ampliar mais os serviços electrónicos personalizados e fornecer uma base de partilha de informações.

A Direcção dos Serviços de Identificação e o Instituto para os Assuntos Municipais lançaram, a título experimental, o serviço de “Balcão Único”, no final de 2018 e início de 2019, respectivamente. Com base nisso, o Governo da RAEM logrou melhorar os serviços, proporcionando gradualmente aos cidadãos o acesso a diferentes serviços prestados pelos diferentes serviços públicos num balcão integrado e a escolha do tipo de serviço do

Governo que eventualmente necessitem de tratar durante as diferentes fases da vida. Até finais de 2019, 14 serviços públicos irão disponibilizar cerca de 90 tipos de serviços em condições para serem solicitados no âmbito do “Balcão Único”.

O Governo da RAEM tem vindo a aperfeiçoar os quiosques de autoatendimento para o requerimento de documentos de identificação, tendo, em 2017, concretizado a electrónica de todo o processo de requerimento automático de documentos de identificação. Em 2019, os residentes já podem, através de serviços de autoatendimento, tratar um total de 17 serviços de documentos de identificação. Actualmente, encontram-se instalados quiosques de autoatendimento que dispõem de serviços a 24 horas da Direcção dos Serviços de Identificação em 5 locais espalhados pela cidade de Macau.

A Direcção dos Serviços de Identificação deu início a uma cooperação com vários serviços, no sentido de melhor servir, a qual envolveu várias entidades e teve por objecto os quiosques de multi-aplicações. O leque dos serviços de autoatendimento disponibilizado aumentou de 15 tipos de serviços prestados por 7 serviços públicos em 2015 para 33 prestados por 10 serviços públicos em 2019. Actualmente, existem ao todo 71 quiosques de multi-aplicações espalhados em 45 locais por toda a cidade de Macau. Em 2019, o uso pela primeira vez da tecnologia de “reconhecimento facial”, em conjugação com a já existente de “reconhecimento por impressão digital” para o tratamento da prova de vida, permite resolver eficazmente situações de difícil verificação de identidade devido à falta de clareza das impressões digitais.

O Governo da RAEM, em 2017, celebrou com o Grupo Alibaba um acordo-quadro de cooperação para a construção faseada de um centro exclusivo de computação em nuvem. Em 2018, foi concluída a construção do centro temporário de computação em Nuvem, adiante designado por “Piloto de computação em nuvem”, tendo sido planeada a plataforma em nuvem exclusiva, plataforma de megadados e plataforma aberta de partilha de dados pertencentes ao Governo da RAEM, a fim de iniciar o desenvolvimento de projectos-piloto de aplicação de megadados. O centro efectivo de computação em nuvem, abreviado para “produção em nuvem” terá as instalações básicas concluídas em finais de 2019.

Dar continuidade à negociação pela concessão de mais facilidades turísticas para o documento de viagem da RAEM, e, com o forte apoio do Governo Popular Central, existem, actualmente, ao todo 144 países e regiões que concedem isenção de visto ou de visto à chegada aos titulares do passaporte da RAEM, estando entre os 40 melhores passaportes mundiais e contando com 26 países que confirmam que os titulares do passaporte da RAEM podem requerer visto electrónico ou via *internet* para se deslocarem ao país; e o número de países que autorizaram os titulares do passaporte da RAEM a utilizar o sistema de passagem automática para entrar e sair da fronteira aumentou para 4.

Reforma contínua do regime da função pública

Com vista a resolver as dificuldades surgidas durante a implementação do regime de recrutamento centralizado e para optimizar ainda mais a utilização dos recursos e a

eficiência do recrutamento, foi feita a revisão do referido regime em duas fases, tendo sido, em 2017, finalizada a optimização do regime de concurso de gestão uniformizada, introduzindo-se assim a etapa de avaliação de competências integradas e a etapa de avaliação de competências profissionais ou funcionais, inicialmente constituída por um concurso com duas etapas e, depois da alteração, por dois concursos independentes, de forma a proporcionar um recrutamento mais justo, imparcial e transparente e, ao mesmo tempo, ter em conta os interesses dos serviços e dos candidatos.

Para o aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos, o Governo da RAEM, desde 2015, tem vindo a proceder, faseadamente, à plena revisão e estudo do “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”. Após a conclusão da primeira fase das tarefas relativas à revisão em 2017, as tarefas de revisão da segunda fase incidiram sobre a revisão global da configuração de 14 carreiras gerais e 20 carreiras especiais, tendo as tarefas de revisão legislativa entrado em processo legislativo interno.

O Governo da RAEM baseado na orientação conduzida pelo desempenho e capacidade, desenvolveu de forma ordenada, desde 2016, as tarefas de revisão e alteração do regime geral de avaliação do desempenho e do mecanismo de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos, tendo sido finalizada a consulta sobre a “Revisão do regime geral de avaliação do desempenho e do mecanismo de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos”, encontrando-se, neste momento, na fase de acompanhamento, de forma contínua, das tarefas de revisão das leis.

O Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos implementado em 2015 veio substituir o contrato além do quadro e o contrato de assalariamento por contrato administrativo de provimento e, visa a regulação do regime de recontratação e de mobilidade para os trabalhadores em regime de contrato administrativo de provimento; paralelamente, o mesmo define as situações em que podem ser adoptados os contratos individuais de trabalho e os respectivos procedimentos de contratação, elevando a eficiência e a flexibilidade no aproveitamento dos recursos humanos pelos serviços públicos.

Para garantir melhor os direitos e as regalias dos trabalhadores dos serviços públicos e elevar o moral dos mesmos, foi dado início, em 2017, à revisão faseada do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau. A revisão da primeira fase já foi concluída. As tarefas de revisão da segunda fase entraram em processo legislativo interno.

O Governo da RAEM atribui grande importância ao desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores dos serviços públicos e, para tal, procedeu ao ajustamento e aperfeiçoamento do plano de formação geral dos trabalhadores dos serviços públicos. Por outro lado, além de ter organizado acções de formação relacionadas com as funções e o desenvolvimento da carreira profissional dos trabalhadores dos serviços públicos de diferentes hierarquias, atendendo ao plano geral de formação, procurou-se conjugar também, de forma contínua, com a estratégia de desenvolvimento nacional e o planeamento das acções governativas da RAEM, tendo-se iniciado a cooperação com instituições do Interior da China e as instituições locais de ensino superior, bem como a organização com

todo o empenho de acções de formação específica, palestras e simpósios associados à Lei Básica de Macau, conhecimentos jurídicos, educação sobre a situação do País, construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, cidade inteligente e tratamento de megadados e gestão emergente de situações imprevistas. Durante os 5 anos, os serviços públicos em causa organizaram mais de 2200 cursos e 87 palestras e seminários temáticos, tendo participado nas referidas acções de formação, respectivamente, mais de 50 000 e 8300 trabalhadores dos serviços públicos; e ao mesmo tempo, foram ministradas mais de 260 cursos de formação jurídica, que contaram com a participação de mais de 6000 pessoas.

O Governo da RAEM tem-se empenhado na optimização das medidas relativas ao apoio financeiro, ao ajustamento das regalias e à solidariedade humana, tendo dado continuidade ao crescente apreço para com os funcionários públicos. Em 2019, o Centro de Actividades para os Trabalhadores dos Serviços Públicos, situado na Taipa, entrou em funcionamento, facultando aos trabalhadores um espaço de actividades multifuncional. O Centro dispõe ainda de um espaço de trabalho com equipamentos de escritório às associações dos trabalhadores da função pública.

Por forma a criar um bom ambiente e uma harmoniosa relação de trabalho, o Governo da RAEM implementou, em 2017, o Regime da gestão do tratamento de queixas apresentadas por trabalhadores dos serviços públicos. Foi criada a Comissão de Gestão do Tratamento de Queixas Apresentadas por Trabalhadores dos Serviços Públicos composta por personalidades independentes da sociedade tendo, esta comissão emitido as Instruções para o Tratamento de Queixas Apresentadas por Trabalhadores dos Serviços Públicos, com o objectivo de prestar apoio e impulsionar, sob os princípios da independência, da justiça e da imparcialidade, na qualidade de uma entidade terceira, os serviços públicos a tratarem as queixas apresentadas por trabalhadores dentro de um prazo determinado e de acordo com os procedimentos e instruções uniformizadas.

Aperfeiçoamento do mecanismo de responsabilização pelo desempenho

O Governo da RAEM tem atribuído grande importância à implementação do regime de responsabilização dos dirigentes, exigindo os dirigentes de diversos níveis, que cumpram rigorosamente as suas atribuições e deveres e que assumam as correspondentes responsabilidades, de acordo com uma série de diplomas aplicáveis aos titulares dos principais cargos e ao pessoal de direcção e chefia, incluindo o estatuto e as normas de conduta dos titulares dos principais cargos e as disposições fundamentais e complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia.

Em 2018, foi criado, de acordo com as instruções do Chefe do Executivo, um grupo de trabalho especializado para proceder à revisão integral do regime, o Governo da RAEM, de acordo com os resultados de revisão e as sugestões, procedeu, primeiramente, à consulta para a optimização do regime disciplinar e do regime de aposentação e desligação do serviço no âmbito da responsabilidade administrativa.

Relativamente à avaliação do desempenho dos serviços públicos, foram encomendadas às instituições académicas a tarefa de estudar e de estabelecer as formas e critérios de avaliação atribuídas a entidade terceira. Desde 2017, qualidade dos serviços públicos passou a ser avaliada de modo permanente por uma entidade académica terceira, recolhendo-se as opiniões dos cidadãos sobre os serviços prestados pelos diversos serviços públicos, tendo sido dada continuidade à avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos serviços públicos. As informações sobre os serviços e o desempenho organizacional dos serviços públicos, facultadas mediante a avaliação por entidade terceira, servirão de referência para a avaliação do desempenho dos serviços públicos e dos dirigentes. Quanto ao desempenho do pessoal de direcção, de acordo com o respectivo regime, está sujeito à apreciação anual, através de um sistema de indicadores diversificados e abrangentes, efectuada pelas respectivas entidades tutelares, devendo apresentar-se posteriormente ao Chefe do Executivo um relatório relativo ao desempenho desse pessoal. A par disso, foram iniciados os trabalhos de revisão e de optimização do regime de avaliação do pessoal de chefia e do pessoal em geral, de modo a avaliar, de forma mais objectiva e razoável, o desempenho do pessoal de diferentes níveis.

Aperfeiçoamento do sistema de mecanismos de consulta

Em conjugação com as necessidades da acção governativa e do desenvolvimento social, o Governo da RAEM, procedeu, de forma adequada e tendo em conta as características das políticas em causa, à criação, à reestruturação e à extinção de organismos consultivos e reforçou o apoio disponibilizado aos organismos consultivos. Desde 2015 até à presente data, foram reestruturados 15, extintos 3 e criados 2 organismos consultivos.

Em 2015, de acordo com as instruções do Chefe do Executivo, estipulou-se expressamente o número de cargos em organismos consultivos que os membros podem acumular, bem como a duração máxima a permanecer num organismo consultivo, por forma a disponibilizar uma plataforma às pessoas interessadas em participar na política, valorizando activamente o papel de formação de talentos.

Promoção do desenvolvimento estável do sistema político

Com base no desenvolvimento do sistema político promovido em 2012, em 2016, o 4.º Governo da RAEM procedeu novamente à revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, de acordo com a Lei Básica de Macau e as decisões do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, tendo por base a realidade de Macau e, em 2017, as eleições da sexta Assembleia Legislativa foram concluídas com sucesso.

No intuito de concretizar o disposto na Lei Básica de Macau, em 2018, o Governo da RAEM procedeu de novo à revisão da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, na qual foram acrescentados 2 representantes dos membros do órgão municipal e foi alterado o número de representantes dos membros de Macau no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês que fazem parte da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo de 16

para 14 representantes. Em 2019, o Governo da RAEM, em cumprimento escrupuloso do disposto no Anexo I da Lei Básica de Macau e na Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo revista, terminou os trabalhos da eleição do quinto Chefe do Executivo.

Herança do espírito do amor pela Pátria e por Macau

A fim de implementar as linhas de acção governativa no âmbito de apoio aos jovens e valorização da juventude, desde 2018, tem sido promovido o mecanismo de comunicação com os jovens e o mecanismo de visitas dos dirigentes da Administração Pública, os Secretários e dirigentes de serviços dialogaram com os jovens, auscultando as opiniões e solicitações, tendo-se apresentado a situação dos trabalhos das áreas de governação do Governo da RAEM.

Com vista a celebrar calorosamente o 70.º Aniversário da Implantação da República Popular da China e o 20.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria, em Julho de 2019, o Governo da RAEM, o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM e as diversas associações da juventude coorganizaram a actividade intitulada “Caminhar juntos na Nova Era”. A Secretária para a Administração e Justiça liderou uma delegação para visita e aprendizagem a Guizhou, composta por 100 representantes de jovens. Os jovens participantes de Macau conheceram e sentiram profundamente o enorme sucesso que constitui o desenvolvimento do País na nova era, o que permitiu fazer crescer o sentimento de reconhecimento e de pertença ao País, a responsabilidade e a missão de concretizar em conjunto o “Sonho Chinês”, garantindo a herança do valor fundamental “amor pela Pátria e por Macau”.

No que diz respeito ao intercâmbio jurídico entre os jovens, os serviços da área de justiça têm realizado anualmente, desde 2015 até 2019, a actividade intitulada “Semana de intercâmbio jurídico entre os jovens de Macau e os do Interior da China”. Relativamente aos jovens funcionários da Administração Pública, foram concluídos 32 cursos de formação específica para os jovens trabalhadores dos serviços públicos e, até finais de 2019, contou com a participação de cerca de 1100 pessoas. Para além disso, em articulação com o “Programa Mil Talentos” da Fundação Macau, em colaboração com a Fundação Macau constituíram-se durante dois anos consecutivos, em 2018 e 2019, 6 delegações de intercâmbio composto por jovens trabalhadores dos serviços públicos do Programa de Mil Talentos, que permitiram aos jovens trabalhadores dos serviços públicos conhecerem bem a situação de desenvolvimento actual do País, reforçando o sentido de reconhecimento do País e da nação chinesa.

II. No domínio da Justiça

Promoção activa da coordenação da produção legislativa

O 4.º Governo da RAEM procedeu, em 2015, à concepção do nível de topo do regime relativo ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, tendo

elaborado, em 2016, as Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, que integram a tomada de decisão para a produção legislativa, a consulta legislativa e a produção de diplomas legais no procedimento de trabalho normalizado, no sentido de ressaltar o papel orientador da coordenação e tomada de decisão do Governo da RAEM no processo legislativo e reforçar a apreciação quanto à criação de projectos. Em paralelo, a fim de reforçar o planeamento e a organização dos projectos legislativos das diversas áreas da acção governativa, foi elaborado o Plano legislativo de médio prazo entre 2017 e 2019.

Foi estabelecido o modelo de integração da unificação com a separação para os trabalhos de produção de diplomas legais, no sentido de que, atendendo a alguns projectos legislativos que implicavam forte natureza política ou elevada tecnicidade, os serviços da área da justiça e os serviços promotores das políticas formaram em conjunto grupos de trabalho para a produção jurídica, aproveitando plenamente as suas próprias vantagens e sinergia. Foi regulamentada a legística formal, bem como elaboradas e implementadas as Regras de legística formal a observar na elaboração das leis, cabendo aos serviços da área da justiça a prestação de apoio técnico, de modo a reforçar a coordenação e uniformização das técnicas legislativas em geral. Nos últimos cinco anos, os serviços da área da justiça elaboraram propostas legislativas por iniciativa própria e analisaram aquelas que foram apresentadas por diversos serviços, num número total de 69; elaboraram por iniciativa própria e prestaram assistência a diversos serviços para elaborar um total de 33 leis e diplomas legais; prestaram assistência em termos de parecer técnico, verificação dos textos em chinês e português e tradução em relação a 340 projectos de leis e diplomas legais elaborados por outros serviços.

Entre 2015 e 2019 (Setembro), o Governo da RAEM entregou 84 propostas de lei à Assembleia Legislativa para apreciação e elaborou 163 regulamentos administrativos.

Em 2019, o Governo da RAEM efectuou ainda uma revisão dos problemas existentes no mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa, incluindo esclarecer e especificar ainda mais os critérios de execução de cada fase do processo legislativo, conhecer, a partir de diferentes meios, as questões que afectavam o progresso da produção legislativa e proceder à revisão e aperfeiçoamento do processo de elaboração de planos legislativos, etc..

Impulso pleno da edificação do sistema jurídico

O 4.º Governo da RAEM, tomando como orientação geral dos trabalhos legislativos a concretização da legislação complementar da Lei Básica de Macau, o aperfeiçoamento das leis relacionadas com a sociedade e a vida da população, bem como o impulso dos projectos legislativos prioritários, procedeu à optimização e aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico da RAEM.

Tendo em conta a inclusão da Lei do Hino Nacional da República Popular da China no Anexo III da Lei Básica de Macau, foi alterada a lei intitulada "Utilização e protecção

da bandeira, emblema e hino nacionais”, bem como elaborado novamente o regulamento administrativo intitulado “Disposições concretas relativas à utilização das Bandeiras e Emblemas Nacionais e Regionais e à execução instrumental e vocal do Hino Nacional”. Nos termos do disposto nos artigos 95.º e 96.º da Lei Básica de Macau, do disposto no respectivo Anexo I, bem como na sua Proposta de Revisão, foi elaborada a lei intitulada “Criação do Instituto para os Assuntos Municipais”, tendo também sido alterados a Lei eleitoral para o Chefe do Executivo e quatro leis e diplomas legais relacionados com a criação do Instituto para os Assuntos Municipais. Foi elaborada a Lei de bases de gestão das áreas marítimas, a qual estabeleceu os princípios gerais e o enquadramento institucional para a gestão das áreas marítimas da RAEM. Foi alterada a Lei de Bases da Organização Judiciária, com vista a otimizar o funcionamento dos órgãos judiciais e elevar a eficiência processual.

Foi reforçada a revisão e aperfeiçoamento das leis e diplomas legais ligados às áreas da vida da população: a elaboração da Lei de prevenção e combate à violência doméstica; a alteração da lei intitulada “Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas”; a elaboração do Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana; a conclusão da proposta de lei intitulada “Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor”.

Foram revistos e alterados oportunamente os principais Códigos: a elaboração da lei intitulada “Eliminação das acções ao portador e alterações ao Código Comercial”; o aperfeiçoamento do disposto no Código Civil e a elaboração do Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio; a alteração das disposições constantes do Código Penal relativas aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, a revisão do Código Penal e a introdução das disposições gerais sobre a responsabilidade penal das pessoas colectivas; a revisão global do Código de Processo Civil, de modo a aperfeiçoar o processo judicial e acelerar a apreciação das causas.

Além disso, foram elaboradas as novas Lei da Arbitragem e Lei do registo comercial de embarcações, bem como efectuada alteração ao Estatuto dos Notários Privados e ao regulamento administrativo intitulado “Orgânica dos serviços dos registos e do notariado”, no sentido de aumentar o número de conservadores e notários públicos e privados e elevar ainda mais a qualidade e a eficiência dos serviços dos registos e do notariado.

Foi efectuada a recensão e adaptação de 2123 leis e decretos-leis publicados desde 1976 até ao retorno de Macau à Pátria. Quanto a estes diplomas legais previamente vigentes, para além da verificação daqueles que se encontram expressamente sem vigor, foram ainda elaboradas duas leis que confirmaram a não vigência dos diplomas legais cuja situação jurídica não estava clara, e revogaram expressamente os diplomas legais que já não tinham razão de existir, assim tornando claro que um total de 556 diplomas legais previamente vigentes ainda se encontram em vigor.

Desenvolvimento diversificado de acções de generalização e divulgação jurídica

O Governo da RAEM tem em alta consideração a divulgação da Constituição e da Lei Básica de Macau, envidando, durante muito tempo, esforços no sentido de promover a generalização dos diversos conhecimentos jurídicos junto da sociedade e da população em geral. Foi elaborado, em 2015, um plano quinquenal de divulgação jurídica, sendo desenvolvidos diversos trabalhos de divulgação junto de toda a sociedade, de forma contínua e de acordo com as diferentes especificidades em termos de idade, sector e comunidade, de modo a cultivar no seio da população em geral o sentimento de identidade para com o Estado, bem como sensibilizá-la para o cumprimento e defesa da lei.

Têm sido realizadas diversas acções de divulgação nas escolas primárias, escolas secundárias e instituições de ensino superior, incluindo a realização de palestras temáticas sobre a Constituição e a Lei Básica de Macau, “Conhecimento dos símbolos nacionais”, “leis da vida quotidiana dos jovens”, entre outras. Foi criado o Centro Juvenil de Divulgação Jurídica, bem como lançadas, de forma contínua, várias actividades de concurso inovadoras. De 2015 a 2019, um total de cerca de 85 000 jovens participou nas diversas acções de divulgação jurídica.

Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM prosseguiu a linha de acção “Promoção pelo Governo e participação de todos”, desenvolvendo uma estreita cooperação com as diversas associações civis, organizando anualmente e em conjunto, as séries de actividades comemorativas do Aniversário da promulgação da Lei Básica e do Dia da Constituição Nacional, entre outras, tendo contado com um total de mais de 70 projectos de actividades, com cerca de 70 000 participantes. Foram realizadas exposições na Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau e actividades tais como exposições comunitárias itinerantes e teatros de divulgação comunitária, sendo feita a apresentação da Constituição, da Lei Básica de Macau e das disposições legais relacionadas com os símbolos nacionais, entre outras, tendo contado com cerca de 380 000 participantes. Foram organizados cursos de formação e palestras temáticas a respeito da Constituição e da Lei Básica de Macau destinados a trabalhadores dos serviços públicos, pessoal da linha da frente das associações e profissionais, num total de cerca de 500 turmas de cursos de formação e com uma frequência de quase 16 000 trabalhadores dos serviços públicos, e mais de 20 palestras temáticas que contaram com cerca de 2000 participantes. Além disso, foram dadas a conhecer aos cidadãos, com termos simples, diversas novas legislações em vigor e as leis relacionadas com a vida quotidiana, tendo contado com um total de cerca de 10 000 participantes. Foram organizados a equipa de jovens voluntários Forças de Divulgação Jurídica e, em 2019, em colaboração com as associações civis, o grupo de voluntárias para a divulgação jurídica.

Face à vasta aplicação de novos meios de comunicação social, a partir de 2015, têm sido criadas as plataformas electrónicas, tais como o Website temático sobre a Constituição e a Lei Básica e a página temática no *Facebook* “Espaço para divulgação jurídica”, sendo lançados também “jogos de perguntas e respostas com atribuição de prémios *online*”, entre

outros. De 2015 a 2019, o número de visitas às diversas plataformas electrónicas acima referidas totalizou cerca de 190 000 e cerca de 120 000 pessoas participaram em diversos jogos *online*.

Em 2019, foi criado o Website sobre informações jurídicas da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e organizadas palestras especiais e outras actividades de promoção, de modo a providenciar informações jurídicas sobre as políticas necessárias à integração no desenvolvimento da Grande Baía. Um total de cerca de 10 000 pessoas visitou o respectivo *website* e cerca de 4000 pessoas participaram nas respectivas actividades de promoção.

Com vista a aumentar a consciência dos residentes sobre a prevenção dos riscos nas suas viagens no exterior, bem como para reforçar o conhecimento dos residentes sobre a protecção e assistência consular, o Governo da RAEM sempre manteve uma cooperação estreita com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na RAEM. Em 2015, começou a funcionar a página electrónica temática intitulada “Direitos e deveres fundamentais dos residentes e protecção e serviços consulares” e, a partir de 2016, foram realizadas 34 palestras temáticas e 37 exposições fotográficas destinadas às escolas e associações, com mais de 23 000 participantes. Ao mesmo tempo, foi efectuada a divulgação e promoção junto dos residentes através da instalação de stands na Expo Internacional de Turismo (Indústria) de Macau e da emissão na rádio de recomendações de segurança nas viagens durante as principais festividades e feriados.

Planeamento da formação judiciária conforme as necessidades

Tendo em conta as necessidades de funcionamento de ambos os órgãos judiciários, o 4.º Governo da RAEM procedeu a um planeamento relativo à formação dos respectivos profissionais, no sentido de realizar, de forma ordenada, acções de formação para os magistrados e oficiais de justiça.

Entre 2015 e 2017, realizou-se o 5.º Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, com a duração de dois anos, no qual foram formados 14 estagiários, entre os quais 8 foram nomeados como magistrados judiciais e 5 como magistrados do Ministério Público.

Além disso, realizaram-se mais de 40 acções de formação contínua destinadas aos magistrados, em cooperação com, entre outras instituições, o Instituto Nacional de Formação de Magistrados Judiciais, o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público e o Centro de Estudos Judiciários de Portugal. Desde o ano de 2016, foram realizados quatro cursos de formação na área judicial destinados aos magistrados da RAEM, em conjunto com o Instituto Nacional de Formação de Magistrados Judiciais.

Tendo em consideração os relatórios de avaliação da necessidade em recursos humanos entre 2016 e 2021, apresentados por ambos os órgãos judiciários, o Governo da RAEM acabou de elaborar o plano quinquenal de formação de funcionários de justiça e organizou, de acordo com o planeado, os 4.º e 5.º cursos de habilitação para ingresso nas carreiras de

oficial de justiça, nos quais foram treinados 120 formandos, para o preenchimento de vagas existentes nos órgãos judiciários.

Tendo em conta os procedimentos de concurso de acesso realizados em ambos os órgãos judiciários, foram realizados 10 cursos de formação de acesso destinados a cerca de 270 oficiais de justiça efectivos.

Aprofundamento contínuo da cooperação internacional

O Governo da RAEM tem efectuado, de forma activa, negociações com outros países e regiões, nomeadamente os países ao longo da Faixa e Rota e os países lusófonos, relativas aos acordos de cooperação judiciária. Em 2017 e 2018, foi assinado o Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, respectivamente, com a Mongólia e a República Federal da Nigéria. Em 2019, foi assinado o Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal e rubricado o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária em Matéria Civil e Comercial com a Mongólia, procedendo-se à assinatura com a Coreia do Sul do Acordo relativo à Entrega de Infractores em Fuga e do Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, bem como à assinatura com Portugal do Acordo relativo à Entrega de Infractores em Fuga e à conclusão das negociações relativas ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, para além de se ter realizado negociações com outros países, como por exemplo, o Brasil, relativas ao Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, ao Acordo relativo à Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal.

No que diz respeito ao cumprimento rigoroso das convenções aplicáveis em Macau, foram publicados, durante os anos de 2015 a 2019, 167 tratados multilaterais, 16 tratados bilaterais e 117 notificações das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e das respectivas listas de sanções, e apresentados relatórios periódicos sobre a execução das convenções internacionais sobre direitos humanos, nomeadamente o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Além disso, a Secretária para a Administração e Justiça, na qualidade de subchefe da delegação do Governo da China, liderou uma delegação para participar em duas sessões do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o 3.º exame periódico universal da China, na qual o respectivo relatório foi adoptado pelo mesmo Conselho.

Relativamente à participação activa em actividades das organizações internacionais, foi aprovado, em 2017, o Relatório de Avaliação Mútua da RAEM na reunião anual do Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais. Em 2019, foram atribuídas notações positivas em todas as 40 recomendações do Grupo de Acção Financeira no âmbito do cumprimento técnico. No mesmo ano, o Governo da RAEM participou, na qualidade de membro da delegação do Governo da China, na 22.ª Sessão Diplomática da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

Para a promoção do intercâmbio entre os profissionais da área jurídica, o Governo da RAEM procedeu à realização do 3.º programa de cooperação na área jurídica, em conjunto com a União Europeia, com um total de 43 acções, e do Simpósio Jurídico Internacional de Macau para a Promoção da Cooperação Comercial e Económica entre a China e os Países Lusófonos, em conjunto com diversas instituições, incluindo a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional.

Empenho na promoção da integração regional

O Governo da RAEM continuou a impulsionar a cooperação regional em matéria de assuntos jurídicos e a articular-se com a estratégia de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, assim como procedeu ao estudo sobre o reforço da cooperação jurídica e a prestação de serviços jurídicos e à pesquisa sobre a construção do mecanismo de troca de informações jurídicas e do mecanismo de divulgação jurídica mútua na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Em Setembro de 2019, a Secretária para a Administração e Justiça liderou uma delegação para participar na 1.ª Reunião Conjunta dos Departamentos Jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, realizada em conjunto com os representantes do Departamento da Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, doravante designada por RAEHK, e do Departamento da Justiça da Província de Guangdong, na qual concordaram em estabelecer um regime de reunião conjunta dos departamentos jurídicos e decidiram a criação de um grupo de trabalho preparatório para os assuntos relativos, nomeadamente, à constituição de uma plataforma de mediação da Grande Baía.

Em 2019, o Governo da RAEM assinou com o Governo da Cidade de Shenzhen o Acordo de Cooperação Jurídica entre o Governo Popular da Cidade de Shenzhen e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Em 2018, foi assinado com o Departamento de Justiça da Província de Guangdong o Memorando da Reunião na Área Notarial entre o Departamento de Justiça da Província de Guangdong e a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2019, o Governo da RAEM encetou negociações com o Supremo Tribunal Popular chegando-se a um consenso preliminar sobre a revisão do Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais e de Produção de Provas em Matéria Civil e Comercial, e realizou com o Ministério da Justiça um intercâmbio sobre a cooperação entre ambas as regiões no âmbito da transferência de pessoas condenadas.

O Governo da RAEM assinou com o Governo da RAEHK o Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial em 2017, tendo continuado a acompanhar os trabalhos relativos ao acordo de cooperação com a RAEHK no âmbito da implementação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Rapto Internacional de Crianças.

III. No domínio dos Assuntos Municipais

Ampliação e aperfeiçoamento dos serviços municipais

Com vista a ampliar, de forma continuada, a área de cobertura da rede de serviços comunitários, foram instalados pelo IAM, entre 2018 e 2019, o Centro de Prestação de Serviços ao Público das Ilhas – Posto de Seac Pai Van, o Centro de Prestação de Serviços ao Público da Zona Norte – Posto de Toi San, o Centro de Prestação de Serviços ao Público da Zona Norte – Posto de Fai Chi Kei e o Centro de Prestação de Serviços ao Público da Zona Central – Posto de S. Lourenço, com base nos Centros de Prestação de Serviços ao Público da Zona Norte, das Ilhas e da Zona Central. Em 2019, com a implementação plena do modelo de “Balcão Único”, os cidadãos passaram a poder, nos sete Centros de Prestação de Serviços ao Público e respectivos postos, dirigir-se a um balcão para tratar, de uma só vez, de cerca de 90 itens de serviços municipais.

Em 2019, o Governo da RAEM criou o Centro de Serviços da RAEM das Ilhas. Este Centro está dividido em sete áreas de serviço específicas, com mais de 300 serviços prestados por 26 serviços públicos, incluindo serviços de carácter municipal, notarial e de registo, assim como respeitantes a impostos e à assistência social, entre outros. O referido Centro disponibiliza serviços de marcação prévia e de obtenção de senha *online* e dispõe de uma Zona de Serviços Automáticos de 24 horas.

O Governo da RAEM melhorou, de forma ordenada, as instalações públicas municipais, tendo concluído, entre o período de 2015 e 2019, várias obras e construções relacionadas com a vida da população. Por exemplo: foi instalado um centro comercial no interior do Edifício do Lago, na Taipa, e em Seac Pai Van; entraram em funcionamento o Complexo Municipal do Mercado do Patane e o novo Mercado Abastecedor; foram melhorados e reordenados o Mercado de Tamagnini Barbosa, o Mercado de S. Lourenço, o Mercado de S. Domingos, o Mercado de Iao Hon, a Zona de Vendilhões da Rua Norte do Mercado de S. Domingos e a Zona de Vendilhões de Hac Sá, Coloane; bem como teve início a obra de ampliação do Mercado Municipal da Taipa.

No âmbito do aperfeiçoamento dos serviços funerários, foram lançados primeiramente o serviço de cremação de ossadas e seguidamente o serviço de depósito de cinzas junto de árvores. Em 2017, o Columbário do Cemitério Municipal de Sá Kong da Taipa entrou, oficialmente, em funcionamento, disponibilizando para requerimento 2025 gavetas-ossário e 6270 câmaras de cinzas, prevendo-se que, no futuro e a longo prazo, se possa satisfazer as necessidades dos residentes de Macau.

Na vertente do desenvolvimento activo dos serviços municipais inteligentes, a partir de 2015, foi criada a plataforma da aplicação para telemóvel sobre os preços dos produtos alimentares frescos e vivos dos mercados; foram lançados gradualmente os serviços através da *internet*, como a consulta do andamento do requerimento de licença dos estabelecimentos de comidas e bebidas, a consulta de informações relativas aos

estabelecimentos, a comunicação da tabela de preços, o tratamento da renovação da licença, entre outros; foi concluída a página electrónica “Informações de obras de valas”, com o objectivo de os cidadãos entenderem as informações e localização das obras de valas.

Em 2018, o IAM lançou a página electrónica “Instalações municipais EasyGo” em versão para telemóvel, disponível em chinês (cantonense e mandarim), português e inglês, em que os cidadãos e visitantes podem utilizar o telemóvel para obter rapidamente informações de instalações municipais.

No dia 1 de Janeiro de 2019, foi lançada a plataforma de apresentação imediata de opiniões “IAM em Contacto”. O público pode proceder à supervisão através do telemóvel sobre as quatro áreas municipais, nomeadamente “Higiene Ambiental”, “Jardim/Espaços Verdes e Zonas de Lazer”, “Equipamentos e Instalações” e “Segurança Alimentar”. Até ao momento, foram dadas respostas iniciais, dentro de 24 horas, a mais de 99% dos casos, e concluído o acompanhamento e tratamento, dentro de sete dias, de mais de 90% dos casos.

Com a implementação plena da Lei de protecção dos animais, o Governo está a desenvolver trabalhos legislativos nos âmbitos da fiscalização do controlo sanitário animal, qualificação profissional veterinária e do ramo das actividades que envolvem animais e a Lei de controlo sanitário animal já entrou, de momento, no procedimento de legislação interno.

Com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável dos sectores de mercados e vendilhões, o Governo da RAEM tem aperfeiçoado, de forma ordenada, os respectivos regimes jurídicos. Em 2018, foi realizada a consulta pública sobre a Lei do Regime de Gestão dos Mercados Públicos e a Lei do Regime de Gestão de Vendilhões. Em 2019, iniciou os trabalhos legislativos da Lei do Regime de Gestão dos Mercados Públicos e de Vendilhões.

Além disso, o Governo da RAEM procedeu à alteração e complemento de diversos artigos do Regulamento de Administração, Funcionamento e Fiscalização dos Cemitérios, tendo a referida revisão entrado em vigor no dia 1 de Agosto de 2019.

Fiscalização para garantir a segurança alimentar

Sendo a garantia de segurança alimentar uma tarefa importante da construção da cidade saudável, o 4.º Governo da RAEM reforçou a fiscalização e intensificou a execução da lei, alargando progressivamente o âmbito da recolha de amostras dos produtos alimentares. No período entre 2015 e 2019, foram recolhidas anualmente mais de 8000 amostras em média, o que já ultrapassou os requisitos definidos pela Organização Mundial de Saúde para a recolha de amostras per capita. A taxa de aprovação das amostras de géneros alimentícios recolhidas excedeu os 99%, implicando, obviamente, que os produtos alimentares em Macau têm mantido um nível seguro num longo prazo.

Com vista a otimizar progressivamente os critérios no âmbito da segurança alimentar, foram lançados 11 critérios de segurança alimentar e mais de 60 instruções e guias de segurança alimentar. Além disso, através da assinatura dos vários acordos de cooperação e participação nas reuniões de segurança alimentar a nível internacional e regional, reforçou-

se a comunicação de incidentes de segurança alimentar e o intercâmbio de técnicas a nível regional.

No tocante à educação para a segurança alimentar, que é centrada na perseverança, o Governo da RAEM insiste na promoção da cooperação trilateral entre o Governo, o sector e os cidadãos, para elevar a consciência de autoprotecção da sociedade neste âmbito e reduzir os riscos respeitantes à segurança alimentar. Foram realizadas, até ao momento actual, mais de 1200 sessões de palestra temática, que atraíram a participação de cerca de 60 000 cidadãos.

Embelezamento e arborização do espaço urbano

Para tornar Macau numa cidade propícia para habitar e visitar, o Governo da RAEM continuou, nos últimos cinco anos, a melhorar o ambiente rodoviário, promover a arborização urbana, reforçar a conservação ecológica, bem como aperfeiçoar as vias públicas da zona do património mundial.

Foram reordenadas e criadas várias zonas de lazer entre 2015 e 2019. As obras consistiram essencialmente na reorganização dos espaços, no adicionamento de equipamentos de diversão infantil, na arborização e remodelação do ambiente, tendo por objectivo disponibilizar espaços para actividades ao ar livre mais agradáveis e de melhor qualidade para o público e as crianças. É de destacar que, após as obras de reordenamento da zona de recreio infantil no Parque Central da Taipa, a sua área total foi alargada para 3000 metros quadrados. Além disso, foram construídas, por fases, a Zona de Lazer da Marginal da Taipa e uma ciclovia. No momento, já foram construídas a ciclovia e o caminho pedonal com uma extensão de 3250 metros.

No que diz respeito à concretização dos objectivos da protecção ecológica e do ambiente verde, definidos no Plano Quinquenal do Desenvolvimento, o Governo tem implementado, com muito esforço, a arborização tridimensional e optou pela arborização e embelezamento dos mais de 70 depósitos de lixo em Macau. Em 2018, foi instalada a primeira pérgula paisagística no Parque do Reservatório.

De 2015 até ao momento actual, foram concluídos os trabalhos de divisão e remodelação das florestas em mais de sete hectares. Nos trilhos e circuitos, foram plantadas mais de 7000 mudas de árvores. Ademais, também foram plantadas mais de 12 000 mudas de mangue nas margens costeiras da Taipa.

Depois da passagem dos supertufões “Hato” e “Mangkhut”, o ambiente urbano verde de Macau sofreu prejuízos graves. O Governo da RAEM acelerou, activamente, a implementação do plano de replantação e, no momento, já foram replantadas mais de 3400 árvores na cidade. Além disso, desde 2016, foram plantadas mais de 2200 árvores urbanas em novos locais nas diversas zonas de Macau.

Com a implementação activa do plano de reciclagem e reutilização de materiais verdes e de madeira, já foram recicladas cerca de 15 000 toneladas de madeira até ao momento;

o Centro de recursos recicláveis de plantas tratou de cerca de 1000 toneladas de resíduos verdes, transformando-os em cerca de 350 toneladas de adubo. Por outro lado, ainda foram tratadas cerca de 9000 toneladas de resíduos verdes provenientes da queda de árvores causada pelos tufões, que foram transformadas em cerca de 4000 toneladas de adubo.

Com o objectivo de melhorar a arborização urbana, foram instalados mais de 20 abrigos verdes em vários locais de Macau, tendo sido também plantadas, em mais de 160 pontos verdes, flores ornamentais e plantas aromáticas. Foi concluída, por fases, a criação do Jardim Ecológico do Trilho de Plantas Medicinais e Aromáticas de Macau e o Jardim de Plantas Chinesas do Sul, ocupando uma área total de cerca de 30 000 metros quadrados e dividindo-se em oito zonas de exposição de plantas medicinais, que atraíram mais de 7000 visitantes. Por outro lado, estão abrangidas 527 árvores antigas na Lista de Salvaguarda de Árvores Antigas e de Reconhecido Valor, encontrando-se todas elas sob protecção.

Melhoria da rede de tubagens e das instalações de higiene ambiental

Com o objectivo de melhorar a qualidade da vida dos residentes, o Governo da RAEM procedeu, nos últimos anos, à remodelação e ao reordenamento, de grande escala, da rede de drenagem da cidade por meio da adição, actualização e ampliação da capacidade. Ao mesmo tempo, o IAM iniciou a obra de construção de Box Culvert da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior, para efeitos de reforçar a capacidade de prevenção de grandes quantidades de águas pluviais da respectiva zona.

Mantém-se activamente a limpeza da cidade de Macau. Até 2019, o IAM adicionou 89 contentores-compressores de lixo, reduziu o número de contentores nas ruas, que chegou a atingir de 1600, para menos de 153, bem como instalou sensores de abertura automática sem contacto nas portas dos 128 depósitos de lixo fechados. Por outro lado, houve um aumento dos 75 sanitários públicos existentes em 2015 para 83 em 2019. A partir de 2018, todos os sanitários públicos passaram a funcionar 24 horas.

Através da cooperação interdepartamental, procedeu de forma contínua à limpeza dos pontos negros de higiene de cada uma das zonas de Macau. Entre 2015 e 2019, procedeu a 500 acções de limpeza em pontos negros de higiene e tratou de mais de 4000 toneladas de materiais inúteis. Ao mesmo tempo, reforçou a prevenção e o controlo da proliferação de ratos na via pública. As caixas de rodenticidas fechadas colocadas nas vias públicas foram aumentadas para as actuais cerca de 900 caixas, ou seja, um aumento de seis vezes relativamente ao ano de 2015, evitando eficazmente a ocorrência de doenças.

Promoção do desenvolvimento comunitário harmonioso

A harmonia e convivência entre moradores da comunidade são base da estabilidade da sociedade. Ao longo dos anos, o Governo da RAEM organizou, através dos centros de actividades instalados em bairros comunitários, actividades diversificadas relativas à promoção do espírito de boa vizinhança e auxílio mútuo, para divulgar a vida com cortesia. Entre 2015 e 2019, foram realizadas mais de 2200 sessões relativas à série de actividades dos "Princípios de vida com cortesia". Além disso, também se organizaram cerca de 700

acções comunitárias de diferentes tipos, com vista a difundir o espírito da boa vizinhança pela comunidade, que atraíram a participação de mais de 10 mil cidadãos e famílias.

Para celebrar o 70.º aniversário da implantação da República Popular da China e o 20.º aniversário do estabelecimento da RAEM, junto com os cidadãos, o Governo da RAEM organizou actividades como a 33.ª Edição da Exposição Nacional da Flor de Lótus e o 19.º Festival da Flor de Lótus de Macau, a cerimónia de inauguração do Parque de Esculturas Étnicas Chinesas, o Sarau da Nação Chinesa, o desfile com um grande dispositivo mecânico chamado “Cavalo-Dragão”, a “Exposição de Flores no Inverno 2019”, sob o tema “Retorno de Aromas”, entre outras, constituindo em conjunto uma sociedade harmoniosa.

O Governo da RAEM e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC organizaram conjuntamente, em Novembro, a “Conferência dos Assuntos Jurídicos Externos e Exposição de Fotografias para o 20.º Aniversário do Estabelecimento da RAEM”. Na ocasião, reviram-se a experiência obtida na vertente das relações estrangeiras da RAEM e os problemas encontrados ao longo dos anos após o seu estabelecimento e, entretanto, discutiram-se, conjugando as novas tendências do desenvolvimento social, a implementação bem sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau e novas perspectivas numa nova época. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC na RAEM organizaram uma palestra sob o tema “Os 70 anos de orgulho nos negócios estrangeiros da Nova China”, para reforçar os conhecimentos dos trabalhadores dos serviços públicos sobre o percurso do desenvolvimento dos assuntos externos do nosso país, os grandes êxitos e a direcção principal do desenvolvimento actual e futuro.

Aperfeiçoamento das medidas de prevenção e redução de catástrofes

Em 2017, após a passagem do tufão “Hato”, para elevar a rapidez e a capacidade de resposta face a diferentes catástrofes, os serviços subordinados à área da Administração e Justiça concluíram a elaboração do mecanismo de resposta a catástrofes e das orientações de trabalhos internos, bem como, através dos exercícios de tufão, testaram *in loco* a eficácia dos respectivos mecanismos. Em simultâneo, aumentou-se, através de sessões de esclarecimento e partilha de experiências, a capacidade de resposta dos trabalhadores de diferentes categorias face a incidentes imprevistos.

Para intensificar a divulgação uniformizada de informações especiais sobre serviços públicos, foi criada e adicionada, em 2018, a função de divulgação de informações especiais sobre serviços públicos de diferentes departamentos governamentais na página electrónica do Portal do Governo, que permite aos cidadãos se inteirarem, numa plataforma centralizada, dos serviços prestados pelos serviços públicos durante as calamidades e da sua situação de funcionamento.

Integração activa no desenvolvimento da Grande Baía

Em harmonia com a construção da “Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau”, no que diz respeito à área dos assuntos de administração e justiça, iniciaram-se vários

trabalhos nos âmbitos de segurança alimentar; fornecimento estável de produtos alimentícios e conservação das zonas verdes. Por exemplo, o Governo confirmou efectivamente a viabilidade da aplicação do certificado sanitário electrónico; estudou a simplificação das medidas de inspecção de géneros alimentícios importados do Interior da China; alargou o âmbito do comércio de importação; reforçou o intercâmbio e a cooperação no âmbito da segurança alimentar e inspecção sanitária e fitossanitária; implementou o Projecto “Cesta de Vegetais” da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”; impulsionou o ritmo das acções de ordenamento da “Baía Azul”; construiu uma faixa ecológica ribeirinha; criou terras húmidas que permitem a interligação entre Zhuhai e Macau; definiu o mecanismo de comunicação para trocar informações na área da protecção e monitorização dos animais em vias de extinção, entre outros.

Área da Economia e Finanças

Acções Governativas realizadas em 2019

Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos quatro anos, tem sido concretizada, em 2019, a governação na área da Economia e Finanças, em torno das linhas orientadoras da acção governativa, nomeadamente a “Consolidação das bases privilegiadas para acolhimento da nova era de desenvolvimento”, tendo sido promovido e implementado, de forma proactiva, o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau” (2016–2020) (a seguir designado por “Plano Quinquenal”), e desenvolvidas, de forma ordenada, diversas acções focadas no seguinte:

1. Consolidação das bases do desenvolvimento económico e promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Promoção do desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, com “Prioridade dada às Conferências”, elevando ainda mais a eficácia dos eventos. Foram aperfeiçoadas continuamente as medidas como o serviço de “Agência Única” para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE e os planos de apoio às convenções e exposições, sendo valorizadas as vantagens da rede de “Embaixadores de Convenções” e captadas mais conferências de qualidade e de grande dimensão a serem realizadas em Macau. Foram realizados o “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2019”, o “10.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas”, a “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau 2019”, a “Exposição de Franquia de Macau 2019”, a “24.ª Feira Internacional de Macau”, a “Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa 2019 (Macau)” e outras exposições de marca, tendo sido enriquecidos os elementos das exposições, optimizados os serviços de apoio, encaminhados os visitantes profissionais das convenções e exposições a consumirem nos bairros comunitários de Macau e aumentada a eficiência das actividades. Foi dada continuidade à organização de delegações empresariais para participarem em actividades de convenções e exposições internacionais e regionais, intensificando-se o intercâmbio com o exterior:

Concretização e utilização gradual das instalações de *software* e *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau. Com a entrada em funcionamento da plataforma de serviços públicos e da zona de incubação, está previsto que as linhas de produção sob certificação de boas práticas de fabrico (GMP) obtenham, ainda este ano, a acreditação GMP do Interior da China e da União Europeia. O projecto-piloto e a construção dos projectos complementares no âmbito da indústria da saúde estão a ser impulsionados, procurando-se que os mesmos possam entrar em operação experimental no final do corrente ano. As equipas de investigação e desenvolvimento (I&D) técnico e de serviços de investigação científica já estão praticamente constituídas desde Maio último, dando apoio às empresas de Macau na investigação e desenvolvimento (I&D) de novos produtos e na melhoria da qualidade dos produtos já introduzidos no mercado. Tem sido dada continuidade à

promoção do registo das empresas de projectos-chave para o estabelecimento no Parque Industrial. Com base na cooperação entre Guangdong-Macau, Sichuan-Macau e Fujian-Macau, em matéria da medicina tradicional chinesa, continua-se a estudar a viabilidade da cooperação com outras regiões, nomeadamente as províncias de Jilin e Guizhou, entre outras.

Aperfeiçoamento das leis e regulamentos, optimização do ambiente de comércio e criação de mais condições favoráveis para o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias. Foram concluídos os trabalhos legislativos do “Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira” e do “Regime do Benefício Fiscal para a Locação Financeira”, tendo sido estudada a viabilidade de rever o regime da “Bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial”. Realizaram-se, em Macau, a primeira emissão de títulos de dívida do Estado em RMB e a primeira “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. A AMCM criou, a nível interno, um grupo de trabalho interdepartamental para acompanhar e coordenar o estudo sobre a criação em Macau do mercado de capitais e os respectivos trabalhos. Foi assinado conjuntamente, por Macau e outras cidades da Grande Baía, o “Acordo-Quadro de cooperação sobre resolução de conflitos financeiros entre Guangdong e Macau”, tendo sido reforçada a articulação das infra-estruturas financeiras da Grande Baía.

Aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico, reforço de administração regulamentada e impulso do desenvolvimento saudável e ordenado do sector de jogo. Têm sido apreciados com rigor os pedidos das operadoras de jogo para a autorização da instalação de mesas de jogo, dando-se prosseguimento ao aperfeiçoamento do sistema legal e dos mecanismos de fiscalização, sendo elevada a capacidade profissional do corpo inspectivo e reforçada constantemente a supervisão da exploração do sector do jogo nos termos da lei. Além de dar continuidade à realização de diversas auditorias específicas, foram impostas, em Agosto p.p., novas exigências de controlo para a regulação dos dados identificativos dos promotores de jogo, que devem constar dos recibos das transacções e operações realizadas nos casinos, prevendo-se uma avaliação da sua execução no 4.º trimestre. Têm sido realizadas acções de formação, destinadas aos promotores de jogo, no sentido de reforçar o seu conhecimento sobre a prevenção do crime de branqueamento de capitais. Através da cooperação interdepartamental, foi reforçado o combate aos sites alegadamente adulterados e de jogo ilegal, sendo intensificada a respectiva divulgação junto da população e dos turistas. Têm sido bem desenvolvidos os trabalhos de promoção do jogo responsável, prevendo-se a instalação dos postos/quiosques informativos sobre o jogo responsável em todos os casinos da RAEM até ao final de 2019. Tem-se continuado a fomentar e efectuar a supervisão do investimento das operadoras de jogo nas actividades não ligadas ao jogo e do seu respectivo desenvolvimento, incentivando as operadoras de jogo a aumentar a aquisição dos produtos e serviços às pequenas e médias empresas locais.

Apoio às pequenas e médias empresas na inovação e no desenvolvimento e promoção da reconversão e valorização da indústria transformadora. Têm sido

avaliados e otimizados continuamente os diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas e aperfeiçoados o mecanismo de apreciação e de autorização e as medidas de supervisão. Foi concluída a avaliação de 12 lojas da “Marca Típica de Macau” e lançado um plano de apoio à remodelação de marcas. Foi prestado, constantemente, apoio às associações comerciais na realização e na optimização das actividades promocionais de consumo nos bairros comunitários, tendo sido promovida a aquisição de produtos e serviços junto das pequenas e médias empresas, através das acções e projectos diversificados, com vista a ajudá-las a explorar o mercado. Em paralelo, tem-se estimulado a reconversão da indústria transformadora, rumo à gama alta e ao alto valor acrescentado. Foi concluída a produção legislativa da “Lei relativa à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de *Kimberley* para o comércio internacional de diamantes em bruto”, de modo a criar melhores condições para o desenvolvimento do fornecimento de matérias-primas ao sector de joalharia de Macau.

Aperfeiçoamento contínuo das políticas e medidas e encorajamento aos jovens no aproveitamento das oportunidades de inovação, empreendedorismo, emprego e desenvolvimento. Tem sido dada continuidade à implementação do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores e à valorização do papel do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau (CINJ), tendo sido lançado o programa de permuta de serviços de consultadoria profissional e organizadas, respectivamente, para os jovens de Macau, visitas de estudo e de intercâmbio a empresas de renome instaladas na Grande Baía, de forma a ajudá-los a agarrar as oportunidades de empreendedorismo e de emprego. Foi aperfeiçoado o “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, tendo sido ampliando o âmbito dos participantes, permitindo-se a mais jovens participarem nas actividades realizadas ao abrigo do referido programa de intercâmbio e efectuarem visitas de estudo e de intercâmbio a países de língua portuguesa, de maneira a ampliar redes de contactos. Foram organizadas, de forma contínua, acções ligadas ao “Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude”, sendo promovido e optimizado constantemente o “Programa de Orientação do Empreendedorismo Juvenil”, em colaboração com as associações de empreendedorismo juvenil de Macau, dando-se apoio aos jovens na elevação da eficiência do empreendedorismo. Deu-se prosseguimento ao reforço dos mecanismos de intercâmbio e comunicação com os jovens, tendo sido realizadas, no corrente ano, várias sessões de diálogo sincero entre os jovens e o Secretário para a Economia e Finanças ou directores de vários serviços públicos e visitas a associações de jovens, tendo ainda sido organizadas as actividades da Delegação de Visita e Aprendizagem “Caminhar juntos na Nova Era (Província de Jiangsu)” para os jovens de Macau.

Optimização da formação de quadros qualificados, atendendo às necessidades do desenvolvimento da diversificação adequada da economia; optimização contínua da formação profissional, dando apoio aos residentes na elevação da sua competitividade; aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico e salvaguarda dos direitos e interesses laborais. Foram organizados cursos de formação diversificados para responder às

necessidades do desenvolvimento das indústrias e dos diversos sectores, tendo sido disponibilizadas mais oportunidades de formação e de aprendizagem para os profissionais locais dos sectores financeiro, de convenções e exposições, de medicina tradicional chinesa, entre outros. Em paralelo, foram organizados diversos cursos de formação de técnicas para apoiar os trabalhadores a elevar a sua competitividade e alargar o leque de opções de emprego e o espaço de desenvolvimento, incluindo o “Plano de formação de talentos em gestão de operações do sector da restauração”, cursos relacionados com conhecimentos técnicos em metro ligeiro, o “Plano de formação inicial” destinado especialmente a jovens, assim como outros cursos de formação, como “formação com certificação”, “formação remunerada em serviço” e “elevação de habilidade profissional”, etc. Além disso, tem sido dada continuidade ao aperfeiçoamento da gestão dos trabalhadores não residentes. Sob a premissa de garantir o acesso ao emprego dos residentes de Macau e que os seus direitos e interesses laborais não sejam afectados, e em articulação com o desenvolvimento da diversificação adequada da economia local, foi proporcionada ajuda aos sectores com necessidades na introdução de trabalhadores profissionais não residentes, dando-se apoio adequado aos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes apresentados por micro, pequenas e médias empresas.

Têm sido reforçadas constantemente a fiscalização preventiva e a divulgação e sensibilização das relações de trabalho, sendo fomentadas, de forma diversificada, a segurança ocupacional em Macau e a respectiva divulgação e sensibilização, dando-se acompanhamento contínuo à revisão e produção legislativa de leis e regulamentos em várias áreas do trabalho e organizando-se acções de divulgação jurídica na sequência da entrada em vigor das respectivas leis.

2. Participação activa na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, valorizando com exactidão o posicionamento e a função de Macau e aproveitando as oportunidade de desenvolvimento nacional

Apoio às empresas e aos residentes na participação activa na construção e no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Foram lançados os “Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas 9 Cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, tendo sido melhoradas, ainda mais, as funções de serviço do Gabinete de Representação do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) em Guangzhou, efectuadas visitas e dado acompanhamento às instituições e empresas instaladas nas cidades da Grande Baía, reforçados os contactos e providenciada a ajuda necessária. Foram desenvolvidas, constantemente, acções promocionais para a captação de investimentos e envidados esforços para que mais empresas de qualidade venham a instalar-se em Macau. Realizou-se, na Cidade de Guangzhou, a “Sessão de Partilha e Troca de Informações para os Jovens de Macau no seio da Grande Baía”, sendo estabelecida mais uma plataforma de partilha de experiências e de intercâmbio para os jovens de Macau interessados em desenvolver os seus negócios na Grande Baía, conjuntamente com os jovens de Macau que se encontram na Grande Baía para fins de empreendedorismo,

emprego e estudo. A Direcção dos Serviços de Economia (DSE), a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) adicionaram, respectivamente, nos seus portais, páginas web e bases de dados, dedicados à Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, de modo a facilitar, às empresas e residentes, o acesso às informações relevantes. Deu-se continuidade ao reforço da cooperação em matéria de defesa do consumidor na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, assegurando os direitos e interesses dos residentes.

Promoção da nova fase de captação de investimento para o “Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau” em Hengqin, proporcionando mais oportunidades para as empresas de Macau. Macau e Hengqin reconstituíram a “Comissão de Apreciação dos Projectos de Investimento de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin”, tendo optimizado os regimes para a captação de investimento e a avaliação e selecção dos projectos e exigido um requisito mais claro para os projectos candidatos no tocante ao posicionamento industrial, de maneira a responder com maior exactidão às necessidades da diversificação adequada da economia de Macau e do planeamento para o desenvolvimento de Hengqin. Até ao final de Agosto de 2019, foram recebidos 67 novos projectos candidatos.

Promoção da implementação do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA” e das acções complementares de articulação e divulgação, sendo alargada a liberalização em torno do “Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA”. A Versão Actualizada do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do Acordo CEPA” foi implementada oficialmente a partir do dia 1 de Janeiro de 2019. A lista de mercadorias no âmbito do Acordo CEPA, que tinha inicialmente 273 produtos, passou a ter, actualmente, 8 549 produtos, todos com critérios de origem definidos. Ao abrigo da Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, foram criados três grupos de trabalho destinados ao acompanhamento da implementação concreta do Acordo. Foram realizadas, no corrente ano, três reuniões de governantes de alto nível da Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, sendo efectuadas negociações sobre o maior alargamento das medidas de liberalização no âmbito do comércio de serviços concedidas pelo Interior da China a Macau, a redução da lista negativa e o estudo para impulso da lista negativa para os serviços transfronteiriços.

Apoio às empresas de Macau no aproveitamento do comércio electrónico transfronteiriço para explorar o mercado chinês e aprofundamento da cooperação e intercâmbio económico e comercial entre Macau e as províncias e municípios do Interior da China. Foram organizadas visitas de estudo e de intercâmbio, seminário sobre leis do comércio electrónico e outras actividades para as empresas locais, com o intuito de ajudar o sector respeitante a conhecer as tendências mais recentes do comércio electrónico do Interior da China. Têm-se impulsionado, de forma contínua, o intercâmbio e a cooperação económica e comercial entre Macau e as províncias e municípios do Interior da China, através da organização de delegações para participação em feiras e conferências e

das diligências de convidar as cidades do Interior da China a organizar missões a Macau. As áreas dos stands na “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau” e na “MIF”, reservadas para Guizhou, foram aumentadas em cerca de 20%, de modo a alinhar-se com os trabalhos da assistência proporcionada pela RAEM, no sector industrial, ao Distrito de Congjiang, Província de Guizhou, e aumentar o apoio à promoção dos produtos típicos daquele distrito.

3. Aceleração da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Reforço contínuo da promoção da função de Macau como Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Tem sido acelerada a construção do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sendo acompanhados activamente os preparativos da 6.ª Conferência Ministerial. Tem sido desempenhado, de forma contínua, o papel do Centro de Formação do Fórum de Macau, com vista a reforçar a troca de experiências nas áreas profissionais entre os países de língua portuguesa, o Interior da China e Macau. Através da realização de actividades, da organização de delegações para participação em exposições e feiras e de visitas de estudo, assim como das diligências para adicionar os elementos relativos aos países lusófonos nas exposições realizadas em Macau e no Interior da China, têm sido redobrados esforços para fomentar as províncias e municípios do Interior da China a encetar intercâmbio, cooperação e articulação com os países de língua portuguesa, através de Macau, nas áreas económicas e comerciais e da capacidade produtiva, tendo sido ainda realizada com sucesso a “Cimeira 2019 sobre a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau, apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas”.

Promoção activa dos produtos alimentares e outros produtos dos países de língua portuguesa. O Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa pretende introduzir as funções de transacção B2C e ajudar as empresas de Macau na exploração de negócios de comercialização dos produtos lusófonos via *online* e *offline*, através da colaboração com a Plataforma do Comércio Electrónico Online do Interior da China.

Aceleração da construção em Macau da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Realizou-se em Maio do ano corrente, pela primeira vez, em Macau, a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – 2019”. Após o evento, a AMCM continua a acompanhar as cinco iniciativas propostas durante a reunião, incluindo o estabelecimento do mecanismo de intercâmbio entre os governadores dos bancos centrais da China e dos países de língua portuguesa, o estabelecimento/aperfeiçoamento do projecto sobre a criação de uma rede de cooperação entre instituições financeiras chinesas e portuguesas, entre outros.

Promoção do estabelecimento do “Regime do Seguro de Créditos para a Importação, Exportação e Trânsito de Mercadorias”. A AMCM tem desenvolvido trabalhos de acompanhamento junto das instituições financeiras concernentes, tendo ainda organizado, em conjunto com o IPIM, sessões temáticas de esclarecimento destinadas ao sector local e reforçado a respectiva divulgação, de modo a articular-se com a implementação deste regime.

Fomento da comercialização dos produtos e da divulgação da cultura da medicina tradicional chinesa (MTC) no mercado internacional. Portugal e Moçambique são tomados como ponto de partida para a construção da “Base de Intercâmbio Internacional para os Jovens Médicos de Medicina Chinesa”. Os dois primeiros produtos de MTC registados em Moçambique foram já lançados e estão postos à venda no mercado daquele país. Actualmente, estão a ser envidados esforços para que uma variedade de produtos obtenha a autorização de comercialização. Em 2019, foram estendidos, pela primeira vez, a Cabo Verde e a outros países africanos de língua portuguesa, o modelo de promoção de “introdução de medicamentos através de tratamento médico” e as experiências na formação de talentos qualificados adquiridas em Moçambique.

4. Aperfeiçoamento da gestão da reserva financeira e optimização das leis e diplomas financeiros e fiscais

Tem sido dado acompanhamento contínuo aos trabalhos relacionados com a criação do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, sendo preparada a realização de consultas públicas sobre a criação da Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A.. Está a ser prosseguido o trabalho da disponibilização da participação no “Fundo para a Cooperação e o Desenvolvimento Guangdong-Macau”. A RAEM aderiu formalmente ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” em Abril de 2019. Além disso, o “Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios” e o “Regime do benefício fiscal para a locação financeira” entraram, formalmente, em vigor em Fevereiro e Abril de 2019, respectivamente, continuando a ser aperfeiçoadas outras leis e diplomas legais em matéria fiscal. Em articulação com o plano de prevenção e redução de desastres do Governo da RAEM, foram lançados, em Agosto do ano corrente, o “Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas” e o “Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas”.

5. Optimização dos serviços públicos, aperfeiçoamento do sistema estatístico e empenho na constituição de equipas íntegras

Os diversos serviços sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, deram continuidade à revisão e optimização dos procedimentos dos serviços públicos, aumentando instalações para comodidade da população e dos comerciantes e ampliando gradualmente o âmbito dos serviços electrónicos, com vista a elevar a eficiência e a qualidade dos serviços.

Foram reforçados, de forma contínua, o intercâmbio e a cooperação com as instituições estatísticas congéneres, incluindo as da Grande Baía, e estabelecidos mecanismos estatísticos inovadores para recolha de dados estatísticos sobre o desenvolvimento, quer relativos a residentes, quer a empresas de Macau na Grande Baía. Foram aperfeiçoados constantemente os regimes dos serviços públicos e reforçada a consciencialização de integridade do seu pessoal, dando-se continuidade à revisão e ao aperfeiçoamento das orientações internas de trabalho e dos respectivos códigos de conduta.

Ponto de situação da governação do IV Governo (2015 – 2019)

1. Promoção do desenvolvimento estável da economia, registando-se os primeiros resultados positivos na diversificação adequada da economia

Ao longo dos últimos cinco anos, a tutela da Economia e Finanças tem-se mantido firme no prosseguimento do princípio governativo de “desenvolver a economia e melhorar a vida da população”, promovendo a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau para reforçar a resiliência económica e assegurar a estabilidade e harmonia da sociedade.

E, no seguimento escrupuloso do posicionamento de desenvolvimento “um Centro, uma Plataforma” em torno do mote “atender às necessidades do País e potencializar as vantagens de Macau” e, através do aproveitamento das importantes oportunidades derivadas da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, entre outros projectos, o Governo da RAEM tem trabalhado empenhadamente em prol da criação de um sistema industrial moderno com competitividade a nível internacional, adoptando uma estratégia de “caminhar com ambas as pernas” que visa a elevação da sua própria capacidade e o reforço da cooperação regional, no sentido de cultivar as indústrias emergentes, nomeadamente as convenções e exposições com prioridade dada às conferências, as actividades financeiras com características próprias, a medicina tradicional chinesa, etc., apoiando as micro, pequenas e médias empresas na inovação e auto-aperfeiçoamento, impulsionando a reconversão e valorização das indústrias tradicionais, reforçando a fiscalização sobre o sector do jogo, com empenhos focados na exortação às operadoras de jogo a desenvolverem elementos não relacionados com o jogo, procurando, deste modo, ajudar a alargar as margens de desenvolvimento dos residentes locais no que respeita à sua carreira profissional.

Apesar de a economia ter tido sofrido um ajustamento profundo, graças ao forte apoio do Governo Central, conjugado com os esforços conjuntos e empenho de toda a população de Macau, os trabalhos alusivos à diversificação adequada da economia começaram a revelar os seus primeiros resultados positivos. No decurso dos cinco anos findos, a estrutura

industrial de Macau tem evoluído cada vez mais de modo diversificado, enquanto as receitas dos principais sectores não jogo e o valor acrescentado bruto das indústrias emergentes aumentaram, numa escala de cerca de 30% e de 20%, respectivamente.

O sector de convenções e exposições tem registado um crescimento rápido, sendo notórios os resultados da política “com prioridade dada às conferências” promovida. Evidenciou-se também um alargamento gradual dos espaços para o desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias, com a indústria de Medicina Tradicional Chinesa a progredir a um ritmo estável e as actividades não relacionadas com o jogo a aumentarem quer nas próprias empresas das operadoras de jogo, quer nas instalações a elas pertencentes. Os regimes têm vindo a ser aperfeiçoados gradualmente e o ambiente de negócios optimizado constantemente. Ao mesmo tempo, aumentaram-se as opções de emprego para os residentes, assim como os rendimentos de que auferiram, tendo a taxa de desemprego se mantido em baixo nível.

2. Integração no grande contexto do desenvolvimento nacional e aceleração da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”

Participação proactiva na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Em 2018, foi estabelecido, no âmbito da tutela da Economia e Finanças, um mecanismo de coordenação interdepartamental que, de acordo com as exigências de trabalhos previstos nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (doravante designadas por Linhas Gerais), definiu metas de diferentes etapas para os ditos trabalhos, delineando em pormenor as actividades relacionadas, com vista ao impulsionamento do avanço e da concretização progressivos de todos os trabalhos traçados, incluindo, entre outros, a criação de mecanismos para ajudar os residentes a integrar-se na Grande Baía; o estabelecimento, em conjunto, de uma rede destinada à defesa dos direitos e interesses dos consumidores da Grande Baía; o fortalecimento da cooperação em domínios como os serviços financeiros para a população, a formação de talentos na área financeira, a plataforma de prestação dos serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o sector financeiro com características próprias de Macau, a troca de informações.

Desde Abril de 2018, altura em que foi celebrado o Memorando de Cooperação na Área de Defesa dos Direitos do Consumidor da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, até Agosto de 2019, o Conselho de Consumidores de Macau (CC) tratou de um total de 250 casos apresentados pelos consumidores provenientes das nove cidades da Grande Baía e de Hong Kong, 91 dos quais já foram encaminhados para as diversas organizações de defesa do consumidor da Grande Baía. Além disso, na perspectiva de inovar o modelo de cooperação regional na área financeira, a Província de Guangdong e a RAEM criaram, em 2018, o Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau, com investimentos aplicados, principalmente, em projectos de infra-estruturas de alta qualidade, favoráveis à economia e ao bem-estar das populações das duas jurisdições e associados à construção da Zona de Comércio Livre de Guangdong e da Grande Baía.

Progresso na construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin. O Governo da RAEM recomendou um total de 83 projectos elegíveis para a entrada no Parque Industrial em 2014 e 2016, respectivamente. Até finais de Março de 2019, 23 projectos tiveram terrenos concedidos e foram iniciadas as obras de construção. Foi reiniciada, em 31 de Dezembro de 2018, a captação de negócios para o Parque Industrial, tendo sido definidos novos mecanismos e condições de avaliação dos projectos elegíveis para recomendar ao Parque e estipulados requisitos mais claros e exigentes para os projectos candidatos no desenvolvimento industrial e no investimento. Tudo isto tinha por objectivo alinhar-se com a meta do impulsionamento da diversificação adequada da economia de Macau.

Actualização do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau em todas as vertentes. Em resposta às necessidades de alargamento contínuo das áreas de cooperação económica e comercial entre o Interior da China e Macau derivadas da nova era, o Governo da RAEM e o Ministério do Comércio mantiveram constantes contactos para abordarem a optimização do actual mecanismo de trabalho, tendo constituído, em Dezembro de 2018, uma Comissão para a Cooperação Económica e Comercial entre o Interior da China e Macau e criado, no âmbito desta Comissão, cinco grupos específicos/comissões. O Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA, que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2019, permite aprofundar ainda mais a cooperação entre as duas partes relativamente a esta matéria.

Promoção contínua da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e dos seus “Três Centros”, valorizando o seu papel de ponte. Nos últimos cinco anos, o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem-se destacado de forma exponencial. As trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa assinalaram uma subida de US\$ 132,6 mil milhões em 2014 para US\$ 147,4 mil milhões em 2018, representando um crescimento de cerca de 11%. A construção do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, do Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e do Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, contribuiu para impulsionar a cooperação entre a China Continental, Macau e os países lusófonos, nos domínios do comércio de alimentos e de serviços de mercadorias, convenções e exposições, entre outros, dinamizando também as actividades de prospecção recíproca de negócios.

Além disso, deu-se prosseguimento à realização das acções promocionais de carácter comercial e de investimento, na perspectiva de fortalecer o intercâmbio e a cooperação, assim como a sinergia orgânica da Plataforma de Serviços para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, as províncias e regiões integradas no Pan-Delta do Rio das Pérolas e a Grande Baía, incentivando também o diálogo e a interligação entre todas as partes envolvidas.

Em 2019, foi realizada, com sucesso, a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)”. O IPIM estabeleceu, em Junho de 2018, uma relação de parceria com uma plataforma de transacções de diamantes de Xangai, visando, através do aproveitamento das vantagens de Macau enquanto uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, promover o comércio de diamantes e pedras preciosas entre os países lusófonos e a China. Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM autorizou o estabelecimento em Macau de uma plataforma de transacções de diamantes e pedras preciosas, facto este que, associado à implementação do Sistema de Kimberley, permitiria criar condições para Macau se transformar, passo a passo, como um centro internacional de transacções de diamantes e pedras preciosas.

Realização bem-sucedida da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau e construção acelerada do “Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Foi dado, com proactividade, acompanhamento aos trabalhos de implementação do «Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial (2017–2019)» e do «Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau», celebrados entre os países participantes na 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, assim como às iniciativas em prol da concretização das 18 medidas anunciadas também naquele certame por parte do Governo Central que tinham como cerne o aprofundamento da cooperação sino-lusófona. Foi oficialmente iniciada a construção do “Complexo de Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, estando a conclusão das obras da 1ª fase prevista para o final de 2019, encontrando-se a ser desenvolvidos, de forma empenhada, os trabalhos preparativos para a realização da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau.

Aproveitamento máximo dos investimentos da Reserva Financeira em prol da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Em 2018, a AMCM e o Fundo da Rota da Seda assinaram um memorando de cooperação, com o objectivo de iniciar a parceria sob a forma de estabelecimento de uma plataforma de investimento conjunto. A par disso, a AMCM continuou a negociar com o “Fundo de Cooperação para a Capacidade Produtiva China-América Latina” e o “Fundo para a Cooperação da Capacidade Produtiva China-África”, esforçando-se para chegar a um consenso sobre cooperação.

3. Optimização das medidas políticas, promovendo o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”

Resultados evidentes na promoção do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”, com registo de melhoramento do seu profissionalismo, mercantilização e internacionalização. Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2016, o Governo da RAEM apresentou a estratégia de desenvolvimento da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às

Conferências”, pretendendo, através do ajustamento das funções dos serviços competentes, aperfeiçoamento contínuo das medidas de incentivo, prestação de apoio administrativo, realização de formação de talentos e actividades de intercâmbio a nível internacional, entre outras iniciativas, promover o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, fomentando o profissionalismo, mercantilização e internacionalização dessas actividades.

Em 2018, foram realizadas 1 427 actividades de convenções e exposições em Macau, 1 342 das quais foram reuniões e conferências, representando 90% do total, com o número de participantes a atingir 296 000 indivíduos, o que representa um aumento de 20,5% em termos anuais. Por outro lado, registou-se também uma tendência ascendente quanto ao número de grandes reuniões e conferências realizadas em Macau anualmente, tendo sido captadas 62 convenções com escala de mais de 1 000 participantes entre 2016 e 2018, destacando-se as 28 convenções realizadas em 2018, com escala de 1 000 pessoas, que representaram um aumento homólogo de quase 50%. Foi lançado, em 2017, o programa de “Embaixador de Convenções”, através do qual foram angariadas, com sucesso, diversas convenções profissionais para serem realizadas em Macau.

Introdução de mais projectos de convenções e exposições de qualidade para realização em Macau e fomento das várias feiras e exposições de marca local, para elevar a rentabilidade das respectivas actividades. Em 2018, realizaram-se 60 exposições, representando uma descida de 23,1% em comparação com as 78 realizadas no ano de 2015. É de destacar que foram de 69,88 milhões de patacas os subsídios concedidos pelo Governo ou por outras instituições, cuja percentagem nas respectivas receitas foi de 38,7%, tendo assim diminuído em comparação com a de 54,6% registada no ano de 2015, ou seja, uma descida de cerca de 15,9 pontos percentuais. Depois de subtrair as despesas efectivas das receitas das 53 exposições organizadas por entidades não-governamentais, registou-se em 2018 um saldo de 40,74 milhões de patacas, traduzindo uma melhoria quando comparado com o ano de 2015 em que foi apurado um prejuízo na ordem de 1,849 milhões de patacas. Estes resultados reflectem que a indústria de convenções e exposições tem vindo a evoluir gradualmente em direcção à mercantilização. Actualmente, existem em Macau 8 exposições que foram acreditadas pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), mais 5 em relação ao final de 2014. Na 14ª edição do relatório anual “Indústria de feiras comerciais na Ásia” da UFI, publicado em Julho de 2018, Macau foi destacado como um dos mercados de exposições com melhor desempenho nos últimos cinco anos. Em Agosto p.p., Macau foi distinguida com o prémio “Melhor Cidade MICE da Ásia”(Best MICE City - Asia), durante a primeira edição dos “M&C Asia Stella Awards 2019.

Melhoramento gradual das instalações de *software* e *hardware* para convenções e exposições, com expositores e participantes da MICE a promover o consumo nos bairros comunitários. Em 2017, existiam em Macau 98 estabelecimentos disponíveis para prestar serviços de realização de conferências e exposições, ou seja, uma subida de 46,3% em relação a 2015; o número de trabalhadores ao serviço foi de 427, tendo aumentado 14,5% relativamente a 2015. O valor acrescentado bruto do próprio sector de serviços de

organização de conferências e exposições também aumentou em conformidade, passando de 70 milhões de patacas em 2015 para 107 milhões de patacas em 2017, correspondendo a um aumento de mais de 50%. Atendendo ao incremento contínuo do número de visitantes empresariais de alto nível a Macau, o IPIM lançou uma série de acções para organizar e incentivar os visitantes de convenções e exposições a passear e fazer compras nos bairros comunitários, prestando assim apoio à dinamização do desenvolvimento da economia comunitária local.

4. Empenho no fomento da construção do “Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau”, dando apoio à promoção da normalização, mercantilização e internacionalização da indústria da medicina tradicional chinesa

Prosseguimento da construção das instalações *software* e *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, em Hengqin (doravante designado por Parque Industrial). O Presidente Xi Jinping, na sua visita ao Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, em Outubro de 2018, reconheceu o papel do Parque Industrial no impulsionamento do desenvolvimento da MTC e da diversificação adequada da economia de Macau, tendo dado também importantes instruções em prol do desenvolvimento da MTC e da construção do referido Parque Industrial. Actualmente, o Edifício de Produção do GMP e a plataforma de serviços públicos com funções focadas essencialmente na investigação e desenvolvimento (I&D) e na realização de testes de qualidade, entre outras especificidades técnicas, já se encontram em pleno funcionamento, estando praticamente concluída a construção da zona de incubação destinada à formação e ao desenvolvimento das empresas estabelecidas no Parque Industrial. Concluiu-se também a constituição da equipa de investigação e desenvolvimento técnico e da equipa de serviços de investigação científica, com elementos compostas por representantes das autoridades de Supervisão e Administração dos Medicamentos da Província de Guangdong e do Centro de Estudos Técnicos e das Políticas Estratégicas da Medicina Tradicional Chinesa, tendo sido introduzidos diversos projectos-chave de investigação científica.

Contributo para o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, servindo o Parque Industrial como meio de suporte. O Parque Industrial tem desempenhado, de forma gradual, um papel muito positivo no cultivo e fomento do crescimento e desenvolvimento das empresas de MTC de Macau. É de assinalar que, de entre as 29 empresas de Macau já registadas e estabelecidas no Parque Industrial, 12 são empresas formadas recentemente em medicina chinesa, 10 recém-criadas sob investimento de empresas antigas da MTC criadas em Macau.

Promoção da normalização e internacionalização dos produtos da MTC, tomando como ponto de partida os países de língua portuguesa e aceleração da construção do projecto-modelo da indústria da prestação de bens/serviços globais de saúde. A partir de 2015, tomando como ponto de partida os países de língua portuguesa, diligenciou-

se no sentido de apoiar as empresas a registarem os seus produtos nos países lusófonos, estabelecendo gradualmente redes de cooperação que ligam à ASEAN, à África e à União Europeia.

Desde o arranque do projecto de registo dos medicamentos tradicionais em Moçambique no início de 2017 até Agosto de 2019 e, contando com o apoio do Parque Industrial, um total de 6 tipos de produtos das empresas do Interior da China e de Macau foram registados, com sucesso, em Moçambique, tendo os primeiros 2 tipos registados sido exportados também para esse país. Entrou em funcionamento, em Julho de 2018, o gabinete preparatório do “Centro de Medicina Tradicional Chinesa China-Moçambique”, em Maputo. Além disso, através da plataforma de Macau, o Parque Industrial tem estabelecido pontos de contacto com vários sistemas de supervisão de medicamentos da UE, no sentido de reforçar o emparelhamento empresarial bilateral em prol do desenvolvimento do Parque Industrial, apoiando o acesso ao mercado da UE dos produtos das empresas de prestígio.

Por outro lado, foram levados a cabo os trabalhos relativos à construção de hardware dos projectos-chave que englobam, principalmente, serviços nas áreas de manutenção da saúde e do bem-estar, da cultura da MTC e do turismo da saúde, etc., assim como à definição dos respectivos planos comerciais. Os projectos em si irão conjugar-se com os sectores relevantes de Macau, tendo em consideração a sua articulação com a diversificação adequada da economia local.

5. Aperfeiçoamento do ambiente de mercado, promoção do sector financeiro com características próprias e construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”

Empenho em servir as necessidades da Pátria, maximizando as potencialidades de Macau e promovendo o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias. Em Novembro de 2015, o Governo da RAEM propôs o desenvolvimento do “sector financeiro com características próprias”, focado no desenvolvimento da locação financeira, na liquidação de RMB e na gestão de fortunas no “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020)”, disponibilizando os serviços financeiros necessários para a cooperação entre os países de língua portuguesa e os países e regiões ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota” nas áreas da capacidade produtiva, exportação de equipamentos mecânicos em grande escala do Interior da China, introdução de tecnologia e equipamento avançados do exterior e captação de empresas e projectos de investimento comercial.

Aperfeiçoamento do sistema jurídico para funcionar como suporte para o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias. No cumprimento das linhas orientadoras da governação no que respeita à promoção do desenvolvimento do sector financeiro com características próprias, foi lançado, em Abril de 2019, o “Regime jurídico das sociedades de locação financeira” e, posteriormente, o diploma complementar intitulado “Regime do benefício fiscal para a locação financeira”. Em 2018, a AMCM

constituiu, respectivamente, com o sector bancário e com o sector de seguro, “grupos permanentes de trabalho para revisão dos diplomas legais”, visando acelerar os trabalhos de revisão legislativa e aperfeiçoar o ambiente de mercado do respectivo sector.

Aceleração da construção de infra-estruturas financeiras e construção de um “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa”. O sistema de liquidação imediata em tempo real em Renminbi (RMB RTGS) de Macau e o Sistema de Liquidação Automática de Cheques de Macau foram lançados, sucessivamente, em 2016 e 2017. Em 2018, o Banco de Compensação em RMB de Macau foi aprovado como membro participante indirecto do “Cross-Border Inter-Bank Payments System” (CIPS). Desde o início de 2015 até ao final de Julho de 2019, o valor acumulado da regularização das transacções em RMB atingiu um total de 506,9 mil milhões de RMB.

Enriquecimento dos produtos de gestão de fortunas de Macau. No final de Junho de 2019, a AMCM lançou a “Directiva relativa à emissão de obrigações e à gestão dos serviços relativos à sua alieação e à negociação” e a “Directiva relativa à colocação de obrigações com tomada firme e custódia de obrigações”, a fim de estabelecer um regime que criasse condições básicas e necessárias para a emissão de títulos em Macau pelas sociedades comerciais locais e estrangeiras. Em Julho de 2019, o Governo Central emitiu, pela primeira vez, em Macau, títulos de dívida do Estado, com o valor de 2 mil milhões de RMB, destinados a investidores institucionais e aos residentes de Macau. A AMCM deu início ao estudo e produção legislativa tendente à introdução do regime de fidúcia, para satisfazer as necessidades de desenvolvimento das actividades de gestão de fortunas de Macau. Segundo os dados do sector, até ao final de Junho de 2019, os clientes de produtos de gestão de fortunas aumentaram para 290 000, enquanto que o valor de mercado final das carteiras de investimento aumentou 24,6%, atingindo 224,3 mil milhões de patacas.

Captação de instituições financeiras com qualidade para elevar o potencial de desenvolvimento do sector financeiro. No período compreendido entre 2015 e o 1.º semestre de 2019, o número de novas instituições financeiras aumentou para onze, incluindo bancos, instituições seguradoras, sociedades de locação financeira, instituição prestadora de serviços de pagamento, instituição de transacção de activos financeiros e sociedade gestora de fundos. Presentemente, os quatro maiores bancos comerciais do Interior da China encontram-se instalados em Macau. Com o estabelecimento de várias instituições financeiras em Macau e o impulsionamento de actividades transfronteiriças, as actividades financeiras locais tornar-se-ão cada vez mais diversificadas e inovadoras.

6. Reforço dos trabalhos de fiscalização e do aperfeiçoamento de regimes jurídicos, promovendo o desenvolvimento ordenado do sector do jogo, nos termos da lei

Conclusão do trabalho de revisão intercalar do sector do jogo e acompanhamento sincrónico dos relevantes trabalhos e problemas Em 2015, o Governo da RAEM encomendou ao Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau

a realização de um estudo específico sobre o desenvolvimento do sector do jogo e o seu impacto sobre as diversas vertentes socioeconómicas da RAEM, tendo o respectivo relatório sido publicado em Maio de 2016 para efeitos de auscultação das opiniões do sector e da sociedade. Ao mesmo tempo, face aos problemas descobertos no decurso do trabalho de revisão intercalar atrás referido, o Governo da RAEM procedeu à elaboração e alteração das leis, regulamentos e instruções a que esses problemas diziam respeito, de modo a aperfeiçoar mais efectivamente o regime de supervisão relevante, reforçando a regulação das operadoras de jogo no cumprimento da lei no âmbito da exploração das suas actividades.

Concomitantemente, tendo em consideração que os actuais contratos de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino estão prestes a terminar, foi dado início aos trabalhos de estudo jurídico para a realização do próximo concurso público destinado à atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar. Ademais, atendendo a que a uniformização do termo dos prazos dos contratos de concessão dessa natureza seria benéfica para a coordenação dos trabalhos preparatórios para a abertura de um novo concurso público destinado à atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino e, ainda, vantajosa para manter a estabilidade social, nomeadamente a do mercado de emprego e salvaguardar os direitos e interesses legítimos de trabalhadores, o Governo da RAEM, autorizou, em Março do corrente ano, a prorrogação até Junho de 2022 do prazo de dois contratos (um de concessão e outro de subconcessão) para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino, que tinham prazos mais curtos do que os restantes contratos de jogo.

Controlo rigoroso da dimensão do sector do jogo e aperfeiçoamento contínuo da construção do regime jurídico para promover a exploração das actividades de jogo de acordo com a lei. Foi adoptada uma política mais rigorosa na apreciação dos pedidos sobre a abertura de novas zonas de jogo ou a instalação de novas máquinas de jogo, de modo a controlar a dimensão do desenvolvimento do sector do jogo. No tocante à revisão e ao aperfeiçoamento contínuos da legislação e regulamentos relevantes, implementou-se, a partir de 2016, a medida de proibição de utilização de telemóveis junto das mesas de jogo nos casinos da RAEM, de modo a prevenir a prática de actos irregulares nesses locais, tais como a colocação de apostas via telefones; finalizou-se, em 2017, a elaboração do manual de fiscalização sobre as concessionárias da exploração de apostas mútuas, optimizando ainda mais o regime de supervisão das concessionárias em causa; entrou em vigor, no final de 2018, a Lei n.º 10/2012 («Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos») revista que prevê regras mais rigorosas quanto à entrada nos casinos; deu-se início aos trabalhos de revisão da Lei n.º 16/2001 («Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino») e do Regulamento Administrativo n.º 6/2002 («Regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino»), a fim de intensificar a supervisão do funcionamento do mercado de jogo.

Reforço da supervisão sobre os promotores de jogo. As operadoras de jogo foram exortadas a reforçar a fiscalização dos seus promotores de jogo, tendo sido realizadas, a

partir de 2015, auditorias específicas de diversa ordem sobre as mesmas, nomeadamente as suas contas, registo comercial, mecanismos de controlo interno, entre outros aspectos e, efectuados continuamente a monitorização e o acompanhamento das melhorias adoptadas pelos promotores de jogo que falharam nos processos de avaliação. Foram igualmente adoptadas medidas mais rigorosas na apreciação dos pedidos de atribuição e renovação das licenças para o exercício de actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar, o que originou a diminuição do número de promotores de jogo, passando do seu pico de 270 para os actuais de cerca de 100.

Promoção do desenvolvimento estável do sector do jogo e optimização da estrutura das receitas brutas do jogo. Entre Junho de 2014 e Julho de 2016, o sector do jogo entrou numa fase de ajustamento profundo. Face a esta circunstância, o Governo da RAEM empenhou-se em impulsionar as operadoras do sector a aumentarem os seus investimentos em factores não relacionados com o jogo, a fim de alargar o peso do segmento de massas em termos de receitas. Assim sendo, as receitas brutas provenientes do mercado de massas subiram, relativamente ao total das receitas brutas obtidas das actividades de jogo, de uma proporção de 37% no final de 2014 para cerca de 56% no final de Agosto de 2019.

Incentivo às operadoras de jogo no reforço dos investimentos em actividades não jogo. Com o impulso do Governo da RAEM, as operadoras de jogo têm reforçado, de forma contínua, as suas apostas em elementos não jogo, assim como nos projectos de entretenimento, fazendo com que o peso das receitas provenientes das actividades não jogo das seis operadoras, face à totalidade das receitas obtidas pelas mesmas, crescesse, de 6,6% registadas em 2014 para 9,97% em 2018, tendo sido alcançada praticamente a meta prevista no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.

Promoção do desenvolvimento coordenado entre as actividades do jogo e as correlativas não-jogo. Contando com os esforços conjuntos das associações comerciais e do sector, o valor de aquisição, por parte das operadoras de jogo, dos bens e serviços locais aumentou, tendo o respectivo peso crescido de 41% em 2015 para 65% em 2018, totalizando 36,46 mil milhões de patacas. Em termos de empresas fornecedoras de bens e serviços às operadoras de jogo, o número de empresas locais subiu, tendo a proporção passado de 43% em 2015 para 49,7% em 2018, num total de cerca de 7 300 unidades. Ademais, a quantidade dos estabelecimentos comerciais locais instaladas nos complexos turísticos das operadoras de jogo cresceu também, de 118 unidades em 2014 para 660 unidades em 2018, equivalente a um acréscimo de cerca de 4,6 vezes.

7. Medidas multifacetadas para promover a inovação e o melhoramento da qualidade do desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME)

Melhoramento contínuo das várias medidas de apoio às PME. Em resposta às necessidades do desenvolvimento das PME, deu-se continuidade à implementação e optimização, com eficácia, de medidas como o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” e o “Plano de

Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos”, entre outros projectos. Foram lançados, a partir de Agosto, o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação dos Elevadores para Mercadorias” e o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação das Barreiras contra Inundações e Bombas de Água”, no sentido de ajudar os comerciantes nas zonas baixas de Macau a reforçarem a sua capacidade de prevenção e resposta às calamidades e a reduzirem os eventuais danos causados pelas inundações nos seus estabelecimentos comerciais devido à passagem de tufões e às chuvas intensas.

Estímulo às PME na utilização dos meios de pagamento electrónico para alargar o leque de clientela e elevar a eficácia operacional. Com o impulso do “Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Promoção do Comércio Electrónico”, o ritmo do desenvolvimento do serviço de pagamento móvel em Macau acelerou nos últimos anos, sendo o seu uso cada vez mais generalizado e receptivo. A partir do 4.º trimestre de 2018, vários bancos lançaram, sucessivamente, serviços de pagamento móvel, concedendo facilidades aos residentes de Macau na utilização desses serviços nos estabelecimentos comerciais que os aceitam em Macau, no Interior da China ou em outras regiões estrangeiras. Em 2018, registaram-se 1,34 milhões de transacções de pagamento móvel (6,7 vezes mais em relação ao ano de 2017), envolvendo um montante global de 89,47 milhões de patacas (10,6 vezes mais relativamente ao ano de 2017).

Apoio às lojas antigas típicas de Macau na remodelação das suas marcas e na inovação do seu desenvolvimento. Desenvolveram-se, em 2017, os trabalhos preparatórios para o lançamento do “Plano de Apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau”, tendo 12 lojas antigas sido classificadas, em Março de 2019, como “Marcas Típicas de Macau”, estando em curso o desenvolvimento faseado do plano em questão.

Lançamento da actividade de “entrega de serviços ao domicílio”, proporcionando às PME serviços mais convenientes. Em cooperação com as associações industriais e comerciais, a DSE começou a implementar, a partir de 2015, a actividade de “entrega de serviços ao domicílio”. Presentemente, um total de 8 centros afectos às 5 associações industriais e comerciais parceiras colaboram na recepção dos pedidos aos diversos planos de apoio às PME. Foram estabelecidos, em Macau, respectivamente em 2016 e 2017, em conjunto com as associações comerciais locais, o “China Trademark Registration Consulting Center” e o “Centro do Serviço de Orientação para o Registo dos Assuntos Comerciais no Interior da China”.

Incentivo à inovação de investigação e de desenvolvimento empresariais através do lançamento de medidas de benefícios fiscais. O Governo da RAEM lançou, por duas fases, medidas de benefícios fiscais para incentivar a inovação de investigação e desenvolvimento. As medidas lançadas na primeira fase residem no seguinte: a matéria colectável sujeita ao imposto complementar de rendimentos das empresas de Macau beneficia de uma dedução de 300% para os primeiros 3 milhões de patacas do valor total das “despesas de investigação e desenvolvimento qualificadas”, e de 200% para o montante remanescente,

sendo o valor máximo de dedução de 15 milhões de patacas. Na segunda fase, vai ser elaborada legislação sobre o “Regime jurídico de benefício fiscal para o exercício de actividades de inovação científica e de investigação”, encontrando-se, neste momento, em fase de elaboração o projecto do respectivo diploma legal.

8. Reforço da comunicação e intercâmbio para promover a inovação, empreendedorismo e empregabilidade juvenis

Aperfeiçoamento contínuo e implementação eficaz do “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”. Este plano foi lançado em Agosto de 2013. Desde então até finais de Agosto de 2019, foram recebidos 1 996 pedidos, tendo sido aprovados 1 490, representando um montante de cerca de 340 milhões de patacas, envolvendo principalmente o sector de comércio a retalho, restauração e serviços destinados às empresas, em articulação com o rumo do desenvolvimento das indústrias emergentes. Além disso, as mais de mil empresas beneficiárias criaram mais de 4 000 postos de trabalho, tendo, por isso, desempenhado um papel muito positivo no mercado de trabalho local.

Criação do “Centro de Incubação de Negócios para os Jovens” (CINJ) para prestação de serviço de apoio mais abrangente. Desde a sua inauguração, em Junho de 2015, até finais de Agosto de 2019, o CINJ recebeu um total de 343 pedidos de admissão ao Centro, dos quais 251 foram aprovados. As empresas aprovadas dedicam-se, principalmente, às indústrias de ciência e tecnologia, cultura, convenções, exposições e turismo, gestão de restauração, serviços comerciais e produtos farmacêuticos, entre outras. Em Outubro de 2018, o CINJ foi reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China como o primeiro Espaço Nacional de Trabalho Colaborativo nas regiões de Hong Kong e de Macau.

Lançamento e aperfeiçoamento contínuo do “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, valorizando as funções do “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa” em Macau. Este Programa foi lançado em Novembro de 2017. Desde então até finais de Agosto de 2019, houve um total de 57 jovens empreendedores que se dedicavam às actividades de prestação de serviços comerciais, cultura e criatividade, ciência e tecnologia, entre outras, que participaram nessa actividade, dos quais 32 já a concluíram com sucesso.

Aprofundamento contínuo dos laços de cooperação inter-regionais em empreendedorismo juvenil, prestando aos jovens apoio mais diversificado para a criação de negócios. Deu-se prosseguimento ao aprofundamento e alargamento do intercâmbio e cooperação com as incubadoras de empreendedorismo juvenil da Grande Baía, recomendando, através do reconhecimento mútuo dos projectos de empreendedorismo juvenil, as empresas dos jovens empreendedores a instalarem-se naqueles espaços de incubação. Foi lançado em Junho de 2019 o “Programa de Permuta de Serviços de Consultadoria Profissional”, tendo sido estabelecidas, na primeira fase, relações cooperativas com várias incubadoras de empreendedorismo juvenil localizadas em

seis cidades da Grande Baía, com vista a prestar assistência em prol do desenvolvimento transfronteiriço dos projectos dos jovens empreendedores das duas partes.

Esforços conjuntos do Governo e das instituições associativas para apoiar os jovens na criação de negócios e no acesso ao emprego. A DSE, em conjunto com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), entre outras entidades, começou a organizar, desde 2016 e sucessivamente, o “Plano de Formação de Empreendedorismo e Inovação da Juventude” e o “Concurso de Empreendedorismo e Inovação Juvenil de Macau”. A DSAL, por seu turno, empenhou-se em diversificar os seus serviços de apoio ao emprego dos jovens, tendo alterado, desde 2016, a forma de organização da “Feira de Emprego para Jovens”, passando esta a ser promovida em parceria com os organismos juvenis e, implementado, a partir de 2018, planos de introdução, por fases, das empresas de qualidade das cidades integradas na Grande Baía para participarem naquele evento.

Optimização contínua dos serviços de aconselhamento de emprego e da formação profissional para apoiar a elevação da competitividade dos jovens. Em resposta às necessidades concretas do desenvolvimento industrial e sectorial, a DSAL proporcionou aos jovens serviços de aconselhamento profissional e acções de formação de técnicas profissionais em diversos tipos e modalidades, a fim de os ajudar a integrarem-se, com sucesso, no mercado de trabalho. Além disso, incentivou os jovens a participarem na “Competição Mundial de Aptidão Profissional”, tendo realizado, na qualidade de entidade co-organizadora, a “Competição de aptidões entre os jovens de Guangzhou, Hong Kong, Macau e Chengdu”, para facultar aos jovens mais plataformas para o melhoramento das suas aptidões profissionais, fomentando a diversificação do desenvolvimento da sua carreira profissional.

Prosseguimento das iniciativas de intercâmbio e diálogo sincero com os jovens de Macau para interacção e discussão dos assuntos sobre a situação do País e da RAEM, bem como as políticas do Governo local. Com base nas iniciativas ininterruptamente realizadas ao longo dos anos passados no âmbito da tutela da Economia e Finanças, para manutenção de contactos e comunicação com a camada juvenil de Macau, foram levadas a cabo, entre 2018 e 2019, mais de 20 actividades, tais como, diálogo entre jovens e dirigentes, visitas de dirigentes às associações juvenis ou organizações de estudantes, etc., com o objectivo de auscultar as opiniões dos jovens quanto aos trabalhos do Governo desenvolvidos em diversas áreas, assim como as suas aspirações sobre o seu próprio desenvolvimento. Em Julho de 2019, foi organizada uma delegação composta por cem jovens locais para participarem na iniciativa de visita e aprendizagem à Província de Jiangsu enquadrada no programa intitulado «Caminhar juntos na Nova Era».

9. Aperfeiçoamento do regime jurídico e optimização do ambiente do mercado

À medida que se empenhou em otimizar constantemente os procedimentos de serviços administrativos públicos, a fim de facilitar ainda mais a vida dos residentes e empresários, o Governo da RAEM procedeu à revisão e ao melhoramento contínuo dos diversos diplomas

legais relevantes, com vista ao aperfeiçoamento do regime jurídico. Entre 2015 e Agosto de 2019, foram concluídos os procedimentos legislativos de 30 leis e 29 regulamentos administrativos da área da Economia e Finanças, representando, respectivamente, 40% e 18,24% do total das leis (75) e dos regulamentos administrativos (159) com os respectivos processos legislativos concluídos durante o IV Governo da RAEM. Além disso, na área da Economia e Finanças, encontram-se actualmente em curso de desenvolvimento processos legislativos referentes a 20 leis e 12 regulamentos administrativos, aguardando-se a conclusão dos respectivos trabalhos.

10. Optimização da construção da equipa de talentos da área industrial, ajudando os residentes a reforçarem a sua empregabilidade, promovendo a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos mesmos

Lançamento de várias acções de formação de talentos, preparando talentos necessários para o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições. Foi lançado o “Programa de Apoio para a Formação de Profissionais na Área de Convenções e Exposições” em Novembro de 2014. Desde então até finais de Agosto de 2019, mais de 300 pessoas participaram nos cursos de formação. O IPIM e a DSAL cooperaram na realização de uma série de cursos de formação relacionados com as convenções e exposições, tendo alargado, de forma contínua, as áreas de formação. Entre 2015 e 2017, o Governo da RAEM e o Ministério do Comércio do Estado co-organizaram, em Xangai, Dalian e Hangzhou, três edições do “Curso de Formação de Talentos de Convenções e Exposições” destinadas aos operadores MICE de Macau e do Interior da China. Além disso, deu-se apoio ao sector MICE de Macau na organização, em conjunto com as organizações internacionais de convenções e exposições com maior prestígio, de acções formativas, como por exemplo, curso de “Certificado em Gestão de Exposições” (CEM) e curso superior de “Exhibition Management Degree” (EMD), etc., tendo sido reservada, a partir de 2018, parte das vagas dos referidos cursos a favor dos operadores do sector MICE das várias cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e dos países de língua portuguesa, com vista a incentivar o intercâmbio e a aprendizagem mútuos entre os formandos.

Promoção da formação de talentos locais na área financeira para favorecer o desenvolvimento do sector financeiro. De 2015 até finais de Agosto de 2019, o Instituto Financeiro de Macau, constituído conjuntamente pela AMCM e pelos operadores do sector financeiro de Macau, organizou 224 cursos e 47 seminários e acções de formação, com mais de 10 000 participantes. Foi lançado, sucessivamente em 2018 e 2019, o “Plano do IFF de Desenvolvimento de Talentos Locais para os Sectores Financeiro e Segurador de Macau”, com uma duração de dois anos. Além disso, a AMCM e as instituições de ensino superior e instituições financeiras e de seguros formaram, conjuntamente, uma equipa para a formação de talentos, tendo sido iniciada a elaboração de um “Plano de desenvolvimento de talentos para o sector financeiro com características próprias”.

Valorização do papel do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau em prol dos jovens de Macau,

proporcionando-lhes oportunidades de intercâmbio profissional e formação específica em medicina chinesa. No período entre 2016 e Agosto de 2019, o Parque Industrial organizou 4 edições dos cursos, consistindo em teoria e prática profissional, e 5 edições do “Programa de estágio no estrangeiro para jovens médicos de medicina chinesa”, tendo organizado também a participação dos formandos em diversas actividades realizadas em Moçambique e na Tailândia, como consultas médicas voluntárias, formação e estágio clínico, formação de assistente de formador clínico, entre outras, totalizando 70 participantes dos jovens médicos de Macau. Adicionalmente, o Parque Industrial, em colaboração com as instituições do ensino superior de Macau, prestou também acções de formação aos jovens, tais como o “Programa de acompanhamento de estudantes por oficiais do quadro superior”, e o “Programa de estágio, entre outros.

Incentivo ao reforço das acções de formação destinadas aos trabalhadores do sector do jogo, no sentido de fomentar a sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Entre 2015 e 2016, altura em que a economia de Macau sofreu um ajustamento profundo, as operadoras de jogo foram exortadas a organizar cursos de formação remunerada em serviço a favor dos seus trabalhadores, de modo a incentivar a aprendizagem contínua e auto-valorização dos mesmos. Em 2016, foi lançado o “Curso de formação sobre desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo”, na modalidade de formação remunerada em serviço, sob uma forma de cooperação entre o Governo e as entidades patronais e laborais e, até finais de Agosto de 2019, foram organizadas, no total, 288 edições do referido curso, contando com a participação de 7 932 formandos.

Organização e optimização dos diversos cursos de formação técnico-profissional e aperfeiçoamento contínuo dos projectos de testes de técnicas profissionais, em consonância com as exigências do desenvolvimento económico e sectorial. Com base nas acções de formação profissional existentes, a DSAL organizou, a partir de 2015, o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de formação remunerada em serviço. Desde o lançamento do referido plano até finais de Agosto de 2019, 91 empresas aderiram a esse plano, totalizando 1 529 participantes nas respectivas acções de formação, 316 dos quais conseguiram encontrar trabalho correspondente devido a esse plano e 695 foram contratados directamente pelas empresas ou através da transferência interna. Em 2019, foram lançados cursos de conhecimentos técnicos sobre o Metro Ligeiro, o “Programa de formação de talentos em gestão operacional do sector de restauração” e ainda o “Programa de formação inicial” destinado exclusivamente aos jovens com idade igual ou inferior a 24 anos. Entre 2015 e Agosto de 2019, a DSAL organizou um total de 1 146 cursos de formação, nomeadamente “formação com certificação”, “formação remunerada em serviço” e “elevação da habilidade profissional”. Paralelamente, foi dada continuidade ao aperfeiçoamento dos projectos de testes de técnicas profissionais, ajudando os residentes a elevarem a sua empregabilidade integral através da obtenção, via exames, de certificados de técnicas reconhecidas local e internacionalmente. Até finais de Agosto de 2019, a DSAL prestou serviços de avaliação de qualificação profissional a mais de 40 tipos de trabalho,

tendo sido registado, entre 2015 e finais de Agosto de 2019, um total de 13 400 residentes locais que obtiveram certificados de técnicas profissionais respeitantes.

Introdução de talentos estrangeiros de acordo com o desenvolvimento económico e industrial e valorização do seu papel de ensino. Para as actividades consideradas favoráveis à promoção da diversificação adequada da economia de Macau, os respectivos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes especializados podem estar sujeitos a um processamento mais rápido, desde que a sua contratação não prejudique os direitos e interesses laborais e de emprego dos residentes locais.

11. Intensificação contínua das actividades promocionais, de sensibilização e de fiscalização sobre a segurança e saúde ocupacional

Foi promovida uma série de acções de fiscalização, sensibilização e formação sobre a segurança e saúde ocupacional para o sector da construção, a fim de reforçar gradualmente os conhecimentos dos operadores do sector quanto a esta matéria e às condições de segurança no trabalho. Entre 2015 e Agosto de 2019, foi distribuído um total de 4 184 conjuntos/peças dos equipamentos no âmbito do Plano de promoção dos equipamentos de segurança e saúde ocupacional. Além disso, começaram a ser implementadas, a partir de 2017, as medidas de vistoria de grande escala, pelo menos três vezes por ano, junto de todos os estaleiros de obras em Macau, as acções inspectivas antes e depois dos tufões e das festividades do Ano Novo Lunar, etc., tendo sido permitido ainda aos empreiteiros de obras acederem, mediante requerimentos, ao sistema de pontuação relativa à segurança e saúde ocupacional dos estaleiros, para que possam fazer uma auto-avaliação sobre a situação da segurança e saúde ocupacional das suas obras, e introduzir melhorias adequadas.

12. Optimização da gestão das finanças públicas e dos assuntos tributários, assegurando a segurança e a estabilidade financeira

Melhoria das acções de supervisão financeira. No relatório de avaliação mútua da RAEM, efectuada pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), em conjunto com o “The Group of International Finance Centre Supervisors” em 2017, os bons resultados obtidos por parte da RAEM colocaram-na no grupo dos membros do APG com elevada notação. Na sequência do Primeiro Relatório de Acompanhamento da RAEM que foi entregue ao APG em Janeiro de 2019, a RAEM conseguiu com sucesso o melhoramento da notação das restantes 3 Recomendações para notações de cumprimento em larga escala, tornando-se na primeira jurisdição a nível mundial a obter notações positivas nas 40 Recomendações da FATF de entre todas as jurisdições avaliadas até este momento. Além disso, com a entrada em vigor, no dia 1 de Novembro de 2017, da Lei intitulada “Controlo do transporte transfronteiriço de numerário e de instrumentos negociáveis ao portador”, a AMCM exigiu aos bancos a instalação, por fases, ou seja, dentro do período entre 2016 e 2017, de tecnologia de reconhecimento facial («Know your customer» – KYC) nas máquinas ATM em Macau, a fim de monitorar rigorosamente o fluxo transfronteiriço de fundos de acordo com a lei.

Gestão dos investimentos da Reserva Financeira de acordo com os princípios da “segurança, eficácia e estabilidade”. Para além de ter sido efectuada uma monitorização estreita do desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais, foi diligenciado no sentido de, por um lado, proceder a uma boa gestão do risco e, por outro, elaborar planos e programas de investimentos da Reserva Financeira. Nos últimos anos, o Governo da RAEM procedeu ao aperfeiçoamento da gestão das reservas, o qual foi reconhecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que as operações totais da Reserva Financeira da RAEM aumentaram, passando de 246,3 mil milhões de patacas em finais de 2014 para mais de 570 mil milhões de patacas em Julho de 2019. Ao mesmo tempo, face a um ambiente marcado não apenas pela prática de uma taxa de juro extremamente baixa durante muitos anos, mas também pelas flutuações no mercado da bolsa de valores, a Reserva Financeira adoptou uma estratégia diversificada de investimento a médio e longo prazo, tendo os investimentos efectuados entre 2015 e finais de Julho de 2019 registado lucros num total superior a 47 mil milhões de patacas, com uma taxa média de retorno situada na ordem dos 2,5%, em termos anuais.

Conclusão do processo legislativo da «Lei de enquadramento orçamental» para melhoramento da elaboração e da execução do orçamento público. As diversas normas previstas naquela lei, designadamente referentes ao regime do uso das dotações afectas e à elaboração dos relatórios trimestrais sobre a execução orçamental do Plano de Investimento e de Despesas de Desenvolvimento de Administração (PIDDA) e dos intercalares relacionados com a execução do orçamento, foram implementadas no primeiro dia do ano de 2018 e do ano de 2019, respectivamente. No cumprimento do princípio da publicidade e da transparência previsto na «Lei de enquadramento orçamental», a partir de Fevereiro de 2019, foram publicadas mensalmente no Portal da DSF as informações sobre a execução do orçamento ordinário integrado e do orçamento agregado dos organismos especiais.

Aperfeiçoamento do regime da contratação pública. Realizou-se em Novembro de 2018, uma consulta pública de 60 dias sobre a elaboração da Lei da contratação pública, tendo sido concluído já o respectivo relatório final. Em Maio de 2017, foram lançadas, no âmbito da Economia e Finanças, as “Instruções para a publicitação da informação relativa às aquisições por parte dos serviços sob a alçada do Secretário para a Economia e Finanças”, com vista à elevação da transparência dos processos de contratação pública. A DSF criou, em 2018, uma base de dados de contratação para uso comum por todos os serviços e organismos públicos da tutela do Secretário para a Economia e Finanças, tendo melhorado constantemente os seus conteúdos e as suas funcionalidades, procurando, através da partilha dos dados sobre aquisições públicas, elevar a eficiência dos respectivos trabalhos.

Estudo da criação do “Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau”. Para avançar com os trabalhos previstos no Plano Quinquenal, o Governo da RAEM, em conformidade com as respectivas directrizes de trabalho, está preparado para proceder a uma consulta pública sobre a criação da “Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A.”, no sentido de auscultar amplamente as opiniões e sugestões da sociedade relativamente à matéria em causa.

Optimização da construção do sistema jurídico para satisfazerem as normas internacionais em matéria fiscal e estreitamento da cooperação tributária a nível internacional. Até finais de Agosto de 2019, a RAEM celebrou 6 Convenções para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento, e 16 Acordos de Troca de Informações em Matéria Fiscal, tendo aderido, em Abril de 2019, ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e celebrado o «Memorando de entendimento do mecanismo de cooperação sobre administração fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”». Além disso, para se coadunar com os diversos trabalhos relacionados com o combate à erosão da base tributária e da transferência de lucros, assim como com a avaliação a efectuar por parte das organizações internacionais relevantes, foi concluído, em 2018, o processo legislativo da Lei intitulada “Revogação do regime jurídico do exercício da actividade offshore”, pondo fim à admissão de pedidos sobre a concessão de autorização para o exercício da actividade offshore, estipulando que as autorizações desta natureza, mesmo que se encontrem ainda válidas, deixarão de vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2021.

Por outro lado, dado que a União Europeia (adiante designada, abreviadamente por UE) classificou a RAEM como jurisdição não cooperante em matéria fiscal no ano de 2017, o Governo da RAEM, com o forte apoio do Governo Central, tem mantido, de forma dinâmica, contacto com a UE, tendo esta determinado, em Janeiro de 2018, a retirada da RAEM da lista das jurisdições não cooperantes em matéria fiscal. Quanto à realização de trabalhos relacionados com a aplicação extensiva da “Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal” à RAEM, o Governo Central efectuou uma declaração relativamente a esta matéria, tendo determinado a entrada em vigor daquela Convenção na RAEM, a partir de Setembro de 2018, o que levou ao Governo da RAEM a celebrar o Acordo Multilateral das Autoridades Competentes para a Troca Automáticas de Informações de Contas Financeiras. Ademais, para se articular com as mais recentes normas fiscais internacionais, o Governo da RAEM deu início ao trabalho legislativo de revisão do “Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos”.

13. Aperfeiçoamento contínuo do sistema de indicadores estatísticos em consonância com o desenvolvimento socioeconómico

Tendo em consideração o desenvolvimento económico e industrial de Macau e atentas as necessidades derivadas do aprofundamento contínuo da cooperação regional, a DSEC optimizou constantemente os trabalhos de recolha e análise dos diversos dados estatísticos, aperfeiçoando o sistema de indicadores estatísticos, com vista ao fornecimento de dados estatísticos mais científicos e adequados às necessidades reais, contribuindo para a materialização da política de governação científica. Entre estes trabalhos destacam-se a optimização dos procedimentos de elaboração da Conta Satélite do Sector das Convenções e Exposições, a divulgação anual, a partir do final de 2016, do “Relatório da Análise do Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau”, a criação de uma página electrónica sobre o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, entre outros.

14. Optimização contínua das medidas administrativas e dos procedimentos dos serviços prestados, facilitando a vida da população e da comunidade empresarial

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças têm vindo a dedicar-se ao melhoramento contínuo dos procedimentos administrativos, respectivos serviços e medidas, empenhando-se em lançar serviços electrónicos e proceder, de forma ininterrupta, à revisão e melhoria da capacidade de atendimento dos serviços prestados ao público e das instalações físicas relacionadas, no sentido de facultar à população e às empresas serviços menos burocráticos e que exigem menos tempo para o seu acesso, facilitando assim a vida das mesmas.

15. Aperfeiçoamento da instituição de regimes dos serviços públicos e reforço da consciência sobre os valores íntegros

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças, tendo em conta o desenvolvimento da sociedade e as suas próprias necessidades operacionais, têm vindo a empenhar-se em rever os seus próprios regimes, dedicando-se ao melhoramento da sua estrutura orgânica, atribuições funcionais, estatutos de pessoal, normas regulamentares, etc., para elevar a eficiência dos trabalhos desenvolvidos e reforçar a sua gestão administrativa. Neste sentido, foram elaboradas instruções internas para a apreciação e aprovação dos pedidos de apoio financeiro no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), de modo a assegurar a aplicação mais racional e eficaz dos recursos públicos. Além disso, foi fortalecida, de forma contínua, a construção de integridade nos diversos serviços públicos, no sentido de elevar a consciência do pessoal sobre os valores íntegros.

16. Lançamento de diversas políticas e medidas de apoio para atenuar os impactos causados pela calamidade dos tufões aos residentes e empresas

Garantia do abastecimento dos bens da primeira necessidade para a vida da população durante a passagem de tufões, tendo sido fortalecidas as acções inspectivas para assegurar a estabilidade dos preços desses produtos, reforçada a comunicação com as instituições e organismos de coordenação económica e comercial do País em Macau e as entidades fornecedoras de mercadorias, no sentido de assegurar o abastecimento estável dos bens e produtos agrícolas e seus derivados, essenciais à população de Macau.

Acompanhamento contínuo dos danos sofridos pelas PME, tendo-lhes sido prestado apoio apropriado e adoptadas medidas específicas para as ajudar a ultrapassar as dificuldades, as quais incluem, entre outras, o lançamento, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), das “Medidas de Abono” e do “Plano de Apoio Especial” em prol das PME afectadas pelos tufões; permissão dada às empresas beneficiárias dos diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas e do plano de

apoio a jovens empreendedores, cuja verba de apoio concedida anteriormente não tinha ainda sido reembolsada integralmente, para apresentarem, conforme as suas necessidades, pedidos de ajustamento do seu plano de reembolso junto do FDIC; lançamento sucessivo, em 2018, do “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas para a Instalação de Plataformas Elevatórias para Mercadorias” e do “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas para a Instalação das Barreiras contra Inundações e Bombas de Água” ; apoio prioritário às pequenas e médias empresas afectadas pelo tufão “Hato” para satisfazerem as suas necessidades em matéria de recursos humanos.

Estabelecimento de um mecanismo de ligação imediato com os sectores bancário e de seguros para fortalecer a supervisão e a coordenação do trabalho pós-desastre, tendo sido exigida aos operadores do sector de seguros a aceleração dos trabalhos de acompanhamento dos pedidos de indemnização causadas pelos tufões e estabelecerem uma linha aberta para consulta das informações respeitantes a esta matéria, bem como apresentados, em Agosto do ano corrente, o “Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas” e o “Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas”, no sentido de se proporcionar cobertura para prejuízos patrimoniais de natureza comercial causados durante os períodos de tempestade tropical em que seja hasteado o sinal n.º 8 ou de «Storm Surge» vermelho ou superior.

Estreitamento da comunicação com as operadoras de jogo para implementação, com eficácia, das medidas de prevenção e de resposta a calamidades, tendo sido estabelecidas, em conjunto com essas operadoras, medidas de contingências para os casinos; exortado as mesmas a organizarem adequadamente as deslocações dos seus trabalhadores entre as suas residências e os locais de trabalho, além de assegurarem a segurança dos residentes, turistas e trabalhadores que se encontrem nos locais de jogo durante a passagem das tempestades tropicais; dada assistência à coordenação das medidas de resposta a tufões elaboradas pelo sector de convenções e exposições, de modo a proporcionar apoio apropriado aos visitantes profissionais às conferências e feiras; diligenciado no sentido de assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores dos diversos sectores e coordenar o desenvolvimento dos trabalhos antes e depois de desastres.

Acompanhamento dos trabalhos de avaliação dos prejuízos económicos provocados pelos tufões “Hato” e “Mangkhut” em Macau, tendo sido auscultadas e recolhidas opiniões sobre os trabalhos de rescaldo pós-tufão e, ainda optimizadas as políticas e medidas relevantes de acordo com a realidade local para preparação atempada da eventual passagem por Macau de outros tufões devastadores.

Área da Segurança

Prefácio

Nos últimos 5 anos, a área de segurança orientou-se pelos objectivos, conceitos e orientações políticas implementados pelo Chefe do Executivo, bem como pelos pontos chave do “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020)”, lançando os modernos conceitos policiais, com vista a orientar as forças e serviços de segurança quanto ao moderno modelo policial e de gestão da segurança num caminho de empenhamento na garantia do desenvolvimento eficiente dos trabalhos governativos e policiais, para se concretizar os objectivos estabelecidos.

A seguir, a área de segurança procede a uma breve retrospectiva e balanço sobre os trabalhos governativos dos últimos 5 anos.

I. Implementação do “conceito geral de segurança nacional” e promoção global da defesa de segurança nacional

(1) Coadjuvação da Comissão de Defesa da Segurança do Estado no cumprimento do seu dever

A área de segurança participou activamente na preparação e criação da Comissão, bem como no seu trabalho desde a sua criação em 2018 e, sob a sua coordenação, procedeu à organização do trabalho de acordo com a lei para resistir com eficácia ao impacto negativo que a situação de segurança geral produz, garantindo efectivamente a prosperidade e a estabilidade da sociedade de Macau.

(2) Elaboração activa da legislação de apoio para a defesa da segurança nacional

O Chefe do Executivo orientou a área de segurança para coordenar ou realizar trabalhos legislativos complementares, obtendo bons resultados sob a liderança do Chefe do Executivo e o forte apoio da Secretaria para a Administração e Justiça. Entre eles, destaca-se a promulgação da “Lei da Cibersegurança” que melhora a capacidade de Macau para prevenir e responder às necessidades de segurança na rede, bem como a defesa da segurança de Macau e do País.

(3) Preparação da criação das subunidades de defesa de segurança nacional e de combate ao terrorismo

As autoridades de segurança estão a promover o ajustamento da estrutura organizacional da PJ, adicionando uma unidade com o nível de departamento dedicada a prevenir e investigar os crimes contra a segurança nacional, para resolver a actual carência de uma subunidade dedicada à aplicação da Lei de Defesa de Segurança do Estado; ao mesmo tempo, é criada uma subunidade no nível de divisão de investigação criminal para prevenir e investigar crimes de terrorismo. A referida proposta de lei, após a discussão pelo Conselho Executivo, foi submetida à Secretaria para a Administração e Justiça para efeitos de acompanhamento. Além disso, a PJ está de momento a proceder aos

trabalhos preparativos para atender às necessidades do trabalho de aplicação da lei, e do funcionamento do sistema administrativo da defesa de segurança nacional em Macau.

(4) Divulgação e educação sobre segurança nacional continuam a fazer novos avanços

Em 14 de Abril de 2017, o website do Gabinete do Secretário para a Segurança abriu a secção “Tu e a Segurança”, que promove os conhecimentos e a compreensão do público através da publicação regular de vários artigos e mensagens sobre questões da segurança nacional. Desde a criação da coluna até Outubro de 2019 foram publicados um total de 30 artigos.

Desde 2018, o Gabinete do Secretário para a Segurança coadjuvou o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM e o Governo da RAEM para a co-organização da “Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional”, que atraiu mais de 18.000 visitantes e contou com mais de 200.000 visualizações no respectivo website, propiciando um êxito superior às expectativas. Em 2019, o Gabinete do Secretário para a Segurança continuou a organizar a “Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional”, que registou quase 35.000 visitantes, entre os quais quase 12.000 jovens, sendo que o website relacionado registou mais de 224.000 visualizações de página, constituindo-se em grande sucesso.

Além de usar diferentes media para divulgar informações sobre educação da segurança nacional, as forças e serviços de segurança integraram também elementos de segurança nacional em diferentes ocasiões, como no policiamento comunitário e no treinamento de pessoal, enriquecendo continuamente o conteúdo da educação em segurança e ajudando o Governo da RAEM a fortalecer a consciência de segurança nacional dos residentes, a aumentar os sentimentos dos jovens para com a Pátria e fortalecer a conscientização sobre segurança nacional do pessoal de aplicação da lei.

II. Concretização do conceito de policiamento moderno, criando gradualmente os novos modelos de policiamento

(1) União contínua das forças civis para melhorar a eficácia da prevenção do crime

Nos últimos cinco anos, o trabalho de policiamento comunitário na área de segurança registou um progresso notável: diferentes forças e serviços estabeleceram novos mecanismos de cooperação entre a polícia e população, renovaram e intensificaram as bases existentes, o que fortaleceu o relacionamento entre a polícia e a população e melhorou essa interacção, consequentemente fortaleceu-se o auxílio da sociedade civil, contribuindo para a purificação do ambiente de segurança dos hotéis e suas imediações, para a redução considerável de furtos em habitação, bem como para os casos de violação dos direitos de propriedade intelectual e outros aspectos como a segurança contra incêndios, melhorando bastante a eficácia da aplicação da lei tanto no que diz respeito à prevenção e ao combate contra crimes, como relativamente à manutenção da ordem social.

(2) Lançamento do programa “Polícia e Cidadão, a mesma missão” para aumentar a confiança mútua entre a polícia e a população

Em 25 de Julho de 2015, a Secretaria para a Segurança, os seus serviços e a TDM se uniram ao lançar um abrangente programa policial “Polícia e Cidadão, a mesma missão”, apresentando realmente o trabalho das forças e serviços de segurança ao público, o qual recebe cada vez mais atenção, compreensão, apoio e cooperação do público em geral. A eficácia da aplicação da lei foi suficientemente afirmada e reconhecida por todos os sectores da comunidade. Até Outubro de 2019, foram já produzidos e exibidos 66 episódios do programa.

(3) Inovação constante das formas de propaganda e expansão ampla dos contactos sociais

Em Março de 2015, o Gabinete do Secretário para a Segurança abriu um website para divulgar, por meio da internet e de uma forma proactiva, mensagens das diversas acções da área de segurança, aumentando a transparência do trabalho policial, permitindo que os cidadãos possam, nesta plataforma, apresentar as suas opiniões sobre assuntos relacionados com esta área de governação. Posteriormente, as forças e serviços da área de segurança continuaram a otimizar as informações de website e a lançar aplicativos móveis, bem como outras ferramentas de media social, para promover um entendimento e interacção aprofundados entre a polícia e o público. Desde 2015 a Setembro de 2019, todos os serviços da área de segurança distribuíram 21.800 informações policiais por meio das novas plataformas na internet e com a cobertura por mais residentes de diferentes idades.

As autoridades de segurança têm inovado os seus modelos de interacção com o público, do que constituem exemplo, o grande espectáculo cultural “Tranquilidade Macau – Sarau de confraternização do Ano Novo Lunar entre a Polícia e a População” através da co-organização dos media electrónicos e das associações, o popular “Dia Aberto dos Bombeiros” e o “Dia de Convívio entre a Polícia e o Cidadão” organizados pelos serviços para divulgar as informações de segurança. A PJ realizou uma série de actividades promocionais sobre a “Promoção da Prevenção Criminal na Comunidade” em Abril de 2016, conseguindo difundir com sucesso várias mensagens anti-crime, como prevenção de drogas, furto, burla telefónica e armadilhas de procura de emprego em todas as áreas da vida quotidiana do público, atitude preventiva que logrou uma redução nos mais relevantes crime deste tipo, nos últimos anos.

(4) Enriquecimento das formas de divulgação de informações e aumento da eficiência da cooperação policial com os media

As forças e serviços de segurança criaram unidades ou equipas específicas de relações públicas e os Coordenadores de Notícias e Relações Públicas ou a equipa especializada dos serviços sob a tutela da Secretaria para a Segurança auscultam as questões dos media 24 horas por dia. O Secretário para a Segurança e as forças e serviços sob a sua tutela divulgam as principais mensagens policiais através de breves conferências de imprensa rotineiras e

regulares, ou conferências de imprensa especial ou visitas ou entrevistas dos media, em função das situações que se lhe deparem, facultando à comunicação social informações sobre os crimes, sobre incidentes de segurança e, também, sobre a promoção de políticas policiais, com vista a reforçar a transparência das informações policiais.

III. Reforço eficiente do dispositivo policial para garantir a estabilidade da segurança pública

(1) Ampla prevenção e alerta e crimes graves sob controlo

As autoridades de segurança coordenam os serviços subordinados para reforçar o mecanismo de alerta e a fortificação do seu dispositivo operacional para prevenir o crime com precisão, de acordo com a situação geral da segurança pública e após avaliação e análise científica e sistemática das diversas informações, fazendo com que as acções dos serviços subordinados se desenvolvam com eficiência.

Ao longo dos últimos cinco anos, a segurança continuou a manter-se estável em Macau, sendo de destacar, no que tange às actividades criminosas, uma descida considerável dos crimes que afectam os cidadãos na sua vida quotidiana, ou seja, furto e roubos entre outros, por sua vez, os crimes de homicídio, ofensas graves à integridade física e rapto, que mantiveram uma taxa próxima do zero ou muito baixa enquanto que se evidenciou uma elevada taxa de resolução. Por outro lado, vários casos da criminalidade organizada foram resolvidos, tendo-se desmantelado várias organizações criminosas transfronteiriças de agiotagem, exploração da prostituição, sequestro, apoio à imigração ilegal, estações emissoras simuladas, burla, roubo e falsificação de cartões bancários.

No aspecto do combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, sob a coordenação contínua do GIÊ, o trabalho do combate ao branqueamento de capitais da RAEM ficou aprovado na Avaliação Mútua organizada pelo Grupo Ásia/Pacífico no combate ao Branqueamento de Capitais (APG) em Agosto de 2019, tornando-se a primeira jurisdição submetida a avaliação a ser aprovada no domínio do cumprimento técnico em todas as 40 recomendações do FATF, de entre todas as jurisdições avaliadas, êxito de longo prazo foi reconhecido internacionalmente a Macau.

(2) Ajustamentos dos modelos de operações policiais para melhorar a segurança nos casinos

Nos últimos cinco anos, a PJ implementou a “fiscalização interna e o controlo externo” para a segurança nos casinos, enviando agentes para efectuar patrulhamentos e vigilâncias aos locais onde ocorrem frequentemente crimes relativos ao jogo numa conjugação do pessoal da investigação e da análise de dados, combate proactivo que justifica o decréscimo no volume deste tipo de criminalidade.

Nos últimos anos, face ao impacto sobre a segurança e aos problemas e crimes derivados das “burlas de troca de moeda”, dos empréstimos ilegais e dos crimes ligados aos “pedintes”, as autoridades policiais desencadearam, desde 2018, várias operações de

patrulha e rusgas em grande escala e as pessoas interceptadas por causa das actividades atrás mencionadas foram repatriados ou sujeitos à medida de proibição de entrada no território. Por outro lado, as autoridades policiais também investigaram em conjunto com as autoridades policiais do continente os gangs que controlam os “burlões de troca de moeda”, com vista a eliminar a sua fonte de capitais para prática dessas “burlas de troca de moeda”. Estas medidas já produzem efeitos de sustação dessas actividades.

Quanto à questão dos websites de jogo clandestino, a PJ e a DICJ em finais de 2017 decidiram realizar em conjunto acções de combate a este tipo de crime e, desde 2018, a PJ assumiu o trabalho de acompanhamento do trabalho de “encerramento” desses websites, contando-se, até aos dias de hoje, 501 “encerrados” com sucesso, minimizando assim o risco dos residentes e dos turistas caírem em esquemas enganosos.

(3) Reforço da cooperação interdepartamental na execução da lei e continuar a prevenir e combater os crimes leves

As autoridades da área de segurança vêm promovendo, nos últimos anos, a cooperação entre as forças e serviços desta tutela, constatando que os crimes que põem em causa a vida quotidiana e o bem-estar da população, como o roubo e o furto em residência, mostram tendência de redução.

Quanto ao número de processos de burla telefónica instaurados, que voltou a subir em 2017, constatando-se que a maioria das vítimas eram estudantes universitários, a PJ, por um lado, recebe informações através do mecanismo de prevenção conjunta contra burlas e abre uma linha aberta para a respectiva prevenção, por outro lado, a PJ reúne com a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações e os operadores de telecomunicações de Macau, no sentido de abordar o melhoramento das medidas que servem para localizar a origem das chamadas desconhecidas, tendo ainda sido estabelecido um mecanismo de comunicação directa com a Autoridade Monetária de Macau e o sector bancário, com o propósito de bloquear imediatamente os fundos suspeitos. Para além disso, a PJ e o Departamento de Segurança Pública da Directoria Provincial de Guangdong, criaram um mecanismo de suspensão urgente de transferências bancárias que indiciam crime. Por conseguinte, nos primeiros três trimestres de 2019, relativamente aos casos de burla telefónica, foi observada pela PJ uma diminuição de 16,3% face ao período homólogo de 2018.

(4) Aprofundamento da sinergia no policiamento regional para combater todos os tipos de crime transfronteiriço

Realiza-se “Operação Trovoada” entre as polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau todos os anos, com o objectivo principal de combater os crimes graves, obtendo bons resultados. E, em articulação com o plano de constituição da Grande Baía de Guangdong – Hong Kong – Macau, a Secretaria para a Segurança colabora activamente com a iniciativa proposta pela Directoria Provincial de Segurança Pública de Guangdong, que pretende aprofundar e inovar o modelo de cooperação com as cidades da área da baía, para construir um mecanismo de acção conjunta de segurança pública mais robusto, aperfeiçoando a

eficiência entre os três lados Guangdong – Hong Kong – Macau, no intuito de construir um melhor ambiente de segurança na Região da Grande Baía.

Para além disso, as autoridades de segurança têm combatido, através de um eficaz mecanismo policial de informações, os crimes transfronteiriços de droga e das estações emissoras simuladas, resolvendo vários casos de homicídio pendentes.

IV. Inovação do trabalho da gestão de protecção civil, aumento contínuo da eficácia da resposta a desastres

(1) Empenho na promoção da legislação sobre protecção civil, construção de um sistema moderno de resposta de protecção civil

Após a ocorrência do desastre do tufão “Hato” em 2017, as autoridades de segurança levando em consideração as orientações do Chefe do Executivo e as recomendações da Comissão Nacional para a Redução de Desastres propuseram a “Lei de Bases da Protecção Civil” diploma que, em 10 de Junho de 2019, foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, decorrendo actualmente a discussão da sua especialidade na 1.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa. O projecto de lei propõe várias inovações no sistema da protecção civil, incluindo a elevação do nível do comando de acção conjunta, que passará a ser desempenhado pelo Secretário para a Segurança e a introdução do regime de voluntariado, propondo, ainda, várias medidas de carácter excepcional bem como a criação do “Crime contra a segurança, ordem e paz públicas em incidentes súbitos de natureza pública”, etc., tudo para garantir que o sistema da protecção civil de Macau possa proteger no máximo a segurança e a vida dos residentes e dos turistas.

Para além disso, as autoridades de segurança estão a articular-se activamente com os serviços de assuntos jurídicos para aperfeiçoar o regulamento administrativo complementar da “Lei de Bases da Protecção Civil” e o projecto da organização da entidade coordenadora da protecção civil, esforçando-se por estabelecer um modelo e um sistema da actividade da protecção civil modernos, no intuito de realizar o objectivo de médio prazo de reforma do trabalho de protecção civil.

(2) Aperfeiçoamento do mecanismo de funcionamento da protecção civil, aprofundamento da promoção de exercício da protecção civil

Actualmente e depois da catástrofe do tufão “Hato”, os membros e entidades que compõem a estrutura da protecção civil contam-se por 30, cujos representantes são profissionais de nível equiparadas aos chefes de departamento ou superior, o que garante o bom funcionamento da estrutura da protecção civil. No início do ano 2019, ajustaram-se os planos de contingência das forças e serviços, os quais, na sua essência, obtiveram a concordância básica dos especialistas da Comissão Nacional para a Redução de Desastres numa demonstração de apoio ao Plano Geral de Protecção Civil e outros planos específicos de resposta a emergências.

No que se diz respeito ao exercício e sensibilização e educação da protecção civil, as autoridades de segurança também fizeram uma reforma de grande escala. Os SPU em conjunto com as demais forças e serviços criaram grupos de sensibilização permanente e, desde Setembro de 2017 até no momento, sensibilizaram um total de 164.448 pessoas, além disso, em colaboração com a DSEJ desenvolveram gradualmente exercícios de prevenção de desastre para as escolas de Macau. Desde o ano 2018, em Abril de cada ano, a estrutura da protecção civil se realiza um simulacro de tufão denominado “Peixe de Cristal”, com o qual pretende avaliar a capacidade de resposta a emergências, bem como a funcionalidade e a operacionalidade da nova “plataforma de comando de emergências” e, em simultâneo, avaliar e fortificar de modo contínuo a capacidade de acção conjunta no âmbito da gestão de emergência dos membros da estrutura de protecção civil.

Para além disso, em 2018, as autoridades de segurança criaram um mecanismo de cooperação com a Associação de Construtores Cívicos e Empresas de Fomento Predial de Macau, a Associação de Engenharia e Construção de Macau e a Associação dos Proprietários de Máquinas de Construção Civil de Macau, iniciativa que visa reforçar a capacidade de coordenação e a gestão de equipamentos de socorro entre o Governo e associações cívicas a fim de tornar as operações de socorro mais eficientes.

(3) Intensificação da aplicação de tecnologia moderna, construção da plataforma de comando para resposta a emergências

Sendo um dos dez projectos prioritários no âmbito da prevenção e redução de desastres do Governo da RAEM, desde Outubro de 2017, os SPU em conjunto com a DSFSM vêm cooperando com o Instituto de Estudo de Segurança Pública da Universidade de Tsinghua e iniciaram a criação de uma “Plataforma de Comando para Resposta a Emergências”. Alguns dos subsistemas da plataforma foram concluídas no início de Abril de 2018 e o respectivo enquadramento foi testado no simulacro da protecção civil de tufões denominado “Peixe de Cristal” realizado no dia 28 de Abril de 2018. Em 31 de Dezembro de 2018 e em 30 de Abril de 2019 concluíram-se, respectivamente, as 1.ª e 2.ª fases da construção desta plataforma tendo-se aproveitado o simulacro “Peixe de Cristal de 2019” para fazer testes eficazes, sendo que o sistema entrou em funcionamento na época de tufões do ano 2019, e durante a passagem do ciclone tropical “Wipha” em Macau, em 31 de Julho de 2019, tendo alcançado os resultados desejados nas operações da protecção civil.

(4) Melhoramento dos equipamentos de salvamento de forma eficaz para o combate ao tufão severo “Mangkhut”

Em 2018, as autoridades de segurança concluíram 25 tarefas de curto prazo que envolvem a equipamentos, promoção e divulgação de informações dos “Planos de curto, médio e longo prazo de resposta ao tufão e incidentes de segurança”. Por outro lado os SPU em coordenação com a DSFSM aperfeiçoaram várias infra-estruturas como o estudo de estabelecimento do sistema de alerta em zonas altas.

Em 16 de Setembro de 2018, passou o tufão severo “Mangkhut” em Macau. Sob a liderança do Chefe do Executivo, a área de segurança, os serviços de outras tutelas e todos os órgãos/serviços da estrutura da protecção civil, esforçaram-se, conjuntamente com toda a população por enfrentar esta intempérie, tendo-se conseguido evitar vítimas mortais e reduzir ao máximo a ocorrência de feridos e de perdas, bem como foi reestabelecida, com prontidão, a ordem e a vida normal da sociedade.

V. Reforço do desenvolvimento da tecnologia para melhorar o trabalho policial e construir de forma ordenada o policiamento inteligente

(1) Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos entrou em funcionamento de forma gradual

Até ao presente já foram concluídas as primeiras 3 fases do sistema “Olhos no Céu”, tendo sido instaladas e entrado em funcionamento 820 câmaras entre 15 de Setembro de 2016 e 30 de Junho de 2018. As respectivas obras de instalação tiveram início em 21 de Fevereiro de 2018, prevendo-se que no 1.º trimestre do ano 2020, as 4 fases do sistema “Olhos no Céu” estejam basicamente concluídas conforme o planeado. As autoridades de segurança planeiam que as 5.ª e 6.ª fases do sistema “Olhos no Céu” estarão concluídas no primeiro trimestre de 2020, procurando entrar em funcionamento em 2022 e em 2023 respectivamente.

Para além disso, em articulação com a criação do policiamento inteligente, as autoridades de segurança, em pleno respeito pelos limites da lei e após obtido o consenso do GPDP planearam, a partir de 2020, seleccionar 50 câmaras para proceder a teste do sistema de reconhecimento facial e 50 câmaras para proceder à identificação de veículos no sistema “Olhos no Céu” a desenvolver por 3 fases; numa futura 4.ª fase do sistema “Olhos no Céu” serão seleccionadas mais 100 câmaras para os mesmos efeitos.

(2) Desenvolvimento ordenado do trabalho da construção e aplicação do policiamento inteligente e de megadados

Em 2018, a tutela de segurança criou um grupo de trabalho interdepartamental, chefiado pelo Secretário para a Segurança e coordenado pelo comandante-geral dos SPU, que visa promover o trabalho da implementação do policiamento inteligente. Em 2019, as forças e serviços de segurança impulsionaram a instalação de um centro de computação em nuvem e uma plataforma de megadados, em simultâneo promovem outros 5 projectos de policiamento inteligente que envolvem valências da garantia do apoio logístico, da segurança pública, dos bombeiros, de alfândega e dos serviços correcionais.

Conforme o planeamento, a construção do policiamento inteligente da área de segurança está dividida em 3 fases, as primeiras duas fases (arranque e impulso) decorrem entre os anos de 2019 e 2021, sendo que em 2022 a 2023 se entra na fase de reforço, ou seja, no aprofundamento da aplicação e sua melhoria.

(3) Impulso total na construção do sistema de monitorização inteligente da área marítima

Após o Governo Central atribuir a administração dos 85 quilómetros quadrados da área marítima à RAEM, com a missão de prevenir e combater eficazmente todo o tipo de actividades ilegais ocorridas no mar, os SA iniciaram, em 2018, a construção do sistema de monitorização inteligente da área marítima, prevendo-se que os testes aos equipamentos sejam realizados no quarto trimestre de 2019 e o sistema seja posto oficialmente em funcionamento no primeiro trimestre de 2020, fortalecendo as capacidades de controlo e de execução da lei na área marítima.

(4) Resultados significativos na prevenção e combate às actividades criminosas, pela aplicação do conceito de reforço policial com recurso a tecnologia

Com a implementação das três primeiras fases do sistema de “Olhos no céu”, os casos investigados pela polícia através da extracção de dados de vídeo do “Olhos no céu” aumentaram gradualmente, tendo a polícia, com a ajuda deste sistema, resolvido com eficiência e rapidez vários casos importantes, designadamente envolvendo, entre outros, crimes de roubo, homicídio, furto, danos.

Para além disso, os novos equipamentos de perícia criminalística, permitiram a obtenção de bons resultados na identificação de suspeitos e combate a casos de tráfico de drogas; melhorou-se o nível de administração e da tecnologia de computação forense, a qual também desempenhou um papel de apoio crucial no combate eficaz a crimes de estações emissoras simuladas.

VI. Garantia eficaz na segurança marítima e promoção contínua da facilidade de passagem fronteiriça

(1) “Mecanismo de prevenção conjunta contra imigração ilegal” eficaz na prevenção e no combate contra as actividades de imigração ilegal

O Secretário para a Segurança promoveu a criação do “Grupo de Trabalho Operacional Especializado para Combate às Redes de Entrada Ilegal” em Outubro de 2015, daí decorrendo que as forças e serviços de segurança tenham implementado, de imediato, o “Mecanismo de Prevenção Conjunta Contra Imigração Ilegal”. Sob a liderança da Secretaria para a Segurança, os SPU, que são responsáveis pela coordenação geral, contando com a colaboração dos SA, do CPSP e da PJ, registaram um considerável e contínua subida no número de cabecilhas de imigração ilegal interceptadas em Macau, a par disso registou-se uma descida consecutiva na interceptação dos imigrantes ilegais, o que demonstra efeito dissuasor das tentativas de entrada em Macau por meios ilícitos, podendo assim, salvaguardar as fronteiras e o ambiente seguro da sociedade da RAEM.

(2) Estabelecimento permanente dos dispositivos operacionais e cumprimento das atribuições da gestão da área marítima

Os SA dividiram a administração da área de jurisdição marítima em 6 zonas de intervenção, para as quais são destacados diferentes tipos de embarcações, a fim de levar a efeito patrulhamentos e inspecções durante 24 horas ininterruptas; em simultâneo, definiram ainda um “circuito de reacção com resposta em meia hora” e um dispositivo operacional permanente e, na Ilha Verde, estabeleceu-se um Centro de Comando de Operações Marítima; além disso, foram ainda implementadas três postos operacionais na Zona A dos Novos Aterros Urbanos, no extremo leste e sul de Macau, de modo a que as embarcações de patrulha possam, dentro de meia hora, chegar a qualquer ponto da área marítima sob a jurisdição de Macau, respondendo rapidamente a quaisquer incidentes súbitos, no sentido de garantir a gestão da área marítima e salvaguardar a segurança e a ordem marítima.

Com o aprofundamento do trabalho de gestão da área marítima, os SA têm vindo a implementar uma equipa de drones de patrulhamento nas zonas costeiras, além de uma equipa especial de fiscalização marítima, etc., com vista a desenvolver com sucesso o controlo da segurança no mar.

(3) Implementação do novo modelo de passagem fronteiriça e aceleração da construção do posto fronteiriço

As autoridades de segurança continuam a esforçar-se no incremento dos serviços de passagem fronteiriça eficiente e de alta qualidade e a implementar do novo modelo de passagem fronteiriça durante o 4.º mandato do Governo. No dia 23 de Outubro de 2018, a Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau foi inaugurada oficialmente, sendo implementado um novo modelo de passagem fronteiriça de “Inspeção Fronteiriça Integral” no posto fronteiriço daquela infra-estrutura, reduzindo assim o tempo de espera e melhorando a eficácia de passagem fronteiriça. Com a facilidade do novo modelo de passagem fronteiriça, a circulação da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, desde o período entre dia 24 de Outubro de 2018 e 30 de Setembro de 2019, registou o número total de entrada e saída de 12.643.374 pessoas, com uma média diária de 36.969 pessoas, constituindo-se actualmente como o segundo maior posto fronteiriço de Macau.

De momento sob a coordenação da Secretaria para a Segurança, os SA, o CPSP e a DSFSM estão a organizar os trabalhos preparatórios da passagem fronteiriça, em articulação plena com a construção das instalações dos novos postos desenvolvidos pelo Governo da RAEM, esforçando-se por inaugurar o mais rápido possível o novo posto fronteiriço entre Macau e Hengqin, tornando-o como o segundo posto fronteiriço a aplicar o novo modelo de passagem fronteiriça, bem como a resolver activamente os desafios do controlo aduaneiro trazidos pela integração activa de Macau no desenvolvimento nacional e no planeamento da Grande Baía Guangdong – Hong Kong – Macau.

(4) Concretização da entrada a Hengqin dos veículos de matrícula única e promoção do desenvolvimento da integração de Macau e Zhuhai

Durante o 4.º mandato do Governo, para concretizar a política de facilitação da entrada e saída de veículos motorizados na Ilha Hengqin dos residentes de Macau, a área de segurança participou activamente na cooperação de trabalho entre o Governo da RAEM e Zhuhai, organizando os trabalhos de acordo com as suas atribuições legais e coordenando, entre si, a implementação de uma política faseada respectivamente em 20 de Dezembro de 2016, em 20 de Dezembro de 2017 e em 20 de Dezembro de 2018. As forças e serviços vêm facilitando formalidades aos residentes de Macau que requereram quotas para a entrada e saída de veículos motorizados de Macau a Hengqin. A área de segurança vai continuar a acompanhar de perto a situação da implementação, do funcionamento da passagem fronteiriça e de outras situações a ela atinentes, a reunir atempadamente com as partes competentes, reforçando e promovendo gradualmente a implementação das políticas de facilitação, e a apoiar o desenvolvimento da integração de Macau e Zhuhai.

VII.Reforço no controlo de risco da segurança e empenhamento na protecção da segurança de pessoas

(1) Reforço no combate do transporte ilegal e infracções de taxistas

Desde 2015, as autoridades de segurança têm combatido de forma contínua o transporte ilegal e as infracções de taxistas. A autuação de casos de transporte ilegal caiu significativamente do maior número de 1.287 em 2016 para 99 dos primeiros nove meses do ano 2019. Os casos de infracções de taxistas também caíram de 5.697, antes da entrada em vigor da Lei n.º 3/2019 “Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer” (1 de Janeiro a 2 de Junho de 2019) para 297, após da entrada em vigor da respectiva Lei (3 de Junho a 30 de Setembro de 2019).

(2) Arranque permanente de simulacro em grande escala e reforço contínuo da capacidade de resposta

Durante os últimos 5 anos, as autoridades de segurança realizaram simulacros de diferentes tipos de incidentes de segurança pública, com vista a elevar a respectiva capacidade de resolução e de controlo de perigos ou riscos, nomeadamente: exercício antiterrorismo em aeronave e embarcações, simulacro de incêndio de instalações críticas, simulacro de resposta a avarias do sistema de entrada e saída dos postos fronteiriços, simulacro de operação conjunta em resposta a incidentes súbitos no estabelecimento prisional, simulacro conjunto de incidentes súbitos ocorridos em casinos “Captura do Lobo”, simulacro conjunto de busca e salvamento dos incidentes marítimos, entre outros.

(3) Reforço pleno da consciência de risco e salvaguarda da segurança do movimento de multidões

Desde Dezembro de 2015, as autoridades de segurança tomaram a iniciativa de activar o Centro de Comando de Acção Conjunta interdepartamental durante o período da realização

de festivais, feriados e actividades de grande envergadura, produzindo efeito na resposta a incidentes súbitos de natureza pública que possam sobrevir e garantindo a segurança da vida e dos bens junto da população. Até Setembro de 2019 foram registadas no total 72 activações do Centro.

Em Março de 2017, entrou oficialmente em funcionamento a polícia turística, sendo que os seus agentes são distribuídos pelos principais locais turísticos. Segundo os dados estatísticos, nas zonas onde estes estão destacados, o número de crimes estabilizou ou registou uma tendência de descida, destacando-se os casos de furto com uma descida de 10%.

(4) Impulso da construção dos mecanismos e sistema legislativo para melhor controlar as substâncias perigosas

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, a partir de 2016, o Secretário para a Segurança tomou a seu cargo, com vista ao respectivo melhoramento, a coordenação de diversos serviços governamentais quanto à promoção e revisão do modelo de controlo de substâncias perigosas, nomeadamente, em 2017 colaborou na edição de um despacho do Chefe do Executivo que contribui para a compreensão da circulação das substâncias perigosas, bem como para a regulamentação da resposta e forma colaboração, perante incidentes relacionados com as substâncias perigosas. Conforme as orientações do Chefe do Executivo, em Agosto de 2018, os oficiais da área de segurança auscultaram, durante vários dias consecutivos, opiniões de várias associações e respectivos representantes de residentes e comunidades sobre a selecção do local, o projecto de construção e o controlo de segurança, bem como prestaram colaboração ao Chefe do Executivo na tomada de decisões políticas. Actualmente, as autoridades de segurança têm praticamente concluído o projecto de lei sobre o sistema de fiscalização das substâncias perigosas. A iniciativa legislativa segue os seus trâmites procedimentais na sequência do melhoramento do texto do projecto.

VIII. Gestão rigorosa das corporações policiais e construção de uma cultura policial saudável

(1) Aperfeiçoamento do mecanismo de fiscalização interna e externa, promovendo continuamente o rigor na disciplina das corporações policiais

Em Junho de 2015, o Gabinete do Secretário para a Segurança lançou o campo temático “O alarme da polícia sempre soa” na sua página oficial, divulgando os casos de infracções cometidas pelos seus agentes, tendo alcançado o efeito esperado da fiscalização pública. O número de casos de condutas ilegais e de infracções disciplinares têm vindo a diminuir progressivamente.

Com vista a melhorar o regime de fiscalização da disciplina de pessoal das forças e serviços de segurança, o Chefe do Executivo promulgou, em 14 de Outubro de 2019, de acordo com as opiniões apresentadas pelo grupo de trabalho conjunto, composto pelas autoridades de segurança, forças e serviços de segurança e CFD, o novo despacho relativa

à revisão da CFD, fazendo com que a CFD passa a funcionar na dependência do Chefe do Executivo, sendo um órgão de fiscalização independente.

(2) Inovação do regime jurídico das carreiras, estabelecendo um canal de promoção na vertical

As autoridades de segurança iniciaram em 2015 os trabalhos de revisão do “Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau”, tendo aperfeiçoado, de acordo com as opiniões apresentadas pela DSAJ e pelos SAJP em Novembro de 2018 e Maio de 2019, o conteúdo do projecto, e foi submetido aos serviços da área de justiça em Outubro de 2019 para efeitos de verificação final.

A proposta de revisão do regime de pessoal da PJ já foi submetida à Secretaria para a Administração e Justiça para efeitos de acompanhamento, procurando articular, o mais breve possível, no trabalho de investigação, de segurança nacional e de práticas relativas à cibersegurança, tendo ainda em vista o planeamento e o desenvolvimento de longo prazo da vida profissional dos investigadores.

(3) Reforço da formação profissional da polícia, elevando a qualidade e a capacidade dos efectivos

A área de segurança, para além de realizar exercícios e treinos e de organizar cursos de formação profissional, palestra e fórum sobre as técnicas policiais, procurando destacar continuamente pessoal para participar em cursos de formação profissional, workshops, fórum académico, entre outros, realizados em Macau ou no exterior, de forma a fortalecer a competência profissional dos trabalhadores, tem promovido iniciativas com vista ao incremento de uma cultura policial, organizando actividades em diferentes temáticas, tais como conceitos de polícia, cultura policial, prática de execução da lei, entre outros. Estas actividades visam, pois, aprofundar os conhecimentos dos agentes sobre conceitos e cultura policial e incentivar os mesmos para as melhores práticas, impulsionando a modernização do modelo de trabalho policial.

(4) Enfatização do conceito de “liderança orientada para a polícia”, promovendo uma cultura policial saudável

Nos últimos 5 anos, as forças e serviços de segurança têm gradualmente criado e aperfeiçoado os canais de comunicação entre os superiores hierárquicos e os subordinados. Através dessas medidas está criado um bom ambiente de trabalho alicerçado na importância de comunicação, compreensão mútua e espírito de entreatajuda. As corporações e serviços através da realização periódica de actividades recreativa e desportiva para a família, procuram promover o espírito de pertença e cooperação no âmbito das relações familiares. Em simultâneo, o pessoal da área de segurança através de publicações e diferentes meios de plataforma de intercâmbio, promove o estudo das ciências policiais, criando gradualmente uma imagem de polícia moderna.

IX. Conclusão de vários projectos legislativos e de alteração de leis para se articularem com a execução eficaz dos serviços

(1) Ajustamento das funções dos serviços e respostas sistemáticas aos desafios de segurança

No 4.º mandato do Governo, a área de segurança ajustou as competências e a estrutura orgânica do CB e dos SPU, respectivamente, foi integrada a Comissão de Segurança dos Combustíveis no CB, acrescentando-se competências de controlo de segurança dos combustíveis e foi integrado o Gabinete Coordenador de Segurança nos SPU, atribuindo-lhes competências da protecção civil e dados estatísticos criminais, em resposta à reestruturação das funções e à integração de instituições do Governo. Em Outubro de 2018, transferiu o GIF, da dependência hierárquica da área da economia e finanças para a área de segurança, com vista a articular-se com o ajustamento da política do Governo da RAEM no âmbito do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo.

(2) Aditamento de funções legais aos serviços, assumindo mais atribuições de execução

Em 2018, através da estipulação de norma de competências e revisão do diploma orgânico foram reajustadas a natureza, atribuições e competências do CPSP, com vista a responder à complexidade da situação actual de segurança pública e gestão da ordem pública. No mesmo ano, em resposta aos trabalhos de apoio logísticos necessários no controlo dos postos fronteiriços de migração e na criação do policiamento inteligente, foi procedido um ajustamento à estrutura orgânica da DSFSM.

Em articulação com a implementação da nova Lei do Ensino Superior, foi revista em 2019 o diploma orgânico da ESFSM. Na sua estrutura de liderança adicionou-se o Conselho Geral e o Conselho Científico-Pedagógico, bem como foram conferidas competências para ministrar cursos pós-graduados e celebrar acordos de cooperação com outras instituições de ensino superior, visando estabelecer uma base organizacional para o seu desenvolvimento futuro.

(3) Alteração de leis existentes em tempo oportuno para prevenir efectivamente os novos tipos de crimes

Em resposta às necessidades da tendência do desenvolvimento tecnológico de informações e o combate dos novos tipos crimes informáticos, as autoridades de segurança estão a promover a revisão da “Lei de combate à criminalidade informática”, a proposta de lei já foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa em Outubro de 2019, entrando em fase de discussão na especialidade, procurando fazer com que a proposta possa entrar em vigor, em 2019, simultaneamente com a “Lei da Cibersegurança”.

Além disso, em 2016 e 2019, as autoridades de segurança efectuaram, respectivamente, alterações à “Lei Antidrogas”, nomeadamente aumentando as molduras penais e

acrescentando novas substâncias proibidas, com vista a reforçar a eficácia da execução da lei da polícia.

(4) Elaboração de leis específicas para promover a criação de base de dados de ADN

Basicamente foi concluída o texto da proposta de lei sobre o “Regime jurídico relativo a base de dados do ADN”. No final de Maio de 2019 foi debatido no Conselho Executivo, esperando a conclusão do melhoramento do texto e posteriormente iniciará em tempo oportuno o trabalho legislativo.

X. Integração dos serviços de recuperação e correcção, optimização contínua da administração penitenciária

(1) Reajustamento do sistema jurídico, dos mecanismos e da estrutura, garantindo o funcionamento independente dos Estabelecimento Prisional e Instituto de Menores

Em 1 de Janeiro de 2016 procedeu-se à integração do Estabelecimento Prisional de Macau, já na dependência da tutela da segurança e do Instituto de Menores, até então dependente da tutela da administração e justiça, na recém-criada DSC, subordinação que não prejudica a respectiva independência de funcionamento. Para este fim, a DSC está a proceder a um trabalho de revisão legislativa, nomeadamente, de “Organização e funcionamento da Direcção dos Serviços Correccionais”, “Estatuto do Pessoal da Carreira do Corpo de Guardas Prisionais” e “Regime das carreiras do pessoal de ensino do IM”. Através da reorganização da estrutura e do pessoal do quadro, ajustando-a e, bem assim, aproveitando racionalmente os recursos humanos por forma a garantir um bom desenvolvimento futuro.

(2) Promovendo a construção do novo estabelecimento prisional, melhorando o problema do espaço das celas

Já foram concluídas as obras das 1.ª e 2.ª fases de construção do novo estabelecimento prisional, sendo que a 3.ª fase prossegue em conformidade com o esperado. Antes da conclusão da construção do novo estabelecimento prisional, a DSC está a promover e a planear obras de remodelação das zonas dos reclusos do EPC, com vista a libertar mais espaços de acolhimento. A DSC está a promover o plano de reorganização a zona funcional das instalações do IM, com vista a actualizar as instalações do IM.

(3) Controlo rigoroso do funcionamento interno, optimizando a execução do regulamento penitenciário

A DSC através de medidas de aperfeiçoamento da implementação de controlo de segurança e introdução de equipamentos de monitorização electrónica vem reprimindo com eficiência os incidentes de introdução de produtos proibidos; em simultâneo, através da realização contínua de cursos sobre o código de integridade, do aperfeiçoamento do

regime de monitorização interna, bem como da criação do grupo de investigação disciplinar; a disciplina do pessoal foi controlada de forma sistemática e eficiente.

Nas estruturas existentes do EPC e do IM foram criadas várias equipas especializadas, as quais desempenham diferentes funções na DSC, pondo em prática o controlo científico e elevando a eficiência de assuntos correcionais.

(4) Forma de aconselhamento cada vez mais diversificada, sendo a reinserção social gradualmente reconhecida

O EPC e o IM da DSC, através da partilha efectiva de recursos e da assistência mútua de instituições sociais e outros serviços assistenciais, exploraram ininterruptamente planos de reinserção, nomeadamente, prestação de aconselhamento de emprego antes da saída em liberdade, apoio familiar, formação técnica, serviço social e apoio psicológico, bem como organizam anualmente exposições de artesanato produzido pelos reclusos e jovens internados, ajudando-os a retomarem a autoconfiança e a direcção correcta e a recomoçarem a adaptar-se à sociedade, resultados estes que vêm granjeando gradualmente o reconhecimento da sociedade.

XI. Desenvolvimento contínuo do trabalho nos jovens, apoiando no seu crescimento e no desenvolvimento

(1) Optimização dos projectos de formação dos jovens e cultivação do seu sentido de missão e de responsabilidade

Actualmente, para além da “Guia juvenil para combater o crime” da PJ, os serviços subordinados da Secretaria para a Segurança já exploraram vários projectos regulares para ajudar crescimento saudável dos jovens, por exemplo, o “Pequeno Líder” dos SA, o “Grupo Júnior” do CPSP, a “Guia Juvenil de Emergência Médica” do CB e o “Líder Juvenil da Segurança Comunitária” da PJ. A ESFSM realiza constantemente o “Curso de treino de disciplinas policiais para jovens nas férias de verão” e o “Acampamento para partilhar a experiência de vida dos instruendos”, com vista a melhorar o carácter pessoal dos jovens, consciência cívica, a participação e o sentido de responsabilidade perante a sociedade, para que se estabeleça um positivo e activo conceito de vida.

(2) Desenvolvimento da cooperação interdepartamental e enriquecimento das actividades juvenis de sensibilização sobre prevenção criminal

Actualmente, as forças e serviços de segurança através da “Rede de Comunicação com as Escolas”, do “Mecanismo de ligação entre polícia e escolas”, do “mecanismo de comunicação comunitária para combate aos produtos contrafeitos”, bem como das operações conjuntas de rusgas e actividades de divulgação nas instituições de ensino, exploram a cooperação aos diversos sectores da sociedade e das associações de jovens, para que toda a sociedade, principalmente os jovens da nova era, conheça e entenda melhor os trabalhos das forças e serviços de segurança, espalhando os conceitos de observação da lei, prevenção e repreensão de crimes e protecção civil às diversas camadas da sociedade.

(3) Estabelecimento de vias de comunicação regular; impulso no trabalho permanente e concreto para os jovens

No período entre 2018 e 2019, o Secretário para a Segurança e vários titulares de cargos principais e dirigentes a nível de direcção desta área, tiveram encontros com jovens sobre temas diferentes e realizaram visitas a organizações juvenis e escolas, com o intuito de compreender as suas necessidades e preocupações e proporcionar-lhes o melhor apoio para um desenvolvimento saudável.

(4) Densificação das sinergias resultantes da colaboração das autoridades policiais e dos cidadãos para melhoramento dos resultados educacionais dos jovens

A partir de 2018, tendo em conta a implementação das políticas do Governo da RAEM no âmbito juvenil e com base nos bons alicerces existentes, as forças e serviços de segurança efectuaram de forma independente ou mediante cooperação com os outros serviços da administração pública, escolas, associações comunitárias, actividades para de apoio e atenção ao crescimento dos jovens, indicando-lhes uma direcção positiva na vida. Assim, em Outubro de 2019, as autoridades de segurança realizaram um Debate paralelo “Juventude, Segurança, Responsabilidade – Cooperação e Integração no contexto da Grande Baía”, no qual participaram cerca de 300 jovens representantes, e em Julho de 2019, o Secretário para a Segurança liderou uma representação de cerca de 100 estudantes para participar nas actividades de aprendizagem e visita “Caminhar juntos na nova era” no Sul da China (província de Guangdong). Em 2018, as autoridades de segurança realizaram ou co-realizaram com as comunidades 76 actividades, as quais contaram com a presença de 400.000 participantes sendo que relativamente a 2019, prevemos um volume de mais de uma centena destas actividades com mais de 250.000 participantes.

Conclusão

Nos últimos cinco anos, sob a liderança e apoio do Chefe do Executivo, Chui Sai On, a área de segurança adoptou várias medidas novas e eficazes, procurando construir uma rede de protecção de segurança mais resistente e completa para a Região Administrativa Especial de Macau, assegurando que a economia de Macau possa continuar a desenvolver-se constantemente perante a complexa e variável situação da segurança internacional e da severa atmosfera social nas regiões vizinhas. No futuro próximo, todas as forças e serviços da área de segurança se manterão certamente nos seus postos e acreditam firmemente que, sob a liderança do novo Chefe do Executivo e do novo Governo da RAEM, continuarão a desempenhar os seus deveres com eficiência, empenhando-se na protecção da vida e do património dos cidadãos, assumindo um compromisso mais importante para ajudar a manter a segurança geral do País.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

1.ª Parte

Execução das Linhas de Acção Governativa no Ano de 2019

No domínio da Saúde

Em 2019, o Governo tem dado continuidade à aplicação do princípio “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção” e tem introduzido novas dinâmicas para promover o desenvolvimento a longo prazo do sistema médico. Criou, com esforço contínuo, um mecanismo desenvolvido e sólido de contingência para emergências de saúde pública, de prevenção e controlo de doenças transmissíveis. A Equipa Internacional de Emergência Médica da China (Macau) foi avaliada positivamente e acreditada pela Organização Mundial da Saúde (doravante OMS), contribuindo de forma positiva para o aumento da capacidade de resposta de Macau a emergências de saúde.

Houve, ainda, uma continuidade na implementação rigorosa de várias medidas para prevenir a infecção de doenças transmissíveis, através da vacinação de grupos específicos contra a gripe sazonal e a extensão da administração gratuita da vacina a todos os residentes. Tem sido dada prioridade à administração da vacina contra o sarampo àqueles que cuidam de bebés com idade inferior a um ano, empregadas domésticas, grávidas e pessoal médico e foi fornecida uma dose suplementar da vacina anti-rubéola a residentes elegíveis, o que tem permitido evitar rapidamente a disseminação de doenças transmissíveis na comunidade.

A necessidade de cuidados de saúde da população da terceira idade tem sido valorizada através do alargamento da cobertura do Programa de Proximidade de Serviços Médicos de Especialidade e da entrada em funcionamento do Hospital de Reabilitação de Ká-Hó. Têm-se, também, providenciado e priorizado operações cirúrgicas a idosos com cataratas em estado mais avançado e subsidiado idosos com idade avançada e economicamente carenciados na colocação de próteses dentárias removíveis. Tem-se dado continuidade à implementação de medidas de manutenção da saúde para mulheres e crianças, desenvolvido plenamente as funções do Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e reduzido o tempo de espera para avaliação e reabilitação.

Têm-se implementado os projectos de construção no âmbito do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, melhorando continuamente a rede de serviços médicos destacando-se a conclusão, para breve, da construção do Instituto de Enfermagem do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, do início da obra do Edifício de Especialidade de Saúde Pública e da previsão do início da construção do Hospital Geral do mesmo complexo para o quarto trimestre.

A política “prevenção de doenças e promoção da saúde” tem sido plenamente prosseguida. Para aumentar a taxa de cura dos doentes, foi alargada a faixa etária dos

destinatários do rastreio do cancro colorrectal e têm sido realizados exames médicos a indivíduos com alto risco de cancro do pulmão. Têm-se implementado medidas de protecção estipuladas no Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo, sendo proibido fumar em recintos fechados dos casinos. Foi lançado o inquérito sobre o uso do tabaco, estabelecida a monitorização de dados sobre o consumo de álcool e desenvolvida uma consulta pública sobre a legislação para o controlo do consumo de álcool por adolescentes, por forma a aprofundar a construção de uma cidade saudável.

Tem-se empenhado na promoção da medicina inteligente, com a expansão do âmbito da utilização do Programa *eHR* – sistema electrónico de intercomunicação de registo de dados de saúde, facilitando os residentes no acesso aos serviços médicos. Foi criada a Academia Médica de Macau e foram atribuídos certificados aos seus membros e envidados esforços para a revisão do Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde, por forma a promover a adaptação do sistema de saúde de Macau às normas internacionais. Uma instituição académica foi encarregue de levar a cabo um inquérito à população sobre a implementação do sistema de seguro de saúde universal, a fim de promover o desenvolvimento a longo prazo e sustentável do sistema médico.

De acordo com a iniciativa nacional “Uma Faixa, Uma Rota” e o Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, têm-se ajudado os residentes a aderirem ao regime de seguro básico de saúde na Ilha de Hengqin, em Zhuhai, promovido o planeamento da instalação de um posto de saúde naquela ilha, bem como reforçado a interacção e o intercâmbio com Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen, entre outras regiões, de modo a melhorar o bem-estar da saúde dos residentes que vivem na Grande Baía. Têm-se aproveitado as oportunidades de cooperação com a OMS, instituições médicas do interior da China, de Hong Kong e dos países de língua portuguesa, participado no Programa *Hospital Twinning Partnerships* da OMS, foi organizada uma visita a instituições de medicina tradicional chinesa da Grande Baía para jovens médicos e, ainda, desenvolvidas as funções do Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da OMS como uma plataforma de formação de profissionais dessa medicina.

No domínio da Educação

Em 2019, o Governo melhorou, com dinamismo, a construção do sistema do ensino superior, apoiando, ainda, as instituições do ensino superior na realização dos trabalhos de revisão aos seus estatutos, para a adequação à lei do Regime do Ensino Superior e otimizar a gestão das instituições do ensino superior. Foi concluído, ainda, o ajustamento da estrutura e das competências dos Serviços de Ensino Superior.

Realizou-se a revisão e a melhoria dos regulamentos dos planos de financiamento do Fundo do Ensino Superior. Desenvolveram-se, também, as funções do Conselho do Ensino Superior para promover a elaboração do Planeamento a Médio e Longo Prazo do Desenvolvimento do Ensino Superior em Macau. Apoiou-se o lançamento dos trabalhos

para avaliação das instituições do ensino superior; criou-se um sistema de base de dados da avaliação da qualidade e constituiu-se um grupo de peritos de avaliação da qualidade, composto por peritos de todo o mundo.

Continuamente, forneceram-se informações sobre o prosseguimento dos estudos, os exames públicos, as bolsas de estudo e o emprego. Realizou-se, com sucesso, em Macau, o Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau e os trabalhos dos exames da admissão dos estudantes locais para os cursos de licenciatura e de pós-graduação das instituições do Interior da China. Foi ajustado, para 3 300 patacas, o montante do Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior. Criaram-se bolsas de mérito para estudantes dos países de língua portuguesa e dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático, que se deslocam a Macau para frequentarem cursos de licenciatura nas instituições do ensino superior de Macau.

Lançaram-se uma série de actividades para os estudantes do ensino superior, tendo em vista promover o seu desenvolvimento integral e o seu sentimento de amor pela Pátria e por Macau. Lançaram-se, pela primeira vez, os planos de Financiamentos Especiais de Ensino e Formação em Turismo na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e de Financiamentos Especiais para Estudos nas Áreas de Humanidades e Sociedade das Instituições do Ensino Superior de Macau, para reforçar o apoio às instituições do ensino superior, aos docentes e aos investigadores. Impulsionaram-se as instituições do ensino superior a participarem na construção da Base de Educação e Formação Turística da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau, incentivando-as, ainda, a aproveitarem as oportunidades trazidas pelo desenvolvimento da Região. Manteve-se o apoio ao trabalho desenvolvido pela Aliança para Formação de Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa e lançou-se o Plano de Financiamentos Especiais para Formação de Quadros Qualificados Bilingues em Chinês e Português e para a Cooperação do Ensino e da Investigação das Instituições do Ensino Superior de Macau, no sentido reforçar a formação de quadros bilingues qualificados locais.

No domínio do ensino não superior, foram impulsionados, de forma eficaz, os trabalhos legislativos de diversos diplomas da área da educação. Iniciou-se a próxima fase dos trabalhos de investigação e elaboração do “Planeamento educativo” e impulsionou-se, de forma activa, o projecto “Obra de Céu Azul”. Foi optimizado, continuamente, o ambiente de ensino. Foram incentivadas mais escolas a participarem no plano piloto de avaliação interna e optimizado o mecanismo de fiscalização dos apoios financeiros concedidos às escolas particulares. Foi fomentado o intercâmbio e a cooperação com o exterior, abrindo-se um novo capítulo na colaboração no âmbito da educação entre Macau e Guizhou. Continuaram-se a disponibilizar subsídios de propinas aos alunos, residentes de Macau, que frequentam escolas nas 21 cidades da província de Guangdong, adicionando, ainda, o subsídio para aquisição de manuais escolares. Os níveis de ensino da educação regular ficaram todos abrangidos pelo “Quadro da organização curricular” e pelas “exigências das competências académicas básicas”, de modo a criar uma base sólida para aumentar a qualidade dos currículos e do ensino.

Os cursos de formação para docentes foram, significativamente, aumentados, para criar mais oportunidades de participação dos docentes no desenvolvimento profissional. Foram aumentados os apoios financeiros e humanos disponibilizados ao ensino especial, assim como foi concluída a elaboração das orientações curriculares de seis disciplinas deste ensino. Terminou a terceira fase do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” e foram finalizados os trabalhos preparatórios da próxima fase, contribuindo para aperfeiçoar o ambiente de aprendizagem permanente.

Foi lançado o “Plano piloto de ensino de habilidades de aplicação integrada” no ensino secundário geral, cultivando o *soft power* dos alunos. Foi promovida, globalmente, a educação relativa à prevenção de desastres e à segurança, assim como foi levada a cabo, nas escolas, a criação de um “Meio escolar harmonioso”. Concluiu-se a avaliação especializada do ensino de tecnologias de informação e comunicação, realizou-se o “34.º Concurso de Inovação em Ciência e Tecnologia de Adolescentes da China”, contribuindo para melhorar as competências tecnológicas e de inovação dos alunos.

No âmbito da juventude, foi dada continuidade, de forma activa, à execução da “Política de Juventude de Macau (2012–2020)” e dos planos de acção, tendo-se iniciado os trabalhos preparatórios para a elaboração de uma nova Política de Juventude. Foi lançada a “Plataforma de informação para jovens da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau”, no sentido de ajudar os jovens a integrarem-se, melhor, no desenvolvimento nacional e da Grande Baía. Formou-se a primeira equipa escolar de Macau do íçar de bandeira e entrou em funcionamento o “Pavilhão do sentimento de amor pela Pátria”. Foi realizado o Espectáculo Juvenil Escolar em Comemoração do 70.º Aniversário da Implantação da República Popular da China e do 20.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria, reforçando nos jovens o sentimento de amor pela Pátria e por Macau. Em articulação com o evento “Arte Macau”, realizaram-se, pela primeira vez no mesmo ano, três grandes actividades juvenis internacionais, o Festival Juvenil Internacional de Teatro, o Festival Juvenil Internacional de Dança e o Festival Internacional de Música da Juventude, permitindo aos jovens de outras partes do mundo conhecer a excelente cultura tradicional chinesa.

Foram organizadas várias sessões de intercâmbio com os jovens. Foi aperfeiçoado o sistema de registo da base de dados dos jovens voluntários e recursos humanos das associações. Pela primeira vez, a inscrição nas “Actividades de Férias” foi, totalmente, realizada de forma electrónica, sendo esta medida amplamente reconhecida pelos cidadãos. Deu-se continuidade à realização de vários concursos, desportivos, culturais, recreativos e de generalização das ciências. Organizaram-se delegações dos melhores alunos para participarem em concursos regionais, nacionais e internacionais, alargando a visão dos jovens e elevando a sua competitividade.

No domínio da Acção Social

Durante o ano de 2019, o Governo tem melhorado diferentes tipos de apoio social e medidas de bem-estar, empenhando-se em garantir o nível de vida das famílias vulneráveis.

No âmbito dos apoios e benefícios sociais, em Janeiro de 2019, de acordo com o mecanismo estabelecido, aumentou cerca de 4,4% o valor do risco social e 20% a 50% o apoio especial para os três tipos de famílias em situação vulnerável. Atribuiu-se mais um subsídio extra aos agregados familiares beneficiários do subsídio regular. O subsídio de invalidez normal e o subsídio de invalidez especial, atribuídos anualmente, foram atualizados de 8 000 para 9 000 patacas e de 16 000 para 18 000 patacas, respectivamente, representando um aumento de cerca de 12,5%.

Relativamente aos serviços familiares e comunitários, procedeu-se à revisão da implementação da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e elaborou-se o respectivo relatório. Os diferentes bairros de Macau realizaram em conjunto 233 actividades da série alusiva ao Mês da Família Feliz. Lançaram-se também os projectos de Acção de Solicitudade para com a Comunidade e de Guardião da Vida, a fim de divulgar a mensagem de entreajuda entre vizinhos. Tem-se desenvolvido o planeamento dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau (2019–2025) e promovido os trabalhos do grupo especializado de acompanhamento.

No que toca aos serviços de apoio a crianças e jovens, foram concluídos os trabalhos da primeira fase (2018–2019) do Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Creches para os anos de 2018 a 2022, em especial o ajustamento gradual da proporção das turmas de dia inteiro e de meio-dia, para satisfazer a necessidade de admissão das crianças com dois anos de idade. Promoveu-se a realização anual de auto-avaliação nas creches subsidiadas e deu-se início a uma avaliação exterior. Igualmente, unificou-se o agendamento da inscrição e admissão das creches subsidiadas e introduziu-se o sistema de matrícula, para encurtar o tempo que os encarregados de educação têm de aguardar pela publicação dos resultados.

No âmbito dos serviços de apoio a idosos, a respeito do Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos, prevê-se que em finais de 2019 sejam concluídas, cumulativamente, um total de 91 medidas do médio prazo (2018–2020). Tem-se continuado a acompanhar os trabalhos relativos ao estudo sobre a situação de vida dos idosos e à procura dos serviços de cuidados permanentes. Introduziram-se os serviços de apoio e cuidados domiciliários, por forma a prestar apoio aos idosos isolados, debilitados e portadores de demência, bem como aos seus cuidadores. Em simultâneo, lançou-se o Plano para Prestar Serviços de Deslocação, ajudando os idosos que moram nas habitações antigas a participarem em actividades comunitárias. Lançaram-se uma plataforma de informações de voluntários idosos e o plano de prémios. Criou-se um lar de cuidados na Taipa e o número de vagas dos lares de idosos em Macau aumentou para cerca de 2 400. Para além disso, prestou-se apoio a 17 lares de idosos e centros de cuidados especiais diurnos subsidiados para adquirir, alugar e experimentar equipamentos tecnológicos criativos.

No que diz respeito aos serviços de reabilitação, prevê-se que em finais de 2019, estarão a desenvolver-se um total de 120 medidas do médio prazo (2018–2020) do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio. Tem-se acompanhado de forma activa o

resultado do estudo sobre a procura e o planeamento dos serviços de tratamento precoce e apoiado as instituições particulares com o plano de financiamento especial para a realização de actividades de educação comunitária e promocionais. Lançou-se o serviço de gestão de casos em forma de plano piloto, prestando apoio mais adequado às respectivas crianças e famílias. Foram lançados o Plano Piloto de Apoio Financeiro na Aquisição de Equipamentos Auxiliares para Deficientes e o Programa de Serviço de Recursos de Equipamentos Auxiliares e de Melhoramento das Instalações Sem Barreiras no Domicílio, aliviando o encargo das pessoas com deficiência aquando da aquisição desses equipamentos.

No que se refere aos serviços de prevenção e tratamento dos distúrbios do jogo, em cooperação com as organizações não governamentais, têm sido realizadas diversas actividades culturais, recreativas e desportivas, bem como acções de formação. Com vista a reforçar o apoio aos trabalhadores da indústria do jogo, foram realizadas diversas actividades comunitárias, que contaram com mais de 21 000 participações, tendo também sido desenvolvidas actividades educativas para famílias. Além disso, procedeu-se ao estudo do Inquérito sobre a Participação dos Residentes de Macau nas Actividades do Jogo 2019.

Relativamente aos serviços de prevenção e tratamento da toxicod dependência, organizou-se a Conferência Nacional de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência 2019, que juntou cerca de 200 especialistas de combate às drogas de todo o país oriundos do interior da China, de Hong Kong e de Macau. Deu-se início a um estudo sobre a tendência do abuso de drogas, procura do serviço da desintoxicação e o planeamento para o desenvolvimento do referido serviço, para conhecer a situação da população toxicod dependente de Macau e avaliar a procura do serviço da desintoxicação, bem como proporcionar referências para a elaboração de políticas nessa área.

No que toca aos serviços de reinserção social, tem-se implementado o programa Família Fora da Prisão, proporcionando apoio social abrangente em combinação com serviços de correcção e de educação para reabilitação. Até Agosto de 2019, cerca de 40 famílias dos internados participaram no programa. Sobre os serviços de apoio a jovens, têm sido implementadas uma série de actividades de prevenção da delinquência, como o espectáculo teatral, que contou com a participação de cerca de 2 700 jovens e a série de microfilmes em matéria de prevenção da delinquência, que tem sido transmitida na televisão, nos autocarros e na internet. Foi implementado, com sucesso, o Programa relativo ao Direito, a fim de proporcionar educação específica direccionada aos jovens delinquentes.

O Regime da Qualificação Profissional dos Assistentes Sociais, publicado em 2019, entrará em vigor em Abril de 2020. Foi promulgado o regulamento administrativo referente ao Conselho Profissional dos Assistentes Sociais e têm-se desenvolvido, activamente, acções de divulgação jurídica na primeira fase de trabalho. No âmbito dos trabalhos de acolhimento em casos de emergência, o número de centros aumentou para 17, podendo receber no máximo cerca de 24 000 pessoas. Tem-se melhorado o fornecimento de materiais e equipamentos de apoio local, incluindo a criação da plataforma de gestão electrónica. Além

disso, tem-se aperfeiçoado o programa de evacuação dos grupos vulneráveis que vivem nas zonas baixas e criado equipas de voluntários de emergência na comunidade.

No domínio da Segurança Social

O Regime de Previdência Central Não Obrigatório entrou no segundo ano da sua implementação e o Fundo de Segurança Social (adiante designado por FSS) tem continuado a promovê-lo junto de empregadores e trabalhadores de diferentes sectores e a divulgá-lo por diversos meios. Ao mesmo tempo, realizou-se uma vez mais, a cerimónia de atribuição de prémios para reconhecer mais de 100 novos empregadores que proporcionam uma melhor protecção aos seus trabalhadores na aposentação. Até Setembro de 2019, totalizaram-se 195 empregadores aderentes ao regime e mais de 50 000 residentes participantes nos planos individuais, demonstrando que está cada vez mais elevada a consciência individual sobre o reforço de protecção na velhice.

Em 2019, continuaram-se a abrir contas individuais do regime de previdência central não obrigatório aos residentes de Macau habilitados e atribuiu-se, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, uma verba de 7 000 patacas a cerca de 377 000 pessoas registadas na lista de atribuição. Para além disso, em Agosto de 2019, lançou-se a inscrição para o levantamento automático de verbas, uma nova medida que isenta os idosos da realização anual das formalidades de levantamento.

Na vertente do aperfeiçoamento contínuo da protecção na velhice dos residentes, a pensão para idosos e a pensão de invalidez do regime da segurança social aumentaram para 3 630 patacas por mês em Janeiro de 2019, traduzindo um aumento de cerca de 5,2%, sendo que as outras prestações foram, também, ajustadas com uma percentagem aproximada. Deu-se início a um estudo sobre a viabilidade da criação de um mecanismo de ajustamento por indexação, para que a pensão para idosos e outras prestações do regime da segurança social possam ser ajustadas de forma mais científica.

Entrou em vigor a lei: “Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social”. No futuro, em cada ano económico, atribuir-se-á um valor correspondente a 3% do saldo do orçamento central da RAEM ao FSS, com vista a assegurar a estabilidade financeira a longo prazo e a sustentabilidade do desenvolvimento do regime.

Acrescentaram-se, sucessivamente, mais serviços *online*, providenciando aos residentes serviços mais convenientes e de maior qualidade. Igualmente, sob a modalidade de serviço de “balcão único”, coordenada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, têm-se desenvolvido, de forma gradual, mais serviços aos residentes.

No domínio do Turismo

Em 2019, a DST continuou a implementar o plano de acção do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, iniciou diversos trabalhos

aprofundados sobre a “Cidade Criativa de Gastronomia”, participou activamente na construção da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau como destino turístico, impulsionou o desenvolvimento do turismo inteligente e a diversificação dos produtos turísticos, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável da indústria turística de Macau.

Relativamente ao aprofundamento da construção da “Cidade Criativa de Gastronomia”, foi organizado o Fórum Internacional de Gastronomia, assim como foi promovido o Dia da Gastronomia Sustentável criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e em colaboração com a plataforma electrónica *National Geographic*, foi desenvolvido o projecto Grande Jornada Gastronómica Verde. Além disso, foi promovida a criação de uma base de dados da gastronomia macaense para promover a sua riqueza singular.

Aproveitou-se plenamente a Federação Turística da Região Metropolitana da Grande Baía de Guangdong–Hong Kong–Macau e outros mecanismos de cooperação regional para impulsionar a interacção e a cooperação entre os membros da Grande Baía. Na sequência da publicação do Plano de Construção da Ilha Internacional de Turismo e Lazer de Hengqin, acelerou-se a promoção da cooperação mais aprofundada com a Ilha de Hengqin, assim como impulsionou-se a diversificação adequada da economia da RAEM. No âmbito da promoção turística de itinerário multi-destinos, foram concebidos produtos turísticos mais atractivos no mercado para promover as viagens de destinos múltiplos. Participou-se, de forma activa, na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, tendo-se promovido de forma contínua o turismo de Macau nos países localizados ao longo do percurso desta iniciativa, nomeadamente na Malásia, Tailândia e Indonésia, assim como apoiou-se a formação e os estágios em Macau de funcionários da área do turismo dos países de língua portuguesa localizados ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota”.

Para acompanhar a construção de uma cidade inteligente definida pelo Governo, foi lançada a “Aplicação inteligente do fluxo de visitantes”. Com base na “Internet das Coisas” iniciou-se a recolha de dados do fluxo de pessoas para enriquecer o conteúdo do banco de megadados do turismo e, por meio da plataforma de serviços de dados abertos do Governo, os dados estatísticos de turismo estão acessíveis publicamente. Lançou-se a página electrónica de promoção turística com um novo *design* e melhorou-se a navegabilidade e acessibilidade do *site*. Foi criado também o *chatbot* inteligente no *Wechat*, permitindo aos visitantes ter acesso a diversas experiências turísticas.

Melhorou-se a legislação na área do turismo e acompanharam-se os trabalhos de apreciação, em sede de especialidade, na Assembleia Legislativa, da “Lei da actividade dos estabelecimentos hoteleiros”. Continua a acompanhar-se a revisão do diploma que regula a actividade das agências de viagens e a profissão dos guias turísticos. Procedeu-se com rigor ao trabalho relativo à apreciação dos pedidos, designadamente pedidos de licenciamento e alteração às instalações dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração, assim como aqueles que têm a ver com a emissão e renovação dos diversos tipos de licença administrativa e respectivas alterações supervenientes. Com a entrada em funcionamento

da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, foram reforçadas inspeções nos postos fronteiriços e nos pontos de interesse turístico, a fim de combater as irregularidades e acções ilegais tendo, igualmente, continuado com às acções de combate à prestação ilegal de alojamento. Além disso, iniciou-se o estudo de viabilidade sobre a cobrança de uma taxa turística, a fim de servir de referência para o melhoramento da gestão e planeamento turísticos.

A DST e o Conselho de Consumidores de Macau, lançaram em conjunto projectos de cooperação para o sector de venda a retalho, nomeadamente o Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade e o Sistema de Lojas Certificadas, a fim de incentivar e apoiar a indústria turística para melhorar, continuamente, a qualidade dos serviços. Em cooperação com a indústria de turismo, foi lançado, pela primeira vez, o programa comunitário de aprendizagem de língua gestual via internet com vista a promover em conjunto a qualidade dos serviços turísticos.

Com o objectivo de promover o desenvolvimento do turismo cultural, a DST, em conjunto com o Instituto Cultural, organizou, pela primeira vez, um mega-evento internacional de artes culturais e artísticas - “Arte Macau”, e promoveu-o em várias plataformas locais e estrangeiras, tendo colaborado com o sector do turismo para elaborar o itinerário composto pelos elementos artísticos, elevando assim a imagem de marca e o conhecimento do “Arte Macau” no exterior. Promoveram-se activamente as obras de remodelação do Museu do Grande Prémio de Macau, com vista a fornecer aos cidadãos e visitantes novas experiências sobre o Grande Prémio de Macau.

Além disso, foram realizados uma série de grandes eventos comemorativos do 20.º Aniversário do Estabelecimento da RAEM, os quais incluíram a Parada de Celebração do Ano Novo Chinês, o 30.º Concurso Internacional do Fogo-de-Artifício de Macau, o Festival de Luz de Macau 2019, o 4.º Festival Internacional de Cinema e Cerimónia de Entrega de Prémios · Macau e o Espectáculo do Fogo-de-Artifício em Comemoração do 20.º Aniversário do Retorno de Macau à China, para permitir à população e visitantes compartilharem a alegria do 20.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria.

No domínio da Cultura

Em 2019, os serviços na área da cultura estabeleceram as normas dos Prazos de Conservação de Arquivos Administrativos Comuns e avançaram com o processo legislativo do regulamento administrativo relativo ao Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau. Concluíram-se os trabalhos relativos ao 2.º grupo proposto para classificação de 9 bens imóveis de Macau e continuou-se o levantamento do património cultural intangível e a sua divulgação junto do público, nomeadamente os jovens, para aumentar a consciência da preservação do património cultural.

Em relação ao estabelecimento das instalações culturais públicas, a Casa Memorial de Xian Xinghai e a Biblioteca de Seac Pai Van já foram inauguradas. Promoveram-se, de forma programada, os trabalhos de revitalização do Centro de Formação para Jovens na Área de

Educação Artística, na Povoação de Nossa Senhora de Ká Hó, do restauro e da elaboração do planeamento para reaproveitamento das moradias situadas no cruzamento da Avenida do Coronel Mesquita com a Estrada de Coelho do Amaral, bem como da construção do Centro de Literatura de Macau e da nova Biblioteca Central. Criou-se o Programa de Lançamento de Espaços Artísticos e Culturais. Na primeira fase, nos 10 espaços do programa abertos, foram realizadas, em 2019, aproximadamente 100 actividades artísticas e culturais que contaram com um número de participantes superior a 150 000 pessoas, respondendo, efectivamente, à grande procura por espaços culturais por parte da sociedade.

Organizaram-se os festivais e eventos de marca, tais como o Festival de Artes de Macau, o Festival Internacional de Música de Macau, o Festival Fringe da Cidade de Macau, e actividades de celebração do aniversário da transferência da administração de Macau para a China. Foram organizadas exposições de grande escala: Desenhos da Renascença Italiana do British Museum e Beleza na Nova Era: Obras-primas da colecção do Museu Nacional de Arte da China.

Manteve-se uma série dos programas de subsídios, para ajudar o sector da cultura criativa a participar em feiras culturais, dentro e fora do País, no sentido de promover o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e a formação de talentos. Promoveu-se a cooperação do sector das indústrias culturais na Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, através nomeadamente da Reunião de Trabalho do Sector Cinematográfico de Guangdong-Hong Kong-Macau e da Feira de Investimento na Produção Cinematográfica entre Guangdong-Hong Kong-Macau e da Reunião Anual do Cinema de Guangdong.

O Fundo das Indústrias Culturais lançou um plano de apoio financeiro para plataformas de serviço integradas de diversas áreas e vários programas específicos de apoio financeiro, procurando definir, de modo preciso, o rumo a seguir na prestação de apoio financeiro. Foi ainda definido o “Regulamento dos prémios na área das indústrias culturais”, encorajando o desenvolvimento de projectos culturais e criativos com potencialidade.

Lançou-se o programa Embaixadores Culturais: Projecto Porta-voz, através do qual, promoveram-se actividades culturais locais. Foi aberto o Curso de Formação de Ópera Cantonense pela Escola de Teatro do Conservatório de Macau. Mantiveram-se diversas medidas como os programas de Formação de Recursos Humanos na Gestão Cultural e das Artes e da Concessão de Subsídios para Realização de Estudos Artísticos e Culturais, assim como o Concurso para Jovens Músicos de Macau, entre outras plataformas, promovendo a identificação, a formação e o apoio aos talentos artísticos e culturais locais. Além disso, continuou-se a realizar um curso de Verão sobre o património cultural para os estudantes do ensino secundário e o Programa de Estágios para Jovens no Museu do Palácio, a fim de expandir a visão dos jovens.

A realização bem sucedida do 2.º Encontro em Macau – Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa aumentou a influência do papel de Macau como o Centro de Intercâmbio Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Com a colaboração dos diversos serviços, foi realizado o evento “Arte Macau”, que contou também

com o envolvimento dos 6 *resorts* integrados de Macau, da *Nam Kwong (Group) Company Limited* e dos 5 consulados estrangeiros acreditados em Hong Kong e Macau. Reflectindo a riqueza artística e cultural de várias partes do Mundo, este grande evento cultural, com duração superior a 6 meses, apresentou 41 actividades de grande escala, espalhadas em 55 locais da cidade, enriquecendo a vida urbana e a experiência turística de visitantes, promovendo efectivamente o desenvolvimento de empreendimentos e indústrias culturais locais.

No domínio do Desporto

Em 2019, o Governo mobilizou proactivamente os recursos dos diversos sectores sociais, no sentido de apoiar o desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de alto rendimento, desenvolvendo a polivalência funcional e social do desporto. Em cooperação com as associações da sociedade civil e associações desportivas, realizaram-se actividades regulares e temáticas do desporto para todos, para incentivar os residentes a praticarem desporto, prestando especial atenção na disponibilidade de diferentes opções desportivas aos idosos, aos jovens e às pessoas portadoras de deficiência, por forma a criar um ambiente de prática do desporto junto da população em geral e elevar amplamente os benefícios sociais do desporto.

Contando com a colaboração dos serviços e associações, realizaram-se eventos desportivos de grande envergadura com efeitos relevantes, nomeadamente a 1.^a edição da Regata da Taça Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau e a Regata Internacional Taça Macau e o 66.^o Grande Prémio de Macau, por forma a estimular o dinamismo da cidade, consolidar a boa imagem de Macau como destino turístico e intensificar a sua reputação e a atractividade internacionais.

Foram envidados esforços no estabelecimento da relação e no intercâmbio com as regiões vizinhas. Organizaram-se, pela primeira vez, a Regata da Taça Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau e a Regata Internacional Taça Macau, bem como o Campeonato de *Kickboxing* da Grande Baía por Convite no Encontro de Mestres de Wushu. Implementaram-se os protocolos de cooperação e intercâmbio celebrados com as províncias e cidades do Interior da China e Hong Kong, por forma a partilhar os recursos e formar novos talentos do desporto. Em Maio de 2019, celebrou-se um protocolo de cooperação com o Centro de Gestão dos Jogos de Inverno da Administração Geral dos Desportos da China, com vista a desenvolver em conjunto acções de promoção e generalização dos desportos de inverno.

No intuito de promover, de forma contínua, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e reforçar o nível competitivo dos atletas, através de meios financeiros e técnicos, prestou-se apoio às associações desportivas na elaboração e execução dos planos de treino, bem como no aperfeiçoamento do mecanismo da preparação dos jovens atletas, por forma a promover amplamente o desenvolvimento especializado do desporto de alto rendimento. Actualmente, 25 associações desportivas concluíram a criação de quadros de jovens atletas. Concomitantemente, manteve-se uma estreita comunicação e cooperação com as

associações desportivas, por forma a elevar, de modo gradual, a eficácia dos treinos das escolas de formação desportiva e desenvolver eficazmente a formação dos jovens atletas.

Proporcionou-se aos residentes o conhecimento da aplicação dos dados científicos à prática desportiva. Implementou-se o exame da capacidade dos atletas de alto rendimento, por forma a melhorar a eficácia dos treinos. Para salvaguardar os princípios de concorrência leal nas competições desportivas, organizaram-se acções de formação e de sensibilização para a antidopagem. Realizaram-se exames de antidopagem nos eventos desportivos internacionais organizados em Macau, com vista a promover, de forma contínua, o nível de antidopagem de Macau.

Em resposta às necessidades de desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de alto rendimento, houve um enorme empenho no estabelecimento de cooperação com entidades da sociedade civil e na manutenção de boa cooperação com os Serviços de Obras Públicas, por forma a otimizar e expandir em conjunto as instalações e os equipamentos desportivos, em busca de proporcionar aos residentes mais espaços desportivos de qualidade. O Centro de Formação e Estágio de Atletas, que entra em funcionamento no 4.º trimestre de 2019, procura contribuir para a formação de mais jovens atletas para as diferentes modalidades desportivas.

2.ª Parte

Retrospectiva das Actividades Realizadas do Ano de 2015 ao Ano de 2019

No domínio da Saúde

Nos últimos cinco anos, durante o quarto mandato, o Governo tem dado continuidade à política governativa “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção” e tem aperfeiçoado os serviços médicos em articulação com os objectivos do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM. A esperança de vida à nascença dos residentes locais tem vindo a crescer e atingiu os 83,7 anos de idade em 2018, posicionando Macau nos primeiros lugares a nível mundial. As taxas de mortalidade infantil e materna têm-se mantido, a longo prazo, num nível baixo, enquanto as taxas de sobrevivência relativa de cinco anos para os cancros da mama, do colo do útero, colorrectal e do pulmão têm sido elevadas, reflectindo os resultados notáveis obtidos nas medidas de reforma do sector da saúde.

O Governo, através da melhoria do mecanismo de prevenção e controlo de doenças transmissíveis e de contingência, tem respondido com êxito à ameaça de várias doenças transmissíveis graves, o que tem sido elogiado e reconhecido pela OMS. O Programa de Vacinação adoptado tem dado melhores garantias comparativamente ao das regiões

vizinhas, formando uma boa barreira imunitária na comunidade. Ao mesmo tempo, houve um alargamento dos destinatários e dos tipos de cancro abrangidos pelos programas de rastreio. Foram realizados inquéritos à população sobre a saúde, implementada uma lei de controlo do tabagismo mais severa, e iniciado o trabalho para controlo do consumo do álcool na camada adolescente e interveio-se na ocorrência de doenças a partir da fonte, de modo a evitar todo o esforço para proteger a saúde física e mental dos residentes.

Para que a população tenha acesso aos serviços médicos adequados, aumentaram-se o número de beneficiários e o montante do subsídio em consultas externas e de urgências das instituições médicas sem fins lucrativos e prolongou-se o horário de serviço de instituições médicas governamentais. Igualmente, reforçaram-se os trabalhos associados ao tratamento da demência, tratamento precoce pediátrico e protecção da saúde materno-infantil, reduziu-se o tempo de espera para consulta e avaliação do tratamento, assim como reforçaram-se os serviços de saúde mental comunitários e introduziram-se tecnologias e equipamentos avançados. Os vales de saúde têm ajudado a promover o desenvolvimento estável das instituições médicas governamentais, das sem fins lucrativos e das privadas. Entraram em funcionamento o Centro Clínico de Saúde Pública, o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo-Lago, o Centro de Saúde da Ilha Verde e o Hospital de Reabilitação de Ká-Hó, o que tem melhorado a rede de instalações de cuidados de saúde primários e de reabilitação.

O Programa *eHR* está a ser usado no Centro Hospitalar Conde de São Januário, nos centros de saúde e no Hospital Kiang Wu, o que tem acelerado a partilha de recursos médicos. A aplicação móvel e os vales de saúde electrónicos têm trazido conveniência para a população e orientado o desenvolvimento da medicina inteligente, fornecendo referências científicas para decisões nas políticas de saúde.

O sistema de saúde tem vindo a melhorar com a implementação dos diplomas legais relacionados com os critérios e directrizes que determinam a morte cerebral, o regime do erro médico e a promoção dos médicos, a criação da Comissão de Perícia do Erro Médico e do Centro de Mediação de Litígios Médicos. Os diplomas que se encontram no processo legislativo, como o Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde, o de assuntos farmacêuticos e o de controlo do álcool irão, igualmente, contribuir para aperfeiçoar o sistema de saúde. Têm sido acelerados os trabalhos associados ao recrutamento e à formação dos profissionais da saúde e foi criada a Academia Médica, promovendo a adaptação do sistema de saúde às normas internacionais.

Tem-se respondido empenhadamente à iniciativa nacional “Uma Faixa, Uma Rota”, prestado assistência a Timor-Leste na optimização dos seus serviços de cuidados de saúde primários e participado no programa de apoio a África, Acção de Brilho, contribuindo para reforçar o intercâmbio e os laços com os países de língua portuguesa. Têm-se implementado os requisitos do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, ajudando os residentes qualificados a aderirem ao sistema de seguro de saúde da Ilha de Hengqin, em Zhuhai, e promovido o estudo inicial sobre a criação de postos de saúde naquela ilha. Além disso, foi criado o Centro de Cooperação de Medicina Tradicional

da OMS para a realização regular de *workshops* de formação e têm sido aperfeiçoados diplomas legais da medicina tradicional chinesa, elevando a qualidade dos profissionais da área e promovendo a internacionalização daquele sector. Concomitantemente, têm sido celebrados acordos com a OMS, interior da China, Singapura e Hong Kong, de maneira a promover o desenvolvimento, a longo prazo, sustentável do sistema da saúde.

No domínio da Educação

Concluíram-se os trabalhos legislativos da Lei do Regime do Ensino Superior e dos respectivos diplomas complementares, e criaram-se o Conselho do Ensino Superior e o Fundo do Ensino Superior. Foram, ainda, ajustados a estrutura e o funcionamento dos Serviços do Ensino Superior; estabelecido o regime de avaliação da qualidade do ensino superior e constituído um grupo de peritos para a avaliação da qualidade. Foi criado o regime de créditos no ensino superior; por forma a promover, a nível institucional, a melhoria contínua do ensino superior.

Prestou-se atenção ao crescimento e ao desenvolvimento dos estudantes, tendo-se apoiado, de forma contínua, a participação e a realização de diversas actividades que contribuem para o desenvolvimento físico e psicológico dos estudantes do ensino superior. Promoveu-se, juntos dos estudantes, a aprendizagem da Constituição e da Lei Básica e reforçou-se o seu conhecimento sobre a realidade nacional e regional. Foi, ainda, reforçado o apoio aos estudantes no prosseguimento dos seus estudos, com a atribuição do Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior e das Bolsas de mérito para estudos pós-graduados, a implementação do Plano de Apoio de Pagamento dos Juros de Créditos para a Formação Linguística e Graduados do Ensino Superior e o lançamento da Plataforma de Serviços para Bolsas de Mérito, Bolsas de Estudo, Bolsas-empréstimo e Apoios Financeiros atribuídos pelos Serviços Públicos. Foram prestadas, através de vários meios, informações aos estudantes nomeadamente sobre o prosseguimento de estudos, exames e emprego procurando apoiá-los no prosseguimento dos estudos e no desenvolvimento da sua carreira.

Realizou-se, com sucesso, o Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau e foi aperfeiçoada, de forma contínua, a programação do Exame. Coordenaram-se e acompanharam-se os trabalhos de exames de admissão dos estudantes locais para cursos de pós-graduação e de licenciatura (incluindo estudantes recomendados pelas escolas locais) nas instituições de ensino superior do Interior da China. Foi organizada a participação das instituições de ensino superior de Macau nas exposições sobre o ensino superior fora de Macau, por forma a promover o ensino superior local no exterior. Foi promovido o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre as instituições de ensino superior na formação de quadros qualificados bilingues em língua chinesa e portuguesa, na promoção da igualdade de género e na partilha de recursos das bibliotecas. Foram apoiadas as instituições na optimização da sua gestão interna, das condições pedagógicas e de investigação científica, bem como na promoção do desenvolvimento profissional do

peçoal docente e de investigação. Com vista à estratégia do desenvolvimento de Macau, foram criados financiamentos especiais para promover a investigação académica e científica, bem como a formação de quadros qualificados bilingues na língua chinesa e portuguesa e de quadros qualificados na área turística.

Com os esforços conjuntos do Governo e das instituições de ensino superior, o nível do ensino superior de Macau tem vindo a ser reconhecido internacionalmente. Várias instituições de ensino superior locais obtiveram a acreditação dos seus cursos pelas instituições internacionais de avaliação ou organizações profissionais e muitas delas figuram nos *rankings* internacional e regional, registando-se subidas constantes naqueles *rankings*. Além disso, contando com o apoio do País, para além dos dois Laboratórios de Referência do Estado já existentes, foram criados, em Macau, mais dois Laboratórios de Referência do Estado o da Internet das Coisas para a Cidade Inteligente e o da Ciência Lunar e Planetária, de modo a motivar as instituições a aproveitarem, de melhor forma, as oportunidades de desenvolvimento trazidas pela cooperação regional e pelas políticas do País, desenvolvendo as suas próprias vantagens, de modo a formar quadros qualificados tão necessários para o desenvolvimento do País e de Macau.

No seu 4.º mandato, o Governo concretizou, com determinação, as Linhas de Acção Governativa “Promover a prosperidade de Macau através da educação e Construir Macau através da formação de talentos”, criando mecanismos eficazes, de longo prazo, para a formação de talentos e para o ensino não superior. A taxa de cobertura da escolaridade gratuita atingiu, nas escolas (unidades escolares), uma percentagem superior a 93%, tendo sido concluídos, antecipadamente, os objectivos de desenvolvimento definidos no “Planeamento Quinquenal”. Foi iniciado o estudo e a elaboração de uma nova fase do plano de médio e longo prazo para o ensino não superior e acelerado a elaboração dos diplomas legais no âmbito da Educação. Foram potenciadas as funções de orientação das políticas e do apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Educativo e optimizado o mecanismo de fiscalização dos apoios financeiros concedidos às escolas particulares. Foi iniciado o projecto da “Obra de Céu Azul”, apoiando as escolas na concessão de terrenos para construção, reconstrução e ampliação dos edifícios escolares, entre outras obras, optimizando, de forma eficaz, o ambiente de ensino. Foram lançadas, entre outras, a medida de registo central para acesso escolar das crianças ao ensino infantil e a implementação electrónica total para as inscrições nas “Actividades de Férias”, sendo a utilidade destas medidas, amplamente, reconhecidas pelos cidadãos. Com o intuito de incentivar e apoiar os alunos a prosseguirem os seus estudos no ensino superior, o número e os montantes das diversas bolsas de estudo do ensino superior foram aumentados. Foi promovido, de forma activa, o “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”, verificando-se, até 2019, nas três fases, a participação, nos diversos cursos, de mais de um milhão de cidadãos.

Foi aprofundado o trabalho no sector da educação sobre o Amor pela Pátria e por Macau, alterando os diplomas legais, para assegurar a criação da disciplina independente de “História” nos níveis de ensino secundário geral e secundário complementar, tendo sido, também, promovidos os materiais didácticos locais da disciplina de História. Formou-se a

primeira equipa escolar de Macau do içar de bandeira e concretizou-se o envolvimento de todas as escolas na actividade do hastear e a exibição da Bandeira Nacional. Com o apoio do Ministério da Educação Nacional, em 2019, o número de finalistas do ensino secundário complementar de Macau, recomendados para acesso a instituições de ensino superior do Interior da China quase duplicou, em comparação com o ano 2015.

A reforma curricular abrangeu todos os níveis de ensino da educação regular e foi reforçada a criação do sistema de investigação educativa escolar, dando-se um grande passo no aumento da qualidade de ensino das escolas. No sector da educação, foram alargados, notavelmente, a cooperação e o intercâmbio com o exterior, tendo o número de geminações, entre escolas de Macau e escolas do Interior da China, aumentado significativamente, passando de 108 escolas geminadas, em 2017, para mais de 240, em 2019. Foram concretizadas as respectivas disposições do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, tendo sido alargada a todas as 21 cidades da Província de Guangdong a atribuição do subsídio de propinas para alunos que frequentem escolas na província de Guangdong, prevendo-se, ainda, introduzir no futuro, um subsídio para aquisição de manuais escolares.

Foi otimizada a qualidade do corpo docente, através da atribuição da menção “Professor distinto” e da implementação de diversos níveis de formação para docentes, criando-se, desta forma, condições para o desenvolvimento profissional do pessoal docente. Foi concluída, com sucesso, a primeira fase da Avaliação Escolar Global, implementando o plano piloto de avaliação interna para apoiar as escolas na criação de um regime sistemático de avaliação interna. Foram impulsionadas várias medidas para promover o sucesso escolar dos alunos, sendo, grandemente, reduzida a taxa de retenção em todos os níveis de ensino. No teste do “Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA 2015)”, Macau foi considerado um(a) dos(as) cinco países/economias participantes com níveis de equidade e qualidade educativa mais elevados.

Foi dada continuidade à optimização do ensino das “Três línguas e quatro idiomas”, criando, nas escolas oficiais, o “Programa de ensino bilingue Chinês-Português”. Introduziu-se o novo “Plano de preparação dos talentos bilingues em chinês e português de várias áreas”. Foi continuamente reforçado o investimento no desenvolvimento do ensino especial, fazendo com que o tempo de espera, em média, para tratamento ou treino diminuísse significativamente em comparação com o passado, e foram, ainda, disponibilizados diversos tipos de apoios aos alunos com necessidades educativas especiais e respectivos encarregados de educação. Foi promovido, de forma dinâmica, o desenvolvimento do ensino técnico-profissional. Concluiu-se a avaliação especializada do ensino das tecnologias de informação e comunicação, acelerando-se a promoção da educação no âmbito da generalização de conhecimentos científicos.

No que diz respeito ao domínio de juventude, foram concretizados, significativamente, os objectivos da “Política de Juventude de Macau (2012-2020)” (adiante designada por “Política de Juventude de Macau”), pondo em prática, de forma ordenada, diversos planos de trabalho e medidas. Deu-se início a uma nova fase de trabalhos de planeamento da

Política de Juventude, a médio e longo prazos, aperfeiçoando, de forma contínua, o sistema de trabalho para o desenvolvimento dos jovens de Macau. Foi criado, de forma empenhada, o mecanismo de comunicação com os jovens, estabelecendo um mecanismo sistemático e de longo prazo para recrutamento e coordenação de jovens voluntários, incentivando a sua participação activa na sociedade.

Em cooperação com os serviços envolvidos, foram organizados a Jornada de educação da defesa nacional, o Acampamento militar de Verão, cursos de assuntos nacionais, concursos de conhecimentos em assuntos diplomáticos, bem como actividades de divulgação da Constituição e da Lei Básica e de outras leis locais, no sentido de incentivar as associações juvenis a realizarem actividades de divulgação da História e da cultura chinesa e do amor pela Pátria e por Macau, de modo a promover nos jovens o sentimento de amor patriótico. As oportunidades de intercâmbio e competição no exterior, para os jovens, foram aumentadas, elevando a sua competitividade. A equipa escolar de Macau obteve resultados excelentes na sua participação em várias competições de generalização dos conhecimentos científicos e de Matemática realizadas no exterior. Foi alargada, significativamente, a visão internacional dos jovens, construindo-se uma plataforma para o seu acesso à “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e integração no desenvolvimento nacional. Realizaram-se, de forma contínua, grandes eventos culturais e artísticos internacionais para jovens, de modo a reforçar, ainda mais, o posicionamento do desenvolvimento de Macau como base de intercâmbio e cooperação entre culturas.

No domínio da Acção Social

Nos últimos cinco anos, em articulação com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, o Governo tem elaborado e promovido uma série de planos de curto, médio e longo prazo, nomeadamente o Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos (2016-2025), o Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016-2025), o Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Creches para os anos de 2018 a 2022 e o planeamento dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau (2019-2025). Aprovaram-se várias leis e lançaram-se instruções importantes com influência de longo alcance, nomeadamente a Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, o Regime Jurídico de Garantias dos Direitos e Interesses dos Idosos, o Regime da Qualificação Profissional dos Assistentes Sociais e as instruções arquitectónicas para mobilidade sem barreiras. Os trabalhos referidos têm promovido o desenvolvimento dos serviços sociais rumo a uma maior profissionalização e diversificação, estabelecendo um pilar significativo para o sector da acção social.

No que se refere aos apoios e benefícios sociais, aperfeiçoaram-se as acções de redução da pobreza. O valor do risco social dos agregados familiares de uma só pessoa aumentou de 3 920 patacas em 2015 para 4 230 patacas em 2019, representando um acréscimo de 8%, enquanto que o aumento dos valores do apoio especial destinado aos três tipos de famílias vulneráveis variou entre os 20% e os 50%. O valor do subsídio para idosos subiu

de 7 500 patacas em 2015 para 9 000 patacas em 2019, equivalente a um reforço de 20% e os subsídios de invalidez, respectivamente, de 7 500 e 15 000 patacas em 2015 para 9 000 e 18 000 patacas em 2019, traduzindo um aumento de 20%. Em 2017, foi efectuada a avaliação e a classificação de casos de redução da pobreza a cerca de 10 000 famílias e têm-se fornecido serviços complementares.

No que diz respeito aos serviços familiares e comunitários, com a entrada em vigor da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica em Outubro de 2016, criou-se o sistema central de registo de casos e têm sido implementadas medidas de protecção e assistência, como acolhimento temporário, apoio económico de carácter urgente, apoio escolar e ao emprego, entre outras. Concluiu-se, em 2019, o relatório de avaliação sobre a implementação dessa lei. Têm-se realizado acções de divulgação sobre a prevenção da violência doméstica onde participaram mais de 120 000 pessoas entre 2017 e 2019. Entre os anos de 2016 e 2019, realizaram-se cursos de formação sobre a violência doméstica a mais de 13 940 trabalhadores da linha de frente. Com vista a proporcionar maior atenção ao bem-estar das mulheres e crianças, em 2016, a Comissão dos Assuntos das Mulheres foi reestruturada para transformar-se no Conselho para os Assuntos das Mulheres e Crianças, que tem promovido, de forma faseada, o planeamento do desenvolvimento das mulheres.

No que concerne aos serviços de apoio a crianças e jovens, tem-se melhorado o ambiente das creches locais. Em 2019, existem em Macau cerca de 11 000 vagas nesses estabelecimentos, representando um aumento de cerca de 30% em relação a 2015 e a oferta de vagas atingiu a 55% da população com idade inferior a três anos. Foi estabelecido o regime de avaliação dos serviços das creches, uniformizado o agendamento da inscrição e admissão das creches subsidiadas e introduzido o sistema de matrícula. Em 2017, criou-se o Pavilhão de Estreitamento da Relação entre Pais e Filhos, assim como deu-se início ao plano piloto do serviço de cuidado infantil inclusivo. Para além disso, em 2015, foi criado um lar de crianças e jovens, que opera sob modelo de pequena família. Em 2016, foi criada uma plataforma de auxílio profissional e em 2017, realizou-se o Programa de Avaliação dos Serviços de Lares de Crianças e Jovens.

Relativamente aos serviços de apoio a idosos, o Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos, implementado desde 2016, abrange um total de 445 medidas de curto, médio e longo prazo e a taxa de conclusão geral das medidas atingiu os 62%, em Agosto de 2019. O número de vagas dos lares de idosos ascendeu a cerca de 2 400 até 2019, o que comparado com as mais 1 600 em 2015, representa um aumento aproximado de 42%; as vagas dos serviços de cuidados especiais diurnos sofreram um aumento de 252 para 338. Para apoiar os portadores da demência, criou-se o Centro de Avaliação e Tratamento da Demência em 2016 e aumentaram-se os centros de cuidados especiais diurnos destinados aos idosos com essa doença. Em 2018, foi lançado o serviço urgente de teleassistência no espaço exterior, prestando aos pacientes com demência uma garantia aquando da sua deslocação para o exterior e o serviço de apoio urgente fora do domicílio, sendo que até Junho de 2019, registaram-se cerca de 230 utentes naquele serviço. Além disso, tem-se continuado a prestar apoio a idosos isolados e aos

agregados familiares com dois idosos, através do serviço de teleassistência “Peng On Tung”, da rede de serviços carinhosos aos idosos, do Programa de Apoio aos Idosos Isolados e da respectiva base de dados. Até Julho de 2019, tinham sido avaliados e orientados cerca de 6 500 casos em segurança residencial, bem como instalados equipamentos a favor de 6 100 casos. Em Novembro de 2018, entrou em vigor o Regime Jurídico de Garantias dos Direitos e Interesses dos Idosos, reflectindo a importância atribuída pelo Governo aos direitos e interesses da população sénior.

No âmbito dos serviços de reabilitação, tem-se vindo a promover, desde 2016, o Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio, que abrange um total de 356 medidas de curto, médio e longo prazo, com uma taxa de conclusão geral de 77%, registada até Agosto de 2019. Criaram-se, no âmbito da intervenção precoce, o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e o Centro de Reabilitação Pediátrica e foi lançado o Projecto de Promoção do Serviço de Tratamento Precoce e de Financiamento das Actividades de Apoio Familiar. Em 2017, em cooperação com as instituições particulares, foi criado o Cantinho Familiar para o Crescimento das Sementes para prestar apoio profissional às famílias das crianças com necessidades especiais. As instruções arquitectónicas para mobilidade sem barreiras foram concluídas em 2017 e têm sido aplicadas, desde o ano de 2018, a todas construções novas dos serviços públicos e às obras subsidiadas pelo Governo.

No que se refere à prevenção e tratamento da toxicod dependência, foi inaugurada, em 2016, a Casa de Educação de Vida Sadia. O âmbito dos destinatários dessa instalação vocacionada para a educação preventiva para combate às drogas foi alargado de crianças para jovens e encarregados de educação e atrai, por ano, uma média de cerca de 26 000 participações nas diversas actividades realizadas. Criou-se o plano Jovens Orgânicos, em 2011, para apoiar jovens de alto risco e até ao momento, têm-se registado mais de 39 600 participações acumuladas nesse plano. Em relação ao tratamento da toxicod dependência e reabilitação, em 2011, foram reestruturados os serviços da desintoxicação. Macau dispõe de quatro centros de tratamento com medicamentos em 2019 e o uso da metadona superou o nível exigido pelas Nações Unidas em termos da eficácia do tratamento e da taxa de presença de utentes. A proporção dos casos de infecção com SIDA entre os consumidores de droga sofreu uma queda, de 66% em 2004 para 0% nos últimos quatro anos, alcançando resultados excelentes. O Centro de Tratamento e Reabilitação de Ká-Hó entrou em funcionamento em 2016 e o tratamento integrado e diversificado adoptado tornou-se foco de demonstração e objecto de visita e intercâmbio dos especialistas da comunidade internacional e de regiões vizinhas.

No que concerne à prevenção e tratamento dos distúrbios do jogo, em conjunto com as instituições académicas, operadoras do jogo e instituições particulares tem-se implementado, desde 2009, uma série de actividades do jogo responsável. Em 2012, lançou-se o Plano de Quiosques Informativos sobre o Jogo Responsável, e até aos finais de 2019 o número de quiosques será aumentado para 52, abrangendo todos os casinos de Macau. Após vários anos de empenho, têm sido diminuídos o grau de participação dos residentes nas actividades do jogo, de 59,2% em 2007 para 51,5% em 2016, bem como o grau de

gravidade dos distúrbios do jogo, de 6% para 2,5%. O grau de consciencialização dos residentes de Macau em relação ao jogo responsável subiu de 16,2% em 2009 para 63,7% em 2017, tendo-se obtido resultados notáveis.

No respeitante aos serviços de reinserção social, tem-se criado uma série de mecanismos estáveis e desenvolvidos de apoio ao emprego dos reabilitados, em cooperação com as instituições particulares. Entre os anos de 2015 e 2019, cerca de 550 reabilitados participaram nesse programa de emprego, dos quais 257 (cerca de 47%) foram recrutados. Em 2019, lançou-se o programa Família Fora da Prisão que tem adoptado a tomada de iniciativa como conceito de serviço e registou-se a participação de cerca de 40 famílias de reclusos até Agosto do mesmo ano.

Para assegurar que todos os assistentes sociais sejam dotados de qualificação profissional, bem como garantir os direitos e interesses dos utentes de serviços, foram promulgados o Regime da Qualificação Profissional dos Assistentes Sociais e o regulamento administrativo referente ao Conselho Profissional dos Assistentes Sociais. Tem-se aumentado o apoio ao sector do serviço social e registado um aumento do valor de subsídios e do número de beneficiários com o novo regime de atribuição de subsídio, implementado desde Julho de 2015. O valor dos subsídios aumentou de cerca de 920 milhões em 2015 para cerca de 1 540 milhões de patacas em 2019, traduzindo um acréscimo de cerca de 67%; o número de beneficiários elevou-se de 3 150 em 2015 para cerca de 4 100 em 2019, correspondendo um aumento de cerca de 27% e as instituições de serviço social subsidiadas passaram de 209 em 2015 para mais de 260 em 2019, equivalente a um aumento de cerca de 24%. Além disso, desde Abril de 2018, tem-se atribuído o apoio financeiro especial para a adesão das instituições de serviço social subsidiadas ao Regime de Previdência Central não Obrigatório às instituições qualificadas. Até Agosto de 2019, um total de 1 480 trabalhadores de serviço social aderiram ao regime, abrangendo cerca de 50% dos trabalhadores qualificados. A fim de melhorar o regime interno de gestão das instituições, entre os anos de 2017 e 2020, implementa-se faseadamente o apoio financeiro da auditoria financeira. Na presente fase, 125 instituições de serviço social realizam anualmente a auditoria financeira e entregam o respectivo relatório.

No domínio da Segurança Social

Nos últimos cinco anos, o Governo tem implementado o regime da segurança social de dois níveis e proposto a criação do mecanismo de segurança social a longo prazo. Em 2016, procedeu à injeção extra de capitais de 37 000 milhões de patacas no FSS; em 2017, o montante mensal de contribuições do regime da segurança social foi aumentado de 45 para 90 patacas e em 2019, a lei "Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social" estabelece um mecanismo regular de dotação, assegurando a estabilidade e sustentabilidade da situação financeira do FSS. Tem sido aperfeiçoada a protecção básica na velhice dos residentes. Nos últimos cinco anos, os montantes das prestações do regime da segurança social foram ajustados por três vezes, tendo por exemplo o subsídio de

nascimento aumentado para as 5 000 patacas em 2018 e para as 5 260 patacas em 2019, podendo ser requerido por ambos os progenitores.

O Governo tem-se empenhado em melhorar a segurança social dos portadores de deficiência. Em 2018, a lei foi alterada, permitindo que a pensão de invalidez passasse a ser atribuída universalmente a todas as pessoas que se encontram em situação de invalidez. No mesmo ano, lançou-se o Programa Relativo ao Incentivo de Emprego de Beneficiários da Pensão de Invalidez, que registou uma taxa de sucesso de emprego dos portadores de deficiência participantes de 45,8% até Agosto de 2019.

Com base no regime da segurança social do primeiro nível, desde Janeiro de 2018, o Governo tem implementado, o do segundo nível: o Regime de Previdência Central Não Obrigatório, visando assegurar aos residentes melhores condições de vida pós-aposentação. Até Setembro de 2019, participam no regime sete entidades gestoras de fundos aderentes que fornecem aos residentes 41 fundos de pensões, 195 empregadores e ainda mais de 50 000 participantes. Para incentivar e promover os diversos sectores a participarem de forma activa no regime, o FSS realizou, até ao momento, mais de 330 sessões de esclarecimento e duas cerimónias de atribuição de prémios aos empregadores.

O Governo tem atribuído, desde o ano 2010, uma prestação única de incentivo básico no valor de 10 000 patacas aos residentes habilitados assim como, uma verba a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais durante dez anos consecutivos. Até à presente data, o montante acumulado acrescido dos juros pode atingir no máximo 75 643 patacas em cada conta individual de previdência dos residentes habilitados, o que envolveu, por parte do Governo, uma dotação de cerca de 25 700 milhões de patacas sendo o número total de beneficiários cerca de 447 000. O FSS tem implementado diferentes serviços electrónicos ao longo dos anos, a fim de simplificar as burocracias e tem desenvolvido, gradualmente, serviços convenientes sob o modelo de “balcão único”.

Relativamente à cooperação no âmbito da segurança social entre Guangdong e Macau, em 2015, assinou-se um memorando de cooperação para a prestação de medidas convenientes de efectuação da prova de vida aos beneficiários da pensão para idosos e da pensão de invalidez que passam a velhice naquela província. A par disso, o FSS tem colaborado activamente na construção da Grande Baía, garantindo que o direito à segurança social dos residentes de Macau que trabalham ou vivem na Grande Baía não seja afectado.

No domínio do Turismo

No sentido de aproveitar as oportunidades trazidas pela participação de Macau na construção da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e, em articulação com a implementação das Linhas Gerais do Planeamento para Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau do País, a DST potenciou a singularidade e a atractividade dos recursos turísticos de Macau, através da realização de diversos trabalhos, promoveu o

desenvolvimento próspero da indústria turística de Macau, assim como envidou esforços para transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

Em 2017 foi concluído e divulgado o Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, o qual abrange diferentes áreas e conta com 91 planos de acção concretos de curta, média e longa duração. Neste momento a DST está a acompanhar e a proceder aos trabalhos relacionados com os 67 planos de acções a curto prazo. Ao mesmo tempo, a DST encomendou a uma instituição o estudo relacionado com os mercados de proveniência de turistas, o desenvolvimento de produtos turísticos e os resultados das actividades dos eventos e festividades, para que possam servir de fundamento científico para o desenvolvimento do sector do turismo.

Em 2017 Macau foi designada, pela UNESCO, como “Cidade Criativa de Gastronomia”, adicionando, assim, mais uma marca emblemática ao portfólio turístico da cidade. Foi aprofundado o intercâmbio entre o sector de restauração local e os seus congéneres do exterior, através da organização e apoio à realização de eventos internacionais na área da gastronomia, nomeadamente, a organização de três edições do Fórum Internacional de Gastronomia, Macau, a iniciativa de 2018 Ano da Gastronomia de Macau, a Cerimónia de entrega de prémios para os 50 Melhores Restaurantes da Ásia realizada, em Macau, em dois anos consecutivos e a organização de demonstrações de culinária ao vivo. Além disso, promoveu-se a gastronomia de Macau nos mercados de proveniência de turistas, com vista a elevar a visibilidade da gastronomia de Macau a nível internacional.

A fim de promover a diversificação do mercado de proveniência de turistas, a DST tem adoptado o tema promocional “Sentir Macau – Ao seu estilo” para promover o turismo de Macau. No sentido de aumentar a atractividade turística de Macau e enriquecer a experiência turística, continuou-se a conceber novos produtos turísticos, nomeadamente, a realização do Festival de Luz de Macau, do Festival Internacional de Cinema e Cerimónia de Entrega de Prémios · Macau, da Exposição Internacional de Turismo (Indústria) de Macau e do “Arte Macau”, tendo-se promovido Macau como uma cidade de eventos e festividades. Além disso, foi lançado o projecto da “Anim’Arte NAM VAN”, que combina elementos criativos, gastronómicos, turísticos e de lazer e foi dado apoio à indústria turística para explorar o desenvolvimento de produtos turísticos marítimos. A DST tem promovido activamente as obras de remodelação do Museu do Grande Prémio de Macau, bem como organizou o Concurso de *Design* da Mascote do Turismo de Macau e lançou, em conjunto com o Fundo das Indústrias Culturais, o Programa Específico de Apoio Financeiro para Formação da Marca do Turismo Cultural.

Impulsionou-se a transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, tendo sido assinados, nos últimos cinco anos, 17 memorandos de cooperação em matéria de turismo entre a DST e várias províncias e cidades do Interior da China. A par disso, foi dada continuidade à participação em vários eventos de grande envergadura organizados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), pela Associação de Turismo da Ásia - Pacífico (*Pacific Asia Travel Association-PATA*) e por outras organizações internacionais. Realizou-se,

em Macau, a *PATA Travel Mart 2017*, com vista a aumentar a visibilidade de Macau a nível internacional.

No que diz respeito à participação do Governo na construção da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, nos últimos cinco anos, realizaram-se um total de 27 actividades de promoção turística de grande escala em 10 mercados de proveniência de turistas: Malásia, Tailândia, Singapura, Indonésia, Camboja, Myanmar, Coreia do Sul, Portugal, Interior da China e Hong Kong, para incrementar a marca de turismo cultural a nível internacional ligada à Rota da Seda. Além disso, a DST participou na reunião anual da Federação Turística da Região Metropolitana da Grande Baía de Guangdong–Hong Kong–Macau e impulsionou o desenvolvimento integrado da indústria turística da Grande Baía, tendo sido lançados, em diversas feiras internacionais de turismo, roteiros turísticos de qualidade e produtos turísticos no âmbito dos itinerários multi-destinos. Manteve-se o intercâmbio e a ligação com vários países de língua portuguesa, tendo sido já assinados vários memorandos e protocolos de cooperação com autoridades de turismo de seis países de língua portuguesa para reforçar a cooperação com os países de língua portuguesa no domínio do turismo.

No intuito de otimizar a gestão da indústria turística, a DST tem vindo a promover o trabalho de revisão dos diplomas que regulam a actividade dos estabelecimentos hoteleiros bem como a actividade das agências de viagens e a profissão dos guias turísticos, bem como tem acompanhado de perto o trabalho de apreciação dos diversos pedidos de licenciamento e efectuado, também, os trabalhos relacionados com os pedidos de diversos tipos de licenças. A DST tem exercido rigorosamente as atribuições na fiscalização da indústria, tendo levado a cabo, em conjunto com o Corpo de Polícia de Segurança Pública, o combate à prestação ilegal de alojamento. Com vista ao apoio à indústria turística no melhoramento da qualidade dos serviços, a DST lançou o Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade no sector de restauração, no sector das agências de viagens e no sector de venda a retalho, respectivamente, assim como realizou acções de formação destinadas aos operadores da indústria turística para elevar a qualidade dos serviços prestados.

A DST aproveitou ainda as novas tecnologias para elevar a capacidade de acolhimento turístico, utilizando a aplicação de inteligência artificial para conhecer a situação e prever o fluxo de visitantes nos pontos turísticos e locais com grande concentração de pessoas. Além disso, a DST cooperou com a *AliCloud*, do Grupo *Alibaba*, tendo desenvolvido os projectos da “Plataforma de troca de dados do turismo”. Foi lançada a nova página electrónica de promoção turística e aplicações para telemóvel, assim como foi dada continuidade à promoção dos trabalhos na área do turismo inteligente.

No domínio da Cultura

Nos últimos cinco anos, os serviços na área da cultura promoveram, de forma programada, os diversos trabalhos no domínio da cultura, tendo empenhado esforços para a criação de uma rede cultural que abrange toda a cidade, aproveitando os recursos

locais resultantes das culturas chinesa e ocidental de longa história, com vista a desenvolver Macau como uma “cidade culturalmente sustentável”.

O Governo empenhou todos os esforços para reforçar a protecção do património cultural. Nos anos de 2014 a 2018, concluíram-se, respectivamente, duas fases da consulta pública sobre o Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau e elaborou-se, em 2019, o projecto do regulamento administrativo relativo ao Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau, impulsionando-se o seu processo legislativo. Relativamente aos trabalhos do levantamento e da classificação de bens imóveis, até ao ano de 2019, foi concluído o levantamento de cerca de 100 bens imóveis. Nos anos de 2015 a 2017, foram realizadas sucessivamente várias obras de revitalização. Lançou-se, em 2017, a página Informação do Público sobre o Património Cultural de Macau, e concluíram-se, em 2019, os trabalhos da 1.ª fase para a criação do Centro de Monitorização do Património Mundial.

Em 2017, inscreveram-se 15 práticas ou expressões culturais no Inventário do Património Cultural Intangível de Macau, entre as quais, 8 foram inscritas na Lista Nacional de Manifestações Representativas do Património Cultural Intangível da China. A ópera cantonense foi, ainda, inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2019, 12 *itens* do referido Inventário foram inscritos, com sucesso, na Lista de Património Cultural Intangível. Até Dezembro de 2019, existem em Macau 7 transmissores representativos das manifestações representativas do património cultural intangível a nível nacional.

Mediante a apresentação de uma candidatura conjunta pelo Arquivo de Macau e pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal, a Colecção das “Chapas Sínicas”, foi inscrita, com sucesso, no Registo da Memória do Mundo para a Ásia-Pacífico e no Registo da Memória do Mundo da UNESCO, em 2016 e 2017, respectivamente.

O Instituto Cultural implementou sucessivamente a Série de Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau, o Plano de Distribuição das Publicações Culturais de Macau, tendo promovido, proactivamente, a cooperação das indústrias culturais com a Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Relativamente à construção das instalações criativas e culturais, os serviços na área da cultura continuaram a planear e utilizar os espaços culturais locais de espectáculo, para fornecer espaços de desenvolvimento mais amplos ao sector criativo e cultural local.

O Fundo das Indústrias Culturais (FIC) incentivou as empresas para o desenvolvimento de projectos das indústrias culturais através de apoios financeiros, com vista à diversificação adequada da economia local. A partir do ano de 2018, lançaram-se programas específicos de apoio financeiro, em resposta ao novo desenvolvimento das indústrias culturais, tendo definido, assim, de uma forma mais precisa, o rumo a seguir na prestação de apoio financeiro. Até à data, já se lançaram um total de 11 programas específicos de apoio financeiro, atribuindo financiamento de cerca de 113 milhões.

Os serviços na área da cultura lançaram o Programa de Formação de Recursos Humanos na Gestão Cultural e das Artes, o Programa de Concessão de Subsídios para Realização de Estudos Artísticos e Culturais e o Programa de Especialização na Área Cultural, entre outras medidas de curto, médio e longo prazo. O Conservatório de Macau, com a oferta dos cursos regulares, sistemáticos e profissionais de dança, música e teatro, continuou a reforçar a base de generalização de educação artística, e com a criação dos cursos de dança e música do ensino secundário, procurou criar condições para os estudantes que pretendem seguir à carreira profissional na área artística.

Em 2019, por ocasião dos 10 anos da inclusão da ópera cantonense na Lista do Património Mundial, o Instituto Cultural criou no Conservatório de Macau o Curso de Performance de Ópera Cantonense Infantil e Juvenil, impulsionando ainda mais a generalização, educação e transmissão daquela arte. Além disso, impulsionou-se activamente a construção do Centro Juvenil de Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas do Tap Seac e iniciaram-se os trabalhos preparatórios relativos à integração do Conservatório de Macau no mesmo centro.

Foram empenhados esforços para desenvolver o intercâmbio e a cooperação de talentos de diversos domínios na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Foram organizadas uma série de actividades em cooperação com as instituições e associações de Guangdong e Hong Kong, tais como a Apresentação de Novas Estrelas da Ópera Cantonense de Guangdong, Hong Kong e Macau, o Programa de Estágios para Jovens no Museu do Palácio e o Curso de Verão sobre o Património Cultural para os Estudantes do Ensino Secundário do Interior da China, de Hong Kong e de Macau, expandindo a visão cultural dos jovens, através de formas diversificadas e por diversos meios.

Manteve-se o Programa Excursionando Pelas Artes e incentivou-se a realização de mais e diversificadas actividades culturais e artísticas por parte de vários grupos. Lançou-se, faseadamente, em 2018 e 2019, o projecto Embaixadores Culturais, para a formação de quadros na área da divulgação cultural. Por outro lado, continuou-se a realizar Palestras sobre Temas Culturais que se focalizaram em temas de cultura local, conhecimentos humanistas e assuntos sociais, e organizaram-se Palestras de Mestres de Cultura.

Continuou a reforçar-se o estabelecimento das bibliotecas e impulsionou-se activamente o trabalho preparatório da construção da nova Biblioteca Central de Macau. A partir de 2018, implementou-se o prolongamento e o ajustamento do horário de funcionamento das bibliotecas e o projecto de serviços externos das bibliotecas públicas para proporcionar aos residentes serviços culturais mais convenientes. Em 2019, inaugurou-se a Biblioteca de Seac Pai Van. No âmbito das publicações, os serviços na área da cultura publicaram mais de 100 livros escritos em chinês, português e inglês, entre os quais os livros da Colecção de Literatura Chinesa e Portuguesa e da Colecção da Guia.

No âmbito dos museus e arquivos, realizaram-se diversas exposições que visaram promover a história e a cultura locais, bem como os arquivos históricos locais. Continuou-se a aprofundar o intercâmbio e a cooperação na área de exposições museológicas, com a

Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, outras regiões chinesas e países estrangeiros.

Realizaram-se, com sucesso, duas edições do Encontro em Macau – Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa e promoveu-se, constantemente, o desenvolvimento do Centro de Intercâmbio Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa, aumentando a sua influência através de mecanismos de intercâmbio cultural regular. Em consonância com a iniciativa nacional “Uma Faixa, Uma Rota” e a estratégia do desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma” promovida pelo Governo, e através dos meios facultados pelos mecanismos e plataformas de cooperação, promoveu-se, com diligência, a criação de uma “base de intercâmbio e cooperação cultural onde se verifica a coexistência cultural, tendo a cultura chinesa como predominante”.

Manteve-se a organização de eventos artístico-culturais de marca e de actividades de animação urbana como o Festival de Artes de Macau, o Festival Internacional de Música de Macau, o Festival Fringe da Cidade de Macau, o Desfile Internacional de Macau, o *Hush!* Concerto na Praia e o Festival da Lusofonia. Em 2019, foi lançado um evento artístico de grande envergadura – “Arte Macau”, que enriqueceu com abrangência a vida urbana e a experiência turística dos visitantes, criando novos encantos culturais locais.

No domínio do Desporto

O Governo deu continuidade à implementação da política do desenvolvimento paralelo do desporto para todos e do desporto de alto rendimento e desenvolveu, proactivamente, a polivalência social do desporto. Com base na experiência acumulada e nos resultados alcançados ao longo dos anos, procedeu-se à integração dos recursos sociais e promoveu-se a transformação de Macau numa cidade saudável, fomentando o desenvolvimento sustentável do sector desportivo de Macau.

Desenvolveram-se as vantagens singulares de Macau para a sua integração no desenvolvimento nacional e reforçaram-se as relações de cooperação em desporto com diferentes países e regiões. Implementaram-se os protocolos de cooperação e de intercâmbio com Portugal, as províncias e cidades do Interior da China e com a Região Administrativa Especial de Hong Kong. Participou-se e organizaram-se competições, acções de formação e reuniões, com vista a formar mais talentos do desporto.

De acordo com a realidade de Macau, procedeu-se ao enriquecimento contínuo das actividades do desporto para todos, incentivando a população a praticar exercício físico com vista à melhoria do seu bem-estar. Em 2016, o Grande Prémio de Macau passou a ser coordenado pelo Instituto do Desporto, sendo um evento reconhecido pelo automobilismo internacional que se destaca no impacto que tem a nível internacional. Além disso, continuou-se a aumentar a escala e a otimizar as competições e actividades desportivas regionais e internacionais com a integração de elementos festivos, por forma a aumentar a atracção dos eventos desportivos e a tirar proveito das vantagens e dos recursos do turismo desportivo em Macau.

No âmbito do desenvolvimento especializado do desporto de alto rendimento, estabeleceu-se um sistema de ingresso de atletas em diferentes categorias e, através do apoio técnico prestado por equipas de formação especializada e pela medicina desportiva, prestou-se assistência às associações desportivas na implementação científica dos planos de formação e na criação de um modelo de preparação dos jovens atletas. Em resposta efectiva às necessidades do desenvolvimento do desporto de alto rendimento, em 2016, foram implementados o Regulamento dos Prémios Pecuniários do Desporto de Alto Rendimento e o Regulamento do Certificado de Mérito Desportivo, por forma a concretizar um sistema de atribuição de prémios mais justo e rigoroso. Com o Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite e o Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados, permitiu-se aos atletas do desporto de alto rendimento concentrarem-se mais nos treinos e na preparação para as competições, com vista a alcançar melhores resultados. Com o apoio da política desportiva promovida pelo Governo, as selecções de várias modalidades desportivas alcançaram resultados encorajadores nas competições internacionais, em particular, nos Jogos Asiáticos na Indonésia realizados em 2018, onde os atletas de Macau obtiveram sucessos desportivos, comprovando assim o resultado da formação dos atletas do desporto de alto rendimento nos últimos anos.

Procedeu-se à melhoria e à expansão dos espaços desportivos para responder, efectivamente, às necessidades do desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de alto rendimento. De acordo com o inquérito estatístico relativo às instalações desportivas de Macau, divulgado em 2018, a área total do espaço desportivo das instalações desportivas de Macau foi de 830 mil m² e, de 2011 a 2017, registou-se na área total das instalações desportivas um aumento de 92 714,39 m², sendo 1,34 m² a área desportiva per capita. No 4.º trimestre de 2019, com a entrada em funcionamento do Centro de Formação e Estágio de Atletas, proporcionar-se-ão instalações e apoio especializados ao desporto de alto rendimento, para além de aliviar a pressão da procura pelas instalações desportivas.

Em 2015, concluiu-se a 3.ª Avaliação da Condição Física da População de Macau, que visou conhecer a condição física da população e as suas mudanças e que pode servir de fundamento científico para a tomada de decisões nas futuras acções governativas. De acordo com o relatório da referida avaliação, o nível geral da condição física dos residentes apresentou uma melhoria significativa, demonstrando os sucessos alcançados pelo Governo na promoção do desporto e na transformação de Macau numa cidade saudável.

Área de Transportes e Obras Públicas

PREFÁCIO

As áreas sob a gestão da tutela dos Transportes e Obras Públicas têm uma relação estreita e implicações directas na vida da população, pelo que se tem procurado responder às necessidades mais prementes que o rápido desenvolvimento social e económico cria, de modo a criar bases sólidas para o futuro.

O nosso território é exíguo, tem uma população tendencialmente envelhecida e em constante aumento, tal como o número de visitantes que recebemos, e o contexto geográfico, político e social em que estamos inseridos também tem as suas particularidades e exigências.

As aspirações e os desafios que esta tutela tem enfrentado são, assim, múltiplos e diversos e requerem, por um lado, planeamento e políticas coordenadas e, por outro, compromissos e parcerias para garantir o sucesso da acção governativa.

É a partir desta visão de conjunto que a nossa equipa não tem poupado esforços ao longo dos últimos cinco anos, de modo a garantir uma melhoria da qualidade de vida e um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Apesar das limitações inegáveis, tanto ao nível da disponibilidade de recursos humanos como da sua preparação, o que, não podemos deixar de reconhecer, afecta, por vezes, a eficiência dos trabalhos, fizemos o que estava ao nosso alcance, cientes das dificuldades, para ir ao encontro o mais possível das expectativas da população, tomando e executando decisões com base científica, assentes em consensos e pareceres técnicos, sempre que necessário.

Procurámos envolver mais os nossos residentes nas políticas desta tutela, melhorando os canais de comunicação, ouvindo e tomando em consideração as suas preocupações e opiniões, aumentando a transparência governativa e elevando a eficiência dos trabalhos, nomeadamente através da reestruturação dos serviços, da simplificação de procedimentos e melhoria da cooperação interdepartamental.

Sem o nosso empenho e abertura ao diálogo e sem o envolvimento e colaboração da sociedade civil não seria possível atingir os resultados que se atingiram. E continuaremos a trabalhar até ao último minuto para que as metas traçadas no início do mandato possam ser cumpridas até ao fim, com a consciência plena de que muito ficará por fazer, mas que o que foi feito até aqui é apenas o início de uma nova fase de desenvolvimento da RAEM.

BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA NA ÁREA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS DO QUARTO MANDATO DO GOVERNO DA RAEM

Balanço dos trabalhos promovidos e concretizados durante os cinco anos de acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO

- 2015: De acordo com a Lei do Planeamento Urbanístico, devem ser previamente realizados estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano como base e referência para a elaboração do Plano Director, pelo que esta tutela deu especial atenção à promoção dos respectivos trabalhos, em coordenação com os serviços relevantes.
- 2016 a 2018: Foram realizados os trabalhos de preparação prévia relativos à elaboração do Plano Director de Macau, tendo sido concluída a respectiva adjudicação, em 2018, iniciando-se, assim, o respectivo estudo.
- 2019: Após a recolha dos pareceres dos serviços sobre a proposta preliminar do Plano Director, será realizada a consulta pública, em cumprimento da Lei do Planeamento Urbanístico.

1.2. NOVOS ATERROS

- 2015: Concluíram-se os trabalhos da 3.^a fase de auscultação pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros.
- 2016: Concluiu-se a elaboração do relatório do estudo do planeamento urbanístico dos Novos Aterros, assim como a apresentação do projecto da Planta de Condições Urbanísticas (PCU), junto do Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU), do lote localizado na parte leste da Zona B, ou seja, a Zona Administrativa e Judiciária, e de três projectos de PCU da Zona E1, relativos às instalações governamentais.
- 2017: Foram apresentados ao CPU, de acordo com o planeado, sete projectos de PCU relativos à habitação pública e um projecto de PCU relacionado com as instalações públicas, ambos relativos à Zona A.
- 2018: Foram apresentados ao CPU um total de 27 projectos de PCU da Zona A, dos quais 18 estão relacionados com os lotes destinados a habitação pública e nove relativos a centros de saúde, instalações sociais, escolas e instalações desportivas.
- 2019: Concluiu-se a divulgação pública de três projectos de PCU das Zonas A e E2, relativos à construção de instalações públicas.

1.3. QUARTA E QUINTA LIGAÇÕES MACAU-TAIPA

Quarta ligação entre a Zona A e a Zona E1:

- 2015: Foram analisadas as vantagens e desvantagens entre as opções de túnel e ponte, tendo a construção em ponte sido a decisão final do Governo da RAEM.

- 2016: Foram realizados estudos de viabilidade da obra e outros estudos específicos e, tendo em conta que a construção envolve a área marítima, os mesmos careciam da aprovação do Governo Central.
- 2017: Após o parecer do Governo Central, foram iniciados estudos complementares relativos à segurança de navegação.
- 2018: Após a aprovação, em Março, do Governo Central, foi concluída a concepção preliminar, tendo sido iniciado o processo de concurso.
- 2019: Foi concluída a adjudicação da obra, iniciando-se a mesma. Foi também concluída a concepção de arruamentos, drenagem e esgotos nas zonas de entrada e saída da ponte.

Construção em túnel da quinta ligação entre a Zona B e a Zona D:

- 2016 e 2017: Foi concluído o estudo de viabilidade.
- 2018: Procedeu-se à concepção preliminar, sondagem geotécnica e estudo temático.
- 2019: Realizou-se a divulgação pública da primeira fase de avaliação ambiental.

1.4. RENOVAÇÃO URBANA

- 2015: Elaboração do regulamento administrativo relativo ao Conselho de Renovação Urbana (CRU).
- 2016: Constituição do CRU.
- 2017: Para promover os trabalhos relativos à renovação urbana, foram discutidos, no seio dos três grupos especializados, o modelo, as medidas de atribuição de benefícios, as percentagens dos direitos de propriedade para a reconstrução de edifícios, o reaproveitamento de edifícios industriais, o plano de habitação provisório, o aperfeiçoamento do plano de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial e as medidas de reparação e manutenção dos edifícios, entre outras matérias, tendo sido apresentadas as respectivas propostas.
- 2018 e 2019: Depois do parecer do CRU, o Governo deliberou iniciar os trabalhos relativos aos serviços de consultoria para o Estudo da Renovação Urbana de Macau, tendo constituído a Macau Renovação Urbana, S.A..

1.5. GESTÃO DE SOLOS

O Governo da RAEM continua a gerir os terrenos de acordo com a Lei de Terras e com os contratos de concessões, procedendo à emissão de licenças de utilização relativamente aos empreendimentos privados que concluíram o seu aproveitamento.

Área de Transportes e Obras Públicas

Novas habitações privadas	2015	2016	2017	2018	2019/6	Total
Fracções	4 216	404	4 318	4 158	104	13 200
Lugares de veículos privados	4 053	189	1 869	3 343	24	9 478
Lugares de motociclos / ciclomotores	1 139	53	910	1 086	2	3 190

Quanto aos terrenos cujos prazos de arrendamento não expiraram, mas que não foram aproveitados segundo os prazos e as condições fixadas nos contratos de concessão, é accionado o procedimento de declaração de caducidade, nos termos da lei. O aproveitamento dos terrenos nos Novos Aterros prossegue, e continuará a combater-se a ocupação ilegal de terrenos da RAEM.

Terrenos	2015	2016	2017	2018	2019/9	Total
N.º de despachos de declaração da caducidade	22	21	14	17	4	78
Área (m ²)	84 232	330 412	59 500	192 977	7 706	674 827
Área revertida (m ²) dos casos relativos à declaração da caducidade e à ocupação ilegal	1 980	194 953	16 516	85 313	163 482	462 244

Em relação aos terrenos revertidos, o planeamento é feito tendo em conta a sua configuração, área e localização, assim como as necessidades em termos de desenvolvimento socioeconómico, e de acordo com as políticas para a habitação pública, de modo a se definirem as finalidades de desenvolvimento, nomeadamente a construção de habitação pública, na Avenida Wai Long, Edifício do Ministério Público, Posto Operacional Provisório dos Bombeiros da Ilha Verde, Edifício de Administração Pública da ZAPE, Edifício Multifuncional do Governo no Pac On (que entrou em funcionamento em 2019), sendo alguns terrenos destinados também ao reordenamento das vias rodoviárias, arborização, entre outros fins.

Por outro lado, foi publicado e entrou em vigor o regulamento administrativo referente aos Procedimentos relativos ao Concurso Público para Adjudicação de Terrenos.

1.6. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

Tendo em vista a definição dos 85 km² da área marítima sob jurisdição da RAEM, foram acrescentadas informações na Rede de Informação Cadastral relativas à delimitação da divisão administrativa da RAEM, de forma a estipular a referida área de gestão. Foram

também integradas informações cadastrais, das Plantas de Condições Urbanísticas, de edifícios em construção, de património, entre outras. Por outro lado, foi publicado o Mapa de Percursos Pedonais e criada a respectiva página electrónica, tendo sido lançado o Sistema das Informações Geográficas de Canalizações Subterrâneas Urbanas e publicado o Atlas de Macau 2019.

1.7. ÁGUAS TERRITORIAIS

Pelo Decreto da República Popular da China n.º 665, de 20 de Dezembro de 2015, o Conselho de Estado definiu a área marítima sob jurisdição da RAEM em 85 quilómetros quadrados. Posteriormente, em coordenação com a Comissão Coordenadora da Gestão e do Desenvolvimento das Áreas de Jurisdição Marítima, liderada pelo Chefe do Executivo, esta tutela procedeu à melhoria dos equipamentos de *software e hardware*, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAMA) celebrou três acordos de cooperação, respectivamente, com o Ministério dos Transportes, o Ministério dos Recursos Hídricos e o Ministério de Administração Estatal Oceânica, bem como foi definida a Zona Sul de Ká-Hó para deposição do material dragado, a título provisório. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) tem vindo a aperfeiçoar os trabalhos referentes à monitorização da qualidade das águas territoriais de Macau, consoante os resultados obtidos no respectivo estudo. Em 2018, foi publicada e entrou em vigor a Lei de Bases de Gestão das Áreas Marítimas. A DSAMA encontra-se a proceder à legislação do regime jurídico sobre a utilização e gestão das áreas marítimas de Macau.

2. INFRAESTRUTURAS

2.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO

O Governo da RAEM tem vindo a promover a construção de infraestruturas, entre as quais, a quarta conduta de abastecimento de água bruta, com capacidade de 200 000 m³ por dia, cujas obras foram iniciadas após a celebração do acordo de cooperação para a construção entre Guangdong e Macau, em 2015, e que entrou em funcionamento em 2019.

2.2. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

Obras de aterro:

- 2015: Foram promovidas e iniciadas, respectivamente, as obras de aterro da Zona A e da Zona E1, tendo a obra da Zona A sido afectada pela obra de segmentos tubulares submersos da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, pelo que se tornou impossível a sua conclusão atempada, dadas as interrupções causadas pelo impacto da suspensão do fornecimento de areia, a partir do mês de Fevereiro.
- 2016: Em Dezembro, registou-se a retoma do fornecimento de areia, promovendo-se a obra de aterro da Zona A.
- 2017: Foram concluídas as obras de aterro da Zona A e da Zona E1.

- 2018: Deu-se início à revisão do estudo de viabilidade da construção do túnel submerso entre as Zonas A e B;
Foi iniciado o projecto de concepção do viaduto A2 que liga a Zona A à Península de Macau;
Deu-se início à obra de aterro da Zona C.
- 2019: Foi concluída a concepção da galeria técnica do arruamento da Zona A;
Foi iniciado o estudo de viabilidade e os trabalhos de concepção preliminar da ligação A3 entre a Zona A e a Península de Macau;
Deu-se início ao projecto preliminar do túnel submerso que liga as Zonas A e B;
Foram iniciados os trabalhos de concepção das infraestruturas viárias da Zona Administrativa e Judiciária (leste da Zona B);
Foi lançada a obra de aterro da Zona D.

Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau:

O projecto da empreitada foi revisto em 2015, tendo as obras da superestrutura sido iniciadas no final de 2016. Em Dezembro de 2017, foi concluída a construção da empreitada, que foi entregue à RAEM no dia 15 de Março de 2018, e cuja entrada em funcionamento teve lugar em 24 de Outubro do mesmo ano, coincidindo com a da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2.3. METRO LIGEIRO

- 2015: Publicou-se o resultado da consulta pública sobre o Segmento Norte da Linha da Península de Macau;
Deu-se início à empreitada de construção do Centro Modal de Transportes da Barra.
- 2016: Rescisão do contrato original da empreitada de construção da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro e reinício, no mesmo ano, da construção do Parque de Materiais e Oficina;
O Governo definiu a meta da entrada em funcionamento da Linha da Taipa para o ano de 2019.
- 2017: Conclusão da consulta pública sobre a Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro;
Entrega a Macau dos comboios;
Conclusão da empreitada do Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira;
Início da empreitada da Estação da Barra.
- 2018: Iniciou-se o teste dinâmico da Linha da Taipa;
Início das obras de ligação entre as Linhas de Seac Pai Van e da Taipa.
- 2019: Conclusão da empreitada da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina;

Conclusão da obra do ponto de ligação entre as Linhas de Seac Pai Van e da Taipa;
Conclusão da obra de construção do Centro Modal de Transportes da Barra;
Publicação da Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro;
Entrada em funcionamento da operadora do Metro Ligeiro;
Entrada em funcionamento da Linha da Taipa.

2.4. HABITAÇÃO PÚBLICA

- 2015: Concluiu-se a obra do Edifício Fai Tat e promoveram-se as empreitadas dos edifícios Cheng I, do Bairro da Ilha Verde, Cheng Tou, Iat Seng, Iat Fai e Fai Ieng.
- 2016: Conclusão dos edifícios Cheng I e Iat Seng.
- 2017: Os edifícios do Bairro da Ilha Verde, Cheng Tou, Iat Fai e Fai Ieng foram concluídos sucessivamente.
- 2018: Início da obra da habitação social na Avenida de Venceslau de Moraes e reinício da empreitada de construção da habitação social na Rua Central de Toi San.
- 2019: Retoma da empreitada de habitação social de Mong Há, que foi suspensa devido a um processo judicial;
Deu-se início à elaboração do projecto para os quatro lotes de terreno da Zona A para onde está prevista a construção de habitação económica e foram iniciados o estudo e a concepção sobre as peças pré-fabricadas para um lote destinado à habitação social;
Concluiu-se o estudo relativo à empreitada de construção de habitação pública na Avenida Wai Long, dando-se início à obra de nivelamento do respectivo lote.

2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO

Com o intuito de aliviar a pressão registada na passagem da fronteira pelas Portas do Cerco, mediante a cooperação Guangdong-Macau, foi seleccionado o local do então mercado abastecedor para a construção do novo posto fronteiriço, em articulação com o reordenamento do Canal dos Patos.

- 2015 a 2017: Concluiu-se a obra do novo mercado abastecedor, em 2017, tendo sido efectuada a demolição do antigo.
- 2018: Deu-se início às obras de fundações do edifício do Posto Fronteiriço e do acesso da ligação.

2019: Foi iniciada a obra de superestrutura e ao reordenamento do Canal dos Patos.

2.6. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

O Governo da RAEM propôs a construção de uma barragem de marés na foz do canal de Wanzai, junto à Barra, com o objectivo de prevenir as inundações causadas por “storm surges”.

2015: Análise preliminar da viabilidade do projecto e, tendo em conta que o empreendimento envolve os territórios de Zhuhai, Zhongshan e Macau, o mesmo carecia da aprovação do Governo Central.

2016: Iniciou-se a elaboração do “Relatório do Plano Geral de Protecção contra Inundações (marés) e de Drenagem na Zona Marginal do Porto Interior de Macau”.

2017: Início da elaboração do “Relatório do Estudo de Viabilidade da Barragem de Marés no Porto Interior - Prospecção Geotécnica e Estudos Temáticos”.

2018: O “Relatório do Plano Geral de Protecção contra Inundações (marés) e de Drenagem na Zona Marginal do Porto Interior de Macau” mereceu a concordância e a aprovação do Conselho de Estado.

2019: A nova versão do “Relatório do Estudo de Viabilidade da Barragem de Marés no Porto Interior” foi submetida ao Governo Central para efeitos de apreciação e aprovação e foi iniciada a concepção preliminar da barragem de marés no Porto Interior.

2.7. OUTRAS OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES

2017: Seguindo as recomendações da Comissão Nacional para a Redução de Desastres, foram lançados estudos sobre o reforço da capacidade de fornecimento de electricidade e medidas de prevenção e resistência a catástrofes ao nível da rede eléctrica, bem como se procedeu ao aperfeiçoamento do Plano Contingente de Segurança no Abastecimento de Água.

2018: Tendo em conta as zonas baixas, nomeadamente do Porto Exterior, Fai Chi Kei até à Ilha Verde, Oeste de Coloane e Praça de Ponte e Horta, foi lançada uma série de planos contra inundações e de drenagem; Procedeu-se à melhoria das instalações de fornecimento de electricidade e abastecimento de água; Foi efectuada a revisão das normas para o projecto contra inundações dos equipamentos de distribuição de electricidade de novos edifícios nas zonas baixas, tendo sido testada a sua aplicação.

- 2019: Foi concluída a instalação de 14 portas para escoamento de água no Porto Interior;
- Promoveram-se os trabalhos relativos aos planos contra inundações e de drenagem para as zonas do Porto Exterior, Fai Chi Kei até à Ilha Verde, Oeste de Coloane e Praça de Ponte e Horta;
- Foi estabelecida uma coordenação com o Interior da China, com vista à conclusão dos trabalhos relativos à fonte de energia de emergência para abastecimento a Macau;
- A concessionária concluiu os trabalhos de avaliação do projecto das novas unidades de geradores a gás natural da Central Térmica de Coloane;
- Foi concluído o estudo de viabilidade da construção do tanque elevado de água de 50 metros na Taipa Pequena;
- Foi iniciado o estudo de viabilidade da obra de construção de um tanque elevado de água de 50 metros em Seac Pai Van.

2.8. TÚNEL DE KÁ-HÓ

A obra da estrutura principal do túnel foi lançada em 2015, adoptando-se a técnica de explosão para a escavação. A obra foi suspensa em meados de 2015, devido à explosão ocorrida em Tianjin, que influenciou a importação de explosivos, tendo a mesma sido retomada em Dezembro de 2016. Em 2019, foram concluídas as obras da estrutura principal do túnel e do arruamento do lado de Ká-Hó, dando-se início à execução do traçado da ligação com a zona leste do Cotai.

2.9. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

A empreitada conta com uma área bruta de construção de 421 000 m², sendo a tutela dos Transportes e Obras Públicas a responsável pela sua construção, após a recepção dos documentos relativos aos projectos aprovados e aos concursos, ambos prestados pelos serviços utilizadores. A empreitada é dividida em duas fases, sendo que a primeira abrange a construção de seis edifícios, nomeadamente o Instituto de Enfermagem, Edifício Residencial para Trabalhadores, Edifício do Laboratório Central, Hospital Geral e Edifício de Apoio Logístico e Edifício de Administração e Multi-serviços, enquanto a segunda inclui apenas a construção do Hospital de Reabilitação, em relação ao qual a tutela dos Transportes e Obras Públicas ainda não recebeu qualquer projecto.

- 2015: Deu-se início às obras de fundações do Instituto de Enfermagem, Edifício Residencial para Trabalhadores, Hospital Geral, Edifício de Apoio Logístico e Edifício de Administração e Multi-serviços.
- 2016: Conclusão das fundações do Instituto de Enfermagem e do Edifício Residencial para Trabalhadores e início da execução da obra de fundações do Edifício do Laboratório Central.

- 2017: Deu-se início à obra das superestruturas do Edifício do Instituto de Enfermagem e as obras de fundações dos edifícios de Hospital Geral, de Apoio Logístico, de Administração e Multi-serviços e de Laboratório Central foram concluídas.
- 2018: Foram lançados os concursos para a execução da empreitada das estruturas principais do Hospital Geral e do Edifício de Apoio Logístico, bem como das superestruturas do Edifício de Administração e Multi-serviços.
- 2019: Conclusão do Instituto de Enfermagem; Início da execução das empreitadas de construção das estruturas principais, assim como da superestrutura do Edifício Residencial para Trabalhadores.

2.10. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

A empreitada é dividida em quatro fases, sendo a tutela dos Transportes e Obras Públicas a responsável pelas obras das três primeiras fases, enquanto a entidade utilizadora é responsável pela quarta fase. A primeira fase inclui a construção de muros, infraestruturas e torre de vigilância, tendo sido concluída em 2015. A segunda fase da obra, ou seja, a construção de oficinas e do edifício prisional, foi iniciada em 2016 e concluída em 2019, ano em que foi lançada a terceira fase que abrange as instalações administrativas.

2.11. EDIFÍCIO DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Cabe à tutela dos Transportes e Obras Públicas executar as obras da empreitada, após a entrega dos projectos aprovados e dos documentos de concurso por parte da entidade utilizadora.

2016 e 2017: Demolição e remoção das construções existentes nos respectivos lotes.

2018: Arranque da obra de fundações.

2019: Quanto à construção das superestruturas, aguarda-se a entrega dos documentos completos pela entidade utilizadora para se iniciar o procedimento de concurso.

2.12. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pela execução das obras, cabendo à entidade utilizadora o fornecimento do projecto aprovado e dos documentos de concurso. A obra foi iniciada em 2016 e a sua conclusão e entrega à entidade utilizadora tiveram lugar em 2019.

2.13. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

O Governo continua a procurar, nos bairros antigos, espaços públicos adequados para a construção de novas instalações de distribuição de electricidade, tendo seis entrado em funcionamento na Rua de S. Paulo, Rua do Almirante Sérgio, Mercado Municipal da Taipa, Travessa da Cordoaria de Coloane, entre outras localizações. Por outro lado, estão em curso os quatro projectos referentes aos locais escolhidos para a criação de postos de transformação junto de pontos de recolha de resíduos.

Foi celebrado, em 2017, o acordo entre Guangdong e Macau, que confirma a construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de alta tensão, tendo sido concluídas, em 2019, 65% das obras de colocação dos cabos eléctricos e iniciada a obra do posto de transmissão eléctrica.

Energia	2015	2016	2017	2018	2019/8
Adquirida (GWh)	4 054	4 306	3 952	4 911	3 466
Produzida localmente (GWh)	911	949	1 425	617#	420
Consumo (GWh)	4 775	5 031	5 164	5 313	3 742
Não residencial	3 683	3 921	4 056	4 182	2 901
Residencial	1 092	1 110	1 108	1 131	841
Consumo médio diário residencial* (kWh)	13,9	13,9	13,8	13,9	15

* Regiões vizinhas: Hong Kong (12,4 kWh), Taiwan (9,4 kWh) e Singapura (14,6 kWh).

Suspensão provisória e parcial de geradores para proceder às respectivas substituições.

2.14. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2015: A obra da terceira fase de construção da Estação de Água do Grande Reservatório, com capacidade diária de fornecimento de água de 60 000 metros cúbicos foi concluída e entrou em funcionamento.

2016: Foram ajustadas as tarifas de água, cobrando-se as tarifas na totalidade quanto ao consumo especial, a fim de promover o princípio de “quem mais consome, mais paga”.

2017: Através da cooperação entre Guangdong e Macau, foi iniciada a obra que garante o abastecimento de água bruta entre Pinggang-Guangchang, com 22 quilómetros de comprimento e uma capacidade diária de abastecimento de um milhão de metros cúbicos.

2018: Foi iniciada a obra de construção da Estação de Tratamento de Água de Seac Pai Van, com uma capacidade diária de fornecimento de

Área de Transportes e Obras Públicas

130 000 metros cúbicos, financiada pela Macao Water e coordenada e supervisionada pelo Governo da RAEM.

2019: Iniciou-se a obra de ampliação da Barragem Ká-Hó, que terá uma capacidade de armazenamento de água de 800 000 metros cúbicos.

Água	2015	2016	2017	2018	2019/9
Consumo (milhões m ³)	84,94	86,7	88,44	90,94	68,8
Residencial	36,32	36,97	37,4	38,28	29,09
Não residencial	48,62	49,73	51,04	52,66	39,71
Consumo per capita (litros)*	154	157	157	157	159

* Regiões vizinhas (litros): Hong Kong (230), Taiwan (271) e Singapura (143).

2.15. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

2015: Emissão de quatro licenças de serviços de telecomunicações móveis de 4G;
Entrada em funcionamento da Estação Postal de Seac Pai Van.

2016: Foram promovidos os trabalhos de colocação de cabos enterrados para a transmissão de Canais de Televisão Básicos;
Entrada em funcionamento das estações postais da Universidade de Macau e do Carmo.

2017: Promoção da criação de pontos de Wi-Fi gratuitos por parte de entidades privadas, com vista à expansão, em conjunto com o Governo, da cobertura de Wi-Fi;
Entrada em funcionamento da Estação Postal do Terminal Marítimo da Taipa.

2018: Em cooperação com a Direcção dos Serviços de Turismo, foi promovida a participação dos hotéis locais na prestação do serviço de Wi-Fi gratuito;
Entrada em funcionamento da Estação Postal do Fai Chi Kei.

2019: Foi concluída a consulta ao sector sobre o Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações e o Regime das Radiocomunicações; Renovação, por mais cinco anos, do Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição com a TV Cabo Macau, S.A;
Alteração às licenças dos serviços de telecomunicações móveis de 3G e encerramento dos serviços de 2G;
A cobertura de cabos enterrados para a transmissão de Canais de Televisão Básicos atinge cerca de 70%.

2.16. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

- 2016: Concluiu-se a revisão do Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis.
- 2017: A produção de energia eléctrica a gás natural foi retomada; Concluiu-se a revisão do Regulamento Técnico das Redes de Distribuição de Gases Combustíveis em Baixa Pressão.
- 2018: Foi concluída a construção da rede de gasodutos tronco de gás natural da Taipa e Coloane; Concluiu-se a revisão do Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis.
- 2019: Concluiu-se a proposta de revisão do Regulamento Técnico das Instalações de Abastecimento de Gás Canalizado em Edifícios.

3. TRANSPORTES

3.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO

À luz da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), o Governo da RAEM tem prosseguido com o cumprimento dos planos de desenvolvimento a cinco anos, com vista a reforçar a gestão de veículos, tendo conseguido alcançar antecipadamente, em 2016, o controlo da percentagem de crescimento anual do número de veículos em menos de 3,5%. Os trabalhos relacionados com a instalação de painéis digitais informativos nas paragens de autocarros superaram o previsto, tendo atingido, até 2019, um total de 40 painéis instalados.

Veículos	2015	2016	2017	2018	2019/9
Total	249 040	250 450	241 611	240 145	238 666
Percentagem de crescimento anual	3,9%	0,6%	-3,5%	-0,6%	-0,6%

3.2. AUTOCARROS

- 2015: Foram realizadas negociações com as três operadoras, com vista a rever os contratos do serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros. As três operadoras foram também incentivadas a introduzir mais autocarros sem barreiras físicas.
- 2016: Foi concluída a revisão dos contratos do serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros; Implementação do corredor exclusivo para autocarros entre a Barra e a Doca do Lam Mau, em horários determinados; Lançamento da aplicação móvel de localização dos autocarros.

Área de Transportes e Obras Públicas

- 2017: Foi renovado o contrato de uma das operadoras por curto prazo, com o intuito de uniformizar o prazo dos contratos das três operadoras.
- 2018: Os contratos com as três operadoras expiraram a 31 de Julho, tendo o Governo da RAEM autorizado a fusão de duas delas. De acordo com o estipulado nos contratos, os mesmos foram prorrogados pelo prazo de 15 meses;
Sob o princípio do bom aproveitamento do erário público, concluiu-se o ajustamento das tarifas;
Procedeu-se à conclusão das obras de melhoramento do terminal das Portas do Cerco.
- 2019: Decorrem negociações com as duas operadoras do serviço de transportes públicos, tendo sido abordada a melhoria da rede, com vista à sua adaptação ao futuro funcionamento da linha da Taipa do Metro Ligeiro.

Autocarros	2015	2016	2017	2018	2019/9
Total	810	867	897	915	918
Movidos a gás natural/híbridos	20	44	69	71	71
Percentagem de autocarros sem barreiras físicas	40%	51%	55%	58%	59%
Carreiras	73	80	82	84	84
Passageiros por dia (mil)	540	558	578	588	618*
Apoio financeiro (milhões de patacas)	790	920	970	970	690*
Painéis informativos em tempo real	1	5	9	32	48

* Até Agosto de 2019.

3.3. TÁXIS

- 2015: Foi realizado o concurso público para a concessão de 200 alvarás de exploração de licenças de táxis normais e iniciaram-se os trabalhos de revisão do Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer.
- 2016: Foi realizado o concurso público para a concessão de 250 alvarás de exploração de licenças de táxis normais.
- 2017: Com a conclusão do concurso público para a concessão de 100 alvarás de exploração de licenças de táxis especiais, os residentes podem proceder à marcação de táxis por via telefónica e através da página electrónica ou da respectiva aplicação móvel.

2018: Foram realizados os concursos públicos para a concessão de 100 licenças de táxis eléctricos e para a concessão de 200 licenças especiais para a exploração do transporte de passageiros em táxis.

2019: Entraram em vigor o Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer e os três regulamentos administrativos complementares à nova lei, tendo sido concluída a adjudicação das 200 licenças especiais de táxis.

Táxis	2015	2016	2017	2018	2019/9
Total	1 317	1 469	1 585	1 610	1 900
Normais	1 317	1 469	1 494	1 510	1 600
Especiais	0	0	91	100	300*
Eléctricos	0	0	0	29	122

* 200 novos táxis especiais entrarão em funcionamento entre o quarto trimestre de 2019 e o ano de 2020.

3.4. ESTACIONAMENTO

Consoante as diferentes zonas e períodos do dia, procedeu-se ao ajustamento do tarifário de estacionamento nas vias públicas, assim como foi dada continuidade à revisão dos lugares nas vias públicas.

2015: Foram introduzidos parquímetros para estacionamento de curta duração e foi implementada a política de devolução e não emissão de passes mensais em parques de estacionamento público.

2016: Foi realizado o concurso público para os serviços de gestão de vários parques de estacionamento públicos; Foram implementados diferentes tarifários em diferentes períodos de tempo nos parques de estacionamento público.

2017 e 2018: Foi concluído o ajustamento dos tarifários e períodos de tempo de estacionamento.

2019: Procedeu-se ao desenvolvimento do sistema de gestão inteligente de estacionamento público, tendo sido concluída a primeira fase de instalação dos sensores de disponibilidade de lugares de parquímetros; A DSAT retomou a gestão do Auto-Silo do Complexo Desportivo das Portas do Cerco.

Área de Transportes e Obras Públicas

Lugares de estacionamento	2015	2016	2017	2018	2019/9
Auto-silos*	39	42	44	48	51
Automóveis ligeiros	13 999	14 618	14 934	19 374	20 916
Veículos pesados	483	487	487	595	595
Motociclos/ciclomotores	10 588	11 227	11 630	14 708	16 420
Passes mensais	5 523	4 477	4 262	4 032	3 875
Vias públicas					
Automóveis ligeiros	11 985	11 658	11 260	10 649	10 401
Veículos pesados	259	217	436	229	307
Motociclos/ciclomotores (km)	23,2	22,3	21,8	21,7	19,2
Parquímetro para motociclos/ciclomotores	1 745	2 112	2 569	2 405	2 623

* Não se incluem os auto-silos sob gestão do IAM.

3.5. REDES PEDONAIS

O Governo tem vindo a criar condições favoráveis à melhoria do sistema pedonal sem barreiras físicas, nomeadamente através do recurso a elevadores e escadas rolantes para resolver as questões de ligação entre as zonas altas e baixas, do aperfeiçoamento das actuais instalações pedonais, bem como da criação de um novo sistema para aperfeiçoar e embelezar o espaço público das zonas adjacentes, fazer a ligação das vias dos diversos bairros com as vias principais, reduzir a distância do percurso pedonal, incentivando as deslocações a pé e amigas do ambiente.

Durante o quarto mandato, o Governo concluiu as seguintes instalações que já se encontram em funcionamento:

Coloane: Passagem superior para peões na Estrada de Nossa Senhora de Cá-Hó;

Taipa: Via pedonal entre o Jardim do Lago e as Vivendas do Carmo, Miradouro da Colina da Taipa Pequena, melhoria da via pedonal da Estrada Governador Nobre de Carvalho, e travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, junto do Estádio;

Macau: Ligação viária entre a Estrada da Bela Vista e a Avenida de Venceslau de Moraes, escadas rolantes na Rua da Surpresa e duas passagens inferiores pedonais do Pavilhão Cheok Kun que se integram no sistema pedonal da Colina da Guia, passagem superior junto da Avenida Doutor Mário Soares, melhoramento da passagem superior na Rua de Ferreira do Amaral e instalação de elevadores na passagem superior ao lado do Edifício Nam Fong, bem como a ligação da passagem superior da Rua do Terminal Marítimo com a passagem superior do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior.

Em 2019, foi concluída a concepção preliminar da passagem inferior para peões da Colina da Guia e do sistema pedonal ao redor da colina; foi iniciada a concepção da instalação de elevador nas duas passagens superiores da Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues; e foi adjudicada a obra de melhoramento e instalação de elevador na passagem superior do Jardim Triangular da Areia Preta.

3.6. AVIAÇÃO

A Autoridade de Aviação Civil de Macau (AACM) concluiu a actualização do relatório do Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, que foi acolhido pelo Governo da RAEM, em 2016. No âmbito da expansão do Aeroporto, o Governo da RAEM submeteu, em 2017, o pedido de autorização da obra de aterro junto do Governo Central que, nas duas respostas dadas durante o processo, solicitou a realização de um estudo complementar e de um plano de aperfeiçoamento. O pedido foi submetido novamente, em 2019, para aprovação, tendo o Governo da RAEM iniciado os trabalhos relacionados com a avaliação ambiental e concepção da obra de aterro.

Em 2018, foi concluída e entrou em funcionamento a expansão do lado Norte do edifício do terminal de passageiros e o novo hangar para a aviação executiva.

O Governo da RAEM irá liberalizar o mercado de transporte aéreo de Macau, em 2020.

Aeroporto	2015	2016	2017	2018	2019/9
Passageiros (milhões)	5,83	6,63	7,17	8,26	7,23
Carga (mil toneladas)	30	33	37	42	28

3.7. TERMINAIS MARÍTIMOS

O Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa (TMPT) entrou em funcionamento, em 2017. Após a conclusão da obra de ligação entre os meios de transporte marítimo e aéreo, as deslocações entre o Terminal da Taipa e o Aeroporto poderão ser feitas através de uma via directa. Por outro lado, foi dada continuidade aos trabalhos de melhoria das instalações do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior (TMPPE).

Terminais Marítimos	2015#	2016#	2017	2018*	2019/9
Passageiros (milhões)	23,81	23,25	23,58	22,33	11,65
TMPPE	15,93	15,09	15,22	13,93	7,07
TMPT	7,88	8,16	8,36	8,40	4,58
Viagens (mil)	137	139	139	132	85
TMPPE	96	94	92	85	54
TMPT	41	45	47	47	31

Os dados de 2015 e 2016, referentes aos passageiros e viagens do Terminal da Taipa, têm como referência os dados do Terminal Provisório da Taipa.

* Entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

4. HABITAÇÃO

4.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO

Foi dada continuidade à implementação das políticas de habitação pública sob o princípio “habitação social com um papel principal e habitação económica com um papel secundário”.

- 2015: Foi parcialmente revista a Lei da Habitação Económica, tendo sido implementado o regime de apreciação precedida de sorteio.
- 2016: Foi iniciada a revisão do Regime Jurídico da Habitação Social e a revisão integral da Lei da Habitação Económica.
- 2017: Foi publicado o relatório do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau;
A proposta de lei relativa ao Regime Jurídico da Habitação Social foi submetida à Assembleia Legislativa para apreciação.
- 2018: Foi submetida à Assembleia Legislativa para apreciação a proposta de revisão da Lei da Habitação Económica.
- 2019: O Regime Jurídico da Habitação Social foi aprovado pela Assembleia Legislativa, definindo um mecanismo permanente de candidatura, bem como um mecanismo de saída dos agregados familiares arrendatários que ultrapassem o limite máximo do rendimento.

4.2. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

O Governo da RAEM concluiu, em 2017, o relatório do estudo sobre a procura de habitação pública em Macau, baseando-se nos resultados do mesmo e nas tendências de desenvolvimento económico e social para a elaboração das linhas de orientação, das políticas e medidas relativas à construção de habitação pública, a médio e longo prazo.

Habitação pública	2015	2016	2017	2018	2019/9
Total	46 310	47 774	48 062	51 232	51 232
Habitação social	13 326	14 020	14 020	14 020	14 020
Habitação económica	32 984	33 754	34 042	37 212	37 212

4.3. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Foi dada continuidade à implementação da política “habitação para todos, bem-estar para todos”, procurando responder às necessidades habitacionais dos agregados familiares de baixo rendimento e atribuindo habitação social às pessoas com mais necessidades. Nos

últimos cinco anos, o Governo da RAEM tem concedido a isenção do pagamento da renda anual aos agregados arrendatários de habitações sociais que preenchem os requisitos e, por outro lado, foi efectuada a atribuição de abono provisório de residência a agregados da lista de candidatos a habitação social. Simultaneamente, também se têm combatido situações de infracção e de abuso para assegurar a utilização racional dos recursos públicos.

Atribuição de habitação social:

- 2015: Foram organizados os agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013 para a atribuição de casas e assinatura dos respectivos contratos de arrendamento.
- 2016: Foi implementada a dedução progressiva de renda dos agregados familiares arrendatários de habitação social, por classes de rendimento, tendo sido sugerida aos agregados familiares arrendatários com rendimento superior ao limite máximo previsto a devolução das habitações sociais.
- 2017: Foi atribuída habitação social a cerca de 3800 agregados familiares candidatos da lista de espera do concurso de habitação social de 2013; Foi implementado o mecanismo de saída dos agregados familiares arrendatários com rendimento superior ao limite máximo previsto; Foi efectuada, ordenadamente, a fiscalização de situações de incumprimento no âmbito da habitação social; Foi aberto um novo concurso de habitação social.
- 2018: Apreciação das candidaturas do concurso de habitação social de 2017; Foram incrementados, gradualmente, os equipamentos sociais e instalações de apoio comercial à habitação pública; Foram desenvolvidas as obras de reordenamento e melhoramento no Bairro Social de Tamagnini Barbosa e no Bairro Social da Taipá.
- 2019: Foram iniciados os trabalhos de selecção e de atribuição de fracções aos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2017.

Habitação social (agregados familiares)	2015	2016	2017	2018	2019/9
Atribuição completada	1 408	1 071	95	0	587
Rescisão do contrato de arrendamento	248	244	515	451	934
IH	51	67	101	126	98
Arrendatário	197	177	414	325	836
Arrendatários que ultrapassaram o limite máximo do rendimento	855	1 167	1 196	1 141	1 054

Área de Transportes e Obras Públicas

Habitação social (agregados familiares)	2015	2016	2017	2018	2019/9
Arrendatários isentos do pagamento de renda	11 236	11 761	11 312	10 910	10 655
Valor da isenção (milhões de patacas)	64,26	63,57	60,19	66,64	49,38
Abono provisório de residência					
Agregados familiares	1 122	193	0*	---	290
Valor (milhões de patacas)	37,71	17,91	0,28	---	0,36

* Até 31 de Agosto de 2017, não houve agregados familiares na lista de espera.

Atribuição de habitação económica:

2015: Foram organizados os agregados familiares para ocuparem as fracções de tipologia T1 do Edifício Ip Heng;
De acordo com a revisão parcial da Lei da Habitação Económica, foi implementado o regime de apreciação precedida de sorteio, tendo sido efectuado o sorteio informático do concurso para aquisição de habitação económica de diferentes tipologias, seguindo-se a apreciação substancial.

2016 a 2019: Continuou a ser efectuado o acompanhamento dos trabalhos de selecção e atribuição de fracções, tendo sido concluída, em 2019, a atribuição de fracções de tipologia T1 do Edifício Ip Heng. Foram também acompanhados os trabalhos de arrendamento dos espaços comerciais dos edifícios de habitação económica recém-construídos;
Foi reduzido o tempo para o procedimento de apreciação dos compradores-promitentes de habitação económica antes da celebração das escrituras públicas de compra e venda, tendo sido solicitado o apoio de notários privados para os trabalhos de celebração das escrituras. Até 2019, da lista de espera das 19 mil fracções de habitação económica, apenas faltam celebrar as escrituras do Edifício do Bairro da Ilha Verde e do Edifício Fai Ieng;
Será lançado um novo concurso de habitação económica em 2019.

Habitação económica (agregados familiares)	2015	2016	2017	2018	2019/9
Atribuição	976	671	10	2 059	1 470
Escrituras públicas de compra e venda	419	1 644	2 599	1 061	997

4.4. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

O Instituto de Habitação (IH) criou delegações na Taipa, no edifício do Lago e em Seac Pai Van, no edifício Ip Heng, de forma a promover os serviços de administração de edifícios em zonas comunitárias. Por outro lado, através dos diferentes planos de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial, o Governo tem vindo a apoiar e a incentivar os proprietários a assumirem as suas responsabilidades na administração e reparação de edifícios, bem como a acompanhar os trabalhos de concessão de licenças e execução da fiscalização, nos termos da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária e da Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios.

- 2015: Alargamento do âmbito de financiamento do Fundo de Reparação Predial aos edifícios industriais.
- 2016: Foi submetida à Assembleia Legislativa para apreciação a proposta de Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios;
Em cooperação com as associações cívicas, o Governo da RAEM organizou o curso de formação técnica para tratamento de infiltrações de água nos edifícios que, até à presente data, contou com 192 graduados, sendo esta uma outra forma de apoio do Governo à população para a resolução dos problemas relacionados com as infiltrações de água nos edifícios.
- 2017: Criação do Plano Provisório de Apoio Financeiro para Inspeção das Partes Comuns de Edifícios das Classes P e M.
- 2018 e 2019: Proposta de Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios e entrada em vigor da revisão da regulamentação da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária;
Publicação da “Colectânea de Legislação da Administração de Condomínios”.

Fundo de Reparação Predial	2015	2016	2017	2018	2019/9
Aprovações	244	313	312	300	250
Valor (milhões de patacas)	21,09	19,77	28,30	24,92	21,28

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

5.1. PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO

Em cumprimento do Plano Quinquenal de Desenvolvimento, do Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), foram promovidos vários trabalhos no âmbito da protecção ambiental e poupança energética, nomeadamente o tratamento de veículos abatidos, de materiais de construção, bem como o plano de construção das respectivas instalações.

Área de Transportes e Obras Públicas

- 2015: Entrou em vigor o Regulamento de Segurança e Instalação das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica, tendo sido estabelecido o respectivo regime de tarifas feed-in.
- 2016: Foi concluída a criação do sistema operacional e de controlo para a transferência inter-regional de veículos obsoletos;
Foi aumentado, de forma faseada, o número de lugares de estacionamento para carregamento de veículos eléctricos ligeiros.
- 2017: Entrou em processo legislativo o regulamento administrativo relativo às restrições ao fornecimento de sacos de plástico;
Iniciou-se o plano de substituição de iluminação pública por lâmpadas LED.
- 2018: Concluiu-se a primeira transferência de motociclos e ciclomotores obsoletos para o Interior da China para serem transformados em recursos;
Foi dado início ao processo legislativo do regulamento administrativo relativo ao regime de gestão de resíduos de materiais de construção.
- 2019: Entrada em vigor da lei relativa às restrições ao fornecimento de sacos de plástico;
Concluiu-se a primeira transferência de automóveis ligeiros obsoletos para o Interior da China para serem transformados em recursos;
Foram iniciados os trabalhos de concepção e construção das instalações de pré-tratamento de veículos abatidos;
Concluiu-se o Inquérito e Normas de Gestão sobre o Sistema Ecológico de Macau e o estudo sobre o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025).

Resíduos (média diária per capita)	2015	2016	2017	2018
Sólidos (kg)	2,11	2,11	2,16	2,17
Águas residuais (litros)	299	352	325	339

5.2. RESÍDUOS SÓLIDOS

- 2016 a 2018: Publicou-se o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017-2026);
Lançou-se o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos e Veículos para o Sector de Recolha de Resíduos;
Concluiu-se a Avaliação e Estudo sobre o Sistema Global de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau.

2019: Concurso público relativo à expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau;
Implementou-se a utilização de materiais inertes resultantes de demolições e construções, após a respectiva selecção, nas obras de aterro na Zona D dos Novos Aterros Urbanos.

Resíduos tratados (ton)	2015	2016	2017	2018	2019/9
Central de Incineração (mil)	501	510	518	530	416
Recolha de resíduos alimentares	107	119	181	340	309
Estação de Tratamento de Resíduos Especiais e Perigosos	2 445	1 845	2 627	2 603	1 946
Materiais de Construção depositados no Aterro (milhões m ³)	4,83	3,27	3,02	2,1	1,55

5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

Foi dada continuidade ao aperfeiçoamento das instalações das estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e iniciou-se o estudo e os trabalhos preparatórios para a construção da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais na Zona do Posto Fronteiriço da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2016 a 2018: Concluiu-se a elaboração do Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau;
Entraram em funcionamento as instalações destinadas exclusivamente ao tratamento de águas residuais com sedimentos provenientes da Estação de Tratamento de Águas da Ilha Verde.

2019: Realizaram-se as obras de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau.

ETAR / volume de águas tratadas (milhões m³)	2015	2016	2017	2018	2019/9
Península de Macau	48,47	59,01	52,71	54,1	42,27
Taipa e Aeroporto	8,71	8,75	8,08	9,07	7,15
Coloane	12,87	15,82	15,76	17,81	14,52
Parque Industrial e Transfronteiriço	0,34	0,42	0,43	0,67	0,68

5.4. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS

Entre 2016 e 2019, foram lançados o Plano de Recolha de Pilhas e Baterias Usadas e o Plano de Reciclagem de Equipamentos de Informática e de Comunicação, bem como foi alargada a tipologia de serviços de recolha e pré-tratamento de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, promovendo-se a sensibilização dos residentes no âmbito da separação e recolha de resíduos.

5.5. RESÍDUOS ALIMENTARES

Com base nas experiências adquiridas no Projecto de Demonstração de Tratamento de Resíduos Alimentares, a DSPA procedeu aos estudos sobre o tratamento de resíduos alimentares. Foram recolhidos, desde 2016, os resíduos alimentares resultantes do Festival de Gastronomia, tendo sido lançado o projecto-piloto de recolha de resíduos alimentares provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas, de forma a alargar a rede de recolha. Por outro lado, foram iniciados os trabalhos preparatórios para a criação das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares.

5.6. QUALIDADE DO AR

Mediante a cooperação regional e o aperfeiçoamento dos equipamentos, tem-se vindo a proceder à melhoria dos trabalhos de monitorização da qualidade do ar. Por outro lado, pretende-se, através de diversas medidas administrativas e incentivadoras, promover, em conjunto com a população, a melhoria da qualidade do ar.

- 2015: Organizaram-se pesquisas sobre partículas finas em suspensão (PM_{2,5}) com Guangdong e Hong Kong, a fim de explorar as causas de incidentes de elevada poluição do ar.
- 2016: Foram publicados os regulamentos administrativos quanto às normas relativas à gasolina sem chumbo e ao gasóleo leve para veículos e aos valores-limite de emissão de gases de escape poluentes dos veículos em circulação e métodos de medição;
Foi instalada a estação de vigilância da qualidade do ar na berma da Estrada de Ká-Hó e lançado o índice horário da qualidade do ar.
- 2017: Foi encurtado o período de tempo das inspecções de veículos;
Lançou-se o Plano de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos e Ciclomotores com Motor a Dois Tempos, tendo sido abatidos 5458 motociclos e ciclomotores;
Instalou-se um “LiDAR” para detectar partículas suspensas na atmosfera.
- 2018: Foram publicados os regulamentos administrativos relativos aos limites de emissão de poluentes atmosféricos das estações de tratamento de águas residuais, bem como dos estabelecimentos industriais de produção farmacêutica, de produção de laminados de cobre e de processamento de plástico.

2019: Foram publicados os regulamentos administrativos referentes aos limites de emissão de poluentes atmosféricos e normas de gestão das instalações dos terminais de combustíveis e das centrais eléctricas;
Foram elevadas as normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação e de automóveis novos aquando da sua importação, para que as normas dos novos automóveis importados sejam elevadas para as correspondentes à Norma Euro VI.

Qualidade do ar	2015	2016	2017	2018
Média das concentrações anuais de PM _{2,5} * (µg/m ³)	26,7	22	22,9	18,6
Taxa de emissão de CO ₂ (toneladas de CO ₂ equivalente / milhões de patacas)	6,88	7,29	8,08	5,56
Percentagem anual do número de dias com qualidade entre boa e moderada	91%	98%	92%	92%

* O valor-padrão de PM_{2,5} em Macau é de 35 µg / m³, baseado nos valores da OMS.

5.7. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Macau tem sido frequentemente influenciado por alterações climáticas mundiais e por fenómenos meteorológicos extremos. Tendo em conta a situação pouco vulgar em que Macau sofreu dois super tufões em dois anos seguidos, a probabilidade de ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos em Macau tende a aumentar, pelo que o Governo da RAEM tem procurado formas de reforçar a capacidade de vigilância e previsão.

2015: A DSMG lançou a previsão meteorológica para áreas marítimas;
Em parceria com os serviços de meteorologia de Zhuhai, construiu-se a Rede de Vigilância Meteorológica na Foz do Rio das Pérolas.

2016: Adicionou-se um serviço de previsão meteorológica de 48 horas.

2017: A divulgação de informações relativas a alertas antecipados, nomeadamente, sinal de tempestade tropical e aviso de “storm surge”, foi fortalecida, com destaque para a previsão e emissão dos sinais, tendo sido também melhorada a frequência da divulgação de informação;
Os CTT foram integrados na estrutura da Protecção Civil, de forma a reforçar a coordenação com as operadoras no combate a situações emergentes.

2018: Foi concluída a revisão da Ordem Executiva sobre o código dos sinais de tempestade tropical e da Ordem Executiva sobre o sistema de alerta de “storm surge”;

Foram actualizados os critérios de avaliação da intensidade e velocidade das tempestades tropicais;

Instalaram-se mais estações de medição de precipitação e vigilância meteorológica automática e optimizaram-se as configurações das estações de monitorização do nível de água;

Foi lançado o “GeoGuide para Emergências”, tendo sido adicionadas informações sobre as zonas que poderão vir a ser afectadas por interrupções no fornecimento de energia eléctrica em diferentes graus de “storm surge”, entre outras informações.

- 2019: Foi dada continuidade aos trabalhos de aperfeiçoamento do sistema de análise meteorológica e da rede de vigilância;
- Através da cooperação regional, fortaleceu-se a monitorização em tempo real das variações das marés, ondas e vento nas proximidades das zonas marítimas do território;
- Foi concluída a revisão do sistema de sinais de chuva intensa e de trovoadas.

6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1. RACIONALIZAÇÃO DE QUADROS E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Aquando da tomada de posse do actual Governo, existiam, sob a tutela dos Transportes e Obras Públicas, 15 serviços e 3710 vagas de trabalho, tendo o número de serviços sido reduzido para 11, após um ajustamento. Com o fluxo de saída dos trabalhadores, o número de efectivos desta tutela tem vindo a reduzir-se, de cerca de 3400, há três anos, para cerca de 3300 actualmente.

Esta tutela tem envidado esforços para servir de exemplo no que se refere aos trabalhos de protecção ambiental, tendo promovido junto dos respectivos serviços a redução de resíduos a partir da fonte, bem como a sua separação e reciclagem. É, por exemplo, exigida a impressão nos dois lados da folha de papel, bem como se incentivam as deslocações a pé, por transporte público ou a partilha de transporte, aquando da saída dos trabalhadores em cumprimento de funções. Por outro lado, continuou-se a controlar o número de veículos dos serviços, bem como a privilegiar a aquisição de veículos ecológicos, aquando da substituição da frota.

- 2015: Foi concluída a nomeação do cargo de dirigente de sete serviços;
- Foram extintos os secretariados do Conselho do Planeamento Urbanístico e do Conselho de Ciência e Tecnologia, passando, no primeiro caso, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte (DSSOPT) e, no segundo, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e Tecnologia a prestarem o necessário apoio administrativo;
- Foi extinto o Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário.

- 2016: Foi concluída a fusão da Comissão de Segurança dos Combustíveis com o respectivo serviço competente.
- 2017: Foi concluída a fusão da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações com a Direcção dos Serviços de Correios, passando esta última a designar-se como Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações;
Foram extintas a Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico e a Comissão Consultiva das Pescas.
- 2018: Consoante os trabalhos de gestão das áreas marítimas, procedeu-se à reestruturação da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água.
- 2019: Foi extinto o Gabinete para as Infraestruturas de Transportes.

Tutela dos Transportes e Obras Públicas	2015	2016	2017	2018	2019/9
Trabalhadores	3 437	3 407	3 426	3 378	3 345
Veículos públicos	292	292	287	285	284
Automóveis ligeiros	153	151	148	149	149
Eléctricos / híbridos	6%	7%	8%	10%	11%
Motociclos/ciclomotores	139	141	139	136	135
Lugares reservados					
Auto-silos públicos	41	32	33	28	24
Automóveis ligeiros	33	25	26	21	17
Motociclos/ciclomotores	8	7	7	7	7
Vias públicas	15	11	10	10	4
Automóveis ligeiros	15	11	10	10	4
Motociclos/ciclomotores	0	0	0	0	0

6.2. TAXA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas procura concretizar com eficácia o Orçamento do Governo, através da optimização dos trabalhos dos serviços, de forma a assegurar uma utilização adequada do erário público. Por outro lado, foram concluídas sete leis e 37 regulamentos administrativos no actual mandato e encontram-se quatro leis e nove regulamentos administrativos na fase de processo legislativo, bem como sete propostas de lei e 19 de regulamentos administrativos na fase de elaboração. Os serviços desta tutela trataram cerca de 1300 interpelações escritas e 140 interpelações orais apresentadas pelos Deputados à Assembleia Legislativa.

Área de Transportes e Obras Públicas

PIDDA	2015	2016	2017	2018
Taxa de execução	84%	86%	88%	75%
Tutela dos Transportes e Obras Públicas	86%	88%	92%	82%
Apoio a outras tutelas	58%	60%	69%	46%

Assembleia Legislativa	2015	2016	2017	2018	2019/8
Interpelações escritas	300	264	261	301	168
Interpelações orais	30	25	29	32	24
Debates	1	2	5	4	0

6.3. GOVERNO ELECTRÓNICO

No início do actual mandato do Governo, ainda não tinha sido vulgarizada a aplicação de informação tecnológica na área dos Transportes e Obras Públicas. Ao longo dos últimos cinco anos, os serviços têm promovido esta aplicação, destacando-se a melhoria, o enriquecimento e a actualização das informações das próprias páginas electrónicas, bem como a criação de contas oficiais no WeChat e YouTube, de forma a facilitar ao público o acesso às informações relacionadas com os trabalhos do Governo.

- 2016: Foi promovida a criação, na página electrónica dos serviços, da consulta do andamento dos serviços prestados, tendo aumentado o número de tipos de pesquisa;
Criação da aplicação móvel “Localização dos Autocarros”.
- 2017: Transmissão em directo online das reuniões do CPU;
Actualização atempada, nas páginas electrónicas dos serviços, do andamento das empreitadas de maior envergadura, bem como dos dados que têm relação estreita com a vida quotidiana dos residentes;
Foi publicado o Mapa de Percursos Pedonais.
- 2018: Foram disponibilizadas, nas páginas electrónicas dos serviços, todas as informações relativas à adjudicação das obras públicas com valor superior a dez milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas;
Foi criado o serviço electrónico para pedidos de licenças relativamente ao mediador imobiliário;
Foi lançada a aplicação móvel da Rede de Informação Cadastral.

- 2019:
- Os documentos de concurso apenas são disponibilizados em suporte digital;
 - Foi criada a plataforma online para a entrega dos documentos relativos à escritura pública de compra e venda de habitação económica;
 - Criação da plataforma para apresentação dos pedidos de habitação pública online;
 - Disponibilização e actualização nas páginas electrónicas dos serviços de informações relativas à adjudicação das obras públicas com valor superior a 100 milhões de patacas;
 - Foram acrescentadas na plataforma de informações geográficas informações sobre projectos de obras no âmbito da prevenção e redução de catástrofes, itinerários rodoviários e pedonais.

CONCLUSÃO

“Servir melhor a população”. Foi com esta missão que a equipa da tutela dos Transportes e Obras Públicas iniciou, cumpriu e termina agora o mandato deste Governo.

Ao longo dos últimos cinco anos, definimos objectivos de forma pragmática e procurámos atingi-los com o mesmo pragmatismo, terminando este ciclo com a confiança de que envidámos os maiores esforços, a pensar no melhor para a nossa população e Região, mas também com a consciência de que há ainda, e sempre, muito mais a fazer.

O processo de adaptar uma cidade à mudança dos tempos e às expectativas dos residentes é contínuo, sem princípio nem fim. E quanto mais pequena for a cidade, como é o caso da nossa, e quanto maior for a Região, como é o caso da Grande Baía, em que estamos inseridos, maiores são os desafios que se apresentam no caminho. Os obstáculos que se foram enfrentando nas mais variadas áreas que esta tutela abrange nunca demoveram, porém, esta equipa, e a ambição de os ultrapassar foi sempre tão grande quanto o desejo de encontrar soluções sustentáveis, duradouras e positivas para as gerações de hoje e sobretudo para as que se seguirão.

Estamos cientes de que não é possível agradar a todos e a cada um dos nossos residentes, e sabemos que há muito a melhorar e a fazer, mas trabalhamos arduamente para podermos vir a estar onde queremos e onde precisamos de estar: no presente com olhos postos no futuro, com metas e acções frutuosas para a maioria, para a nossa cidade e para o seu posicionamento estratégico na região, no país e no mundo.

Encerra-se, assim, este ciclo com a certeza de que os esforços envidados nesta tutela não foram em vão e que eles se traduzirão, de modo global, numa melhoria da qualidade de vida da população e da atractividade da nossa Região enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, contribuindo para que Macau cumpra os seus desígnios na nova Era de progresso do país.

Comissariado contra a Corrupção

Comissariado contra a Corrupção **Balanço dos trabalhos desenvolvidos em 2019**

Em 2019, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a pautar o seu trabalho pela legalidade e seguindo a orientação da mesma valorização da repressão e da prevenção da corrupção, assegurando efectivamente o cumprimento da sua missão no combate à corrupção e na promoção da integridade. No âmbito do combate à corrupção, foi desenvolvido um esforço com base numa atitude pragmática face à procura da verdade e num espírito de persistência, combatendo, com toda a firmeza, actos de corrupção nos serviços públicos e em entidades privadas. No âmbito da provedoria de justiça, houve um empenho na fiscalização do funcionamento dos serviços públicos, prestando-se especial atenção às áreas a que a sociedade presta mais importância, tratando os actos administrativos ilegais ou irregulares atempadamente e apresentando sugestões para a sua correcção. Para além disso, o CCAC participou também activamente nos trabalhos relativos à avaliação da conformidade com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e foram reforçadas as capacidades profissionais do pessoal através da participação em conferências, reuniões e actividades de formação a nível internacional e regional. Acções de promoção dos valores de integridade foram igualmente desenvolvidas de forma regular e diversificada, com o intuito de expandir a rede de relações comunitárias e angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

I. No âmbito do combate à corrupção

Em 2019, os trabalhos do combate à corrupção do CCAC continuaram a ser desenvolvidos sempre dentro da legalidade, com uma atitude pragmática na procura da verdade, e de forma rigorosa e discreta, demonstrando plenamente o espírito de persistência e firmeza do pessoal do CCAC no combate à corrupção, investigando até ao fim todos os casos. Manteve-se a aposta constante no reforço das técnicas de execução da lei no âmbito do combate à corrupção e no aperfeiçoamento dos respectivos equipamentos, alcançando-se assim os objectivos e os resultados previstos e pretendidos nas linhas de acção governativa do CCAC.

Até ao final de Setembro de 2019, o CCAC recebeu e tratou 860 pedidos de consulta e 447 queixas e denúncias, de entre os quais, 548 pedidos de consulta e 87 casos de queixa foram objecto do devido acompanhamento por parte do pessoal da área do combate à corrupção, sendo que este número corresponde basicamente ao mesmo quando em comparação com o número de casos tratados no mesmo período do ano transacto.

Em 2019, o CCAC conseguiu resolver com sucesso o caso de corrupção que envolveu o aproveitamento de poderes funcionais com vista a obter interesses de forma ilegal e corrupção passiva para acto ilícito, envolvendo pessoal dos principais cargos de direcção

e chefia do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau no âmbito dos procedimentos de apreciação dos pedidos de imigração por investimentos. O referido caso foi descoberto na sequência de uma investigação, no ano anterior, de diversos casos suspeitos de obtenção fraudulenta de autorizações de residência em Macau através da utilização de documentos falsificados no âmbito dos pedidos de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados” e de “imigração por investimentos relevantes”, a partir dos quais, o CCAC procurou proceder a uma investigação subsequente mais aprofundada com base nos indícios existentes, tendo o seu pessoal envidado incessantes esforços na análise detalhada das inúmeras provas complexas, e assim conseguido, por fim, resolver o referido caso com êxito. A conclusão da investigação deste caso provocou uma atitude mais determinada, por parte da entidade competente, no desenvolvimento dos trabalhos visando colmatar as lacunas existentes no sistema de imigração e aperfeiçoar a política de importação de pessoal qualificado.

Nos últimos anos, o CCAC recebeu várias queixas e denúncias relativas a situações de fraude relacionadas com os subsídios concedidos pelo Governo e com o erário público, pelo que, para além da investigação e tratamento dos casos de corrupção, o CCAC combateu igualmente de forma severa tais crimes relacionados com os bens do domínio público, o abuso de funções públicas e outros crimes que prejudicam o interesse público, no cumprimento das suas competências nos termos da lei. A par disso, o CCAC tem vindo a adoptar uma estratégia de combate à corrupção simultânea no sector público e no sector privado. Nos últimos anos, registou-se uma tendência crescente do número de queixas e denúncias, recebidas pelo CCAC, relativamente à gestão de operadoras de jogo ou de hotéis de grande envergadura. Essas queixas e denúncias incidiram, principalmente, em problemas relacionados com irregularidades no decorrer da abertura de concursos de obras, de aquisição de materiais, de recrutamento e promoção de pessoal. O CCAC tem vindo a prestar atenção ao risco de se registarem crimes de corrupção no sector privado derivados, eventualmente, a esses problemas, e procurará assegurar a integridade e justiça de Macau, promovendo uma gestão honesta e o desenvolvimento saudável das entidades privadas.

Para além disso, este ano é marcado pelo 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, e também é o ano da eleição para o quinto mandato do Chefe do Executivo de Macau, neste âmbito tem o CCAC cumprido nos termos da lei, a sua competência de fiscalização no que respeita à referida eleição, no sentido de assegurar que o procedimento eleitoral para o Chefe do Executivo decorresse de forma íntegra, imparcial e sem sobressaltos, bem como deu o devido contributo para a eleição do novo Chefe do Executivo para que este tenha a confiança e o apoio da população de Macau e para a prática bem-sucedida de “um país, dois sistemas” em Macau.

II. No âmbito da provedoria de justiça

Em 2019, o CCAC continuou, como sempre, a desempenhar as funções da provedoria de justiça em cumprimento da lei, procedendo à investigação, com seriedade, de todos os casos

provenientes das queixas e das denúncias recebidas, bem como dos casos instaurados por iniciativa própria. Quando foram detectadas ilegalidades ou situações de irregularidades no âmbito dos procedimentos administrativos dos serviços públicos, o CCAC actuou de forma imediata e recomendou aos serviços envolvidos que procedessem às respectivas correcções, avaliando os motivos das falhas a partir dos mecanismos em causa e apresentando as respectivas propostas de melhoramento. Até ao final de Setembro de 2019, o CCAC recebeu 360 queixas e denúncias da área da provedoria de justiça e os pedidos de consulta totalizaram os 312.

O CCAC continuou a fiscalizar de perto as áreas de particular preocupação da sociedade, designadamente no que respeita à concessão de terrenos e ao recrutamento de trabalhadores da função pública, sendo que no decorrer dessa fiscalização o CCAC reparou que perante situações em que já há muito se encontrava em vigor legislação reguladora dessas áreas, ainda assim existiam serviços públicos que não cumpriam as respectivas normas com rigorosidade, proferindo decisões administrativas ilegais ou irregulares, prejudicando, de certa maneira, o interesse público e o prestígio da Administração Pública, e isso é merecedor de uma maior atenção a ser prestada por parte do Governo da RAEM.

A fim de satisfazer as exigências da sociedade quanto ao reforço da construção de uma sociedade íntegra, e tendo em conta as sugestões formuladas pelo grupo de especialistas das Nações Unidas no âmbito da avaliação de conformidade, por parte da RAEM, da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o CCAC, depois de fazer uma análise aos casos resolvidos nos últimos anos e de comparar com os regimes jurídicos de combate à corrupção das regiões vizinhas, procedeu a estudos de revisão relativamente ao respectivo regime jurídico penal e ao regime disciplinar dos trabalhadores da função pública, prevendo-se que as propostas com vista a apresentar sugestões para aperfeiçoamento dos respectivos regimes jurídicos sejam formuladas em breve.

Por outro lado, a nossa Pátria estará sujeita, brevemente, ao segundo ciclo de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, estando a RAEM, enquanto região onde se aplica também a dita Convenção, sujeita igualmente à mesma avaliação. Nestes termos, o CCAC já procedeu, juntamente com outros serviços competentes, ao preenchimento do questionário de auto-avaliação relativo à situação de cumprimento da referida Convenção por parte da RAEM, sendo que vai continuar a acompanhar os respectivos trabalhos de avaliação no decorrer do próximo ano.

III. No âmbito da sensibilização e das relações comunitárias

Em 2019, o CCAC continuou a desenvolver acções de sensibilização para a integridade destinadas a diversos sectores da sociedade. Entre Janeiro e Setembro, foram organizadas 381 palestras e colóquios, contando com a participação de 20.211 pessoas, de entre trabalhadores da função pública, empregados de entidades comerciais, a generalidade dos cidadãos, jovens e estudantes do ensino infantil, primário e secundário, abrangendo, o

teor destas iniciativas, nomeadamente o carácter nobre e conduta íntegra, a integridade e dedicação ao público, a declaração de bens patrimoniais e interesses e a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado.

O CCAC tem dado grande importância às acções de sensibilização sobre a integridade junto da juventude. Em 2019, actividades de promoção dos valores de integridade foram realizadas de forma diversificada, concretamente no âmbito do “Programa de Educação para a Honestidade da Juventude”, da “Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas”, do “Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário – Nova Geração Íntegra”, do teatro de educação para a integridade da “Série de Actividades de Detective em Escolas com o Guilherme” e de “Uma Nova Geração Criativa e Honesta – Concurso de Colagem para Pais e Filhos/Concurso de Pintura Criativa”.

Com o intuito de incentivar os trabalhadores do sector educativo a implementar a educação sobre a integridade junto dos estudantes, o CCAC actualiza constantemente os respectivos materiais didácticos, nomeadamente acrescentando na página electrónica intitulada “Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade” projectos pedagógicos e instrumentos pedagógicos para destinatários distintos, procedendo também à elaboração de uma edição do material didáctico «Pensar e Actuar» para o ensino secundário complementar, prevendo-se que este material estará disponível para ser utilizado por professores no ano lectivo 2019/2020.

As duas Delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa continuaram a disponibilizar aos cidadãos meios convenientes para a apresentação de queixas, denúncias e pedidos de consulta. O Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa participou activamente em actividades comunitárias e visitas, com vista a angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

IV. No âmbito do intercâmbio e da cooperação com o exterior

Em 2019, o CCAC organizou e enviou delegações para participarem em diversos encontros, nomeadamente em Guangzhou onde participaram numa reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização da Província de Guangdong e a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, tendo ali sido abordados conjuntamente temas relativos às acções de cooperação em prol da promoção da integridade na zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau; em Hong Kong para participar no 7.º Simpósio Internacional da ICAC, tendo ali sido abordadas profundamente as questões relativas à execução da lei, ao Estado de Direito, às medidas para a prevenção da corrupção e à participação das comunidades, promovidas pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; em Hangzhou para frequência da 2.ª Edição do Curso de Estudo sobre os Assuntos Nacionais destinado aos investigadores do CCAC, organizado pelo Colégio da Polícia de Zhejiang, tendo ali sido aprendidos os conhecimentos mais recentes relativos ao carácter profissional policial e à situação do desenvolvimento nacional; em Viena de Áustria

para participar, juntamente com a delegação nacional, nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, tendo ainda enviado outra representação a Viena para participar, enquanto especialista da avaliação, na formação relativa ao segundo ciclo de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção organizada pelo Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; bem como enviou ainda pessoal a Canberra, na Austrália, para participar na 22.ª Reunião Plenária Anual do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais.

Por outro lado, foram recebidas, respectivamente, pelo CCAC, diversas delegações da Provedoria da Justiça de Hong Kong, da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, da Comissão Anti-Corrupção do Bangladesh, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, entre outras. O CCAC e os membros das referidas delegações trocaram experiências profissionais, aprofundando-se as relações de cooperação e de intercâmbio.

Comissariado da Auditoria

Execução das Linhas de Acção para 2019

De harmonia com os objectivos delineados nas linhas de acção governativa, o Comissariado da Auditoria (CA), no âmbito da função de fiscalização que lhe compete, tem vindo a desenvolver em 2019 as actividades de auditoria de forma consistente. O CA empenhou-se em alargar o âmbito de cobertura da auditoria, otimizar as metodologias de auditoria e prestar atenção às matérias relacionadas com o bem-estar da população, com vista a promover o aperfeiçoamento da administração pública, a qualidade dos serviços públicos e a valorização dos seus recursos, nomeadamente, através dos relatórios de auditoria a diversos empreendimentos ou programas públicos e respectivo acompanhamento das sugestões ou opiniões de auditoria suscitadas.

Auditoria financeira baseada em tecnologias de informação e comunicação

A auditoria às contas do Governo é uma actividade permanente do CA. Em 2019, o CA auditou as contas com incidência na legalidade, fiabilidade e eficácia das receitas e despesas, tendo concluído o “Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2018” conforme a calendarização estabelecida. No corrente ano, a auditoria à “Conta ordinária integrada do Governo” reflecte os valores contabilísticos totais das receitas, das despesas e dos activos de cerca de 141,3 mil milhões de patacas, 83 mil milhões de patacas e 156,1 mil milhões de patacas, respectivamente. Esta Conta abrange os dados financeiros da Caixa de Tesouro do Governo e de 43 serviços integrados, bem como as contas de gerência de 12 serviços dotados de autonomia administrativa e de 39 entidades autónomas, envolvendo cerca de 1 870 mil registos contabilísticos. A nota da Reserva Financeira incluída no Relatório da “Conta ordinária integrada do Governo” apresenta um saldo final da Reserva Financeira de cerca de 508,8 mil milhões de patacas, envolvendo cerca de 790 mil registos contabilísticos. Relativamente à “Conta agregada dos organismos especiais”, os rendimentos, os gastos e os activos totalizam, respectivamente, cerca de 20,2 mil milhões de patacas, 12,5 mil milhões de patacas e 399,7 mil milhões de patacas, envolvendo cerca de 1 510 mil registos contabilísticos de 8 organismo especiais.

O volume de trabalho de auditoria da “Conta agregada dos organismos especiais” e da Reserva Financeira tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos anos, nomeadamente devido à contínua e crescente complexidade das teorias e práticas contabilísticas das contas elaboradas no regime contabilístico de acréscimo. Para além disso, tem-se verificado uma diversificação de modalidades de investimentos financeiros cada vez mais complexas, nomeadamente dos instrumentos financeiros derivados de investimentos para cobertura de risco (*hedging*) e em “títulos não transacionáveis em bolsa” na forma de fundos aplicados com riscos acrescidos por alguns organismos especiais, a fim de otimizar as retribuições dos fundos próprios. Para enfrentar estes novos desafios, nomeadamente a de verificar a situação real no final de cada ano dos referidos investimentos e estimativa do seu valor, o Comissariado da Auditoria tem vindo a reforçar a qualificação dos recursos humanos de auditoria.

Com a publicação da Lei do Enquadramento Orçamental e a sua entrada em vigor, o Governo da RAEM implementou o novo regime de contabilidade pública, e o Comissariado da Auditoria teve de actualizar, por esse motivo, o Despacho do Comissário da Auditoria, por forma a recolher com eficiência e eficácia as contas e informações financeiras dos sujeitos a auditoria. Como as funcionalidades do programa de auditoria actual não se coaduna no seu todo com os requisitos do novo regime financeiro, o Comissariado da Auditoria assumiu uma atitude pró-activa celebrando um Memorando de Cooperação com o Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional e constituindo como mandatário o Centro de Tecnologia Informática para assegurar uma plena fiscalização técnica de actualização e modificação do Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau), trabalho este já iniciado conforme plano estabelecido. Paralelamente, para dar execução às directrizes delineadas nas linhas de acção governativa quanto à promoção do Governo Electrónico, o Comissariado da Auditoria desenvolveu por si próprio um “Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos” em resposta ao novo regime de contabilidade pública para uso dos serviços públicos, com vista a apoiá-los na verificação prévia dos formatos adequados e da integridade dos ficheiros antes de os mesmos serem remetidos ao Comissariado e desta forma elevar a eficiência dos respectivos procedimentos. Antes do lançar o Programa de verificação de dados electrónicos, o CA realizou sessões de apresentação para todos os serviços públicos para assegurar a plena transição do antigo para o novo Programa e sua aplicação adequada.

Auditorias de resultados e específicas

Através de auditorias de resultados e específicas, o CA tem em vista não só prestar atenção aos resultados de execução das políticas definidas pelo Governo da RAEM e executadas por parte dos sujeitos a auditoria, como também identificar, de forma fundamentada, os problemas relevantes. O CA tem apresentado sugestões e opiniões pertinentes sobre as acções da administração pública que produzem impactos negativos, tendo em vista melhorar o desempenho das funções dos serviços públicos, procurar eliminar as lacunas existentes e evitar a repetição de negligências ou de erros semelhantes.

O relatório de auditoria de resultados divulgado no presente ano reporta-se especificamente ao processo da reforma da Administração Pública, centrando a sua atenção na definição das políticas e na situação de gestão e coordenação por parte do sujeito a auditoria, alertando o mesmo para serem analisados os pontos fracos que influenciam vários serviços públicos e a população, tendo em consideração uma perspectiva conjuntural na definição de soluções eficazes para uma pronta e rigorosa correcção de problemas.

O CA aplicou em todos os projectos de auditoria medidas de controlo de qualidade. O CA dispõe ainda de uma estrutura de auditoria interna que funciona com autonomia e é responsável por verificar os procedimentos de auditoria, assegurando, assim, a exactidão e a confiabilidade dos relatórios de auditoria.

Formação de pessoal

Para elevar a qualidade global das equipas de auditoria, o CA tem proporcionado aos quadros técnicos oportunidades de actualização ou valorização profissional através da sua participação regular em cursos ou outras acções de formação. Com o valioso apoio do Gabinete de Auditoria Nacional (GAN), o CA continuou a incentivar os seus profissionais para participarem no curso de “Auditoria Informática – nível intermédio” realizado na Universidade de Auditoria de Nanjing, a fim de reforçar a qualificação dos mesmos em diversas valências, nomeadamente nos domínios de contabilidade e de tecnologias de informática.

Intercâmbio na área de auditoria

Em Março deste ano a Auditora-Geral do Gabinete de Auditoria Nacional, Hu Zejun chefiou uma delegação de visita ao Comissariado da Auditoria de Macau, onde teve um encontro com mais de 80 trabalhadores do CA para trocar opiniões sobre a aplicação do “Programa Informático de Auditoria *in loco*”, a partilha de experiências dos formandos em vários cursos de formação organizados pelo GAN, a cobertura integral da auditoria e as prioridades dos mega dados na auditoria, bem como o desenvolvimento actual da 3.ª fase do “projecto de auditoria de ouro” (expressão por extenso, Projecto de Desenvolvimento da Informatização da Auditoria Nacional da China).

No que se refere a eventos internacionais, a convite do GAN, o Comissário da Auditoria, como membro da delegação da China, participou no XXIII Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INCOSAI) que decorreu em Setembro, em Moscovo, durante o qual teve a oportunidade de trocar opiniões sobre a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria com os dirigentes máximos das instituições congéneres. A convite do Tribunal de Contas de Portugal, uma delegação do CA participou, também, no 1º Seminário EUROSAI-AFROSAI realizado em Lisboa, em Novembro, por ocasião do 170º aniversário daquela Instituição.

Ainda em Novembro, o pessoal do CA prosseguiu a sua participação no Seminário anual sobre “Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2019” organizado pela Sociedade de Auditoria da China e realizado em Nan Tou, Taiwan. No mesmo mês o CA foi convidado e participou, no Fórum de Auditoria Cantão-Hong Kong-Macau organizado pelo Departamento de Auditoria da província de Guangdong, que decorreu na cidade de Hui Zhou e no qual foi abordada a temática de “A Auditoria apoia o desenvolvimento da Grande Baía”.

Cultura de auditoria

Em 2019, o CA continuou a empenhar-se na divulgação dos benefícios da auditoria, através de acções de sensibilização realizadas por quadros técnicos especializados, tendo sido realçada a importância da actividade de auditoria, nomeadamente no domínio da boa aplicação dos dinheiros públicos e tendo como principais destinatários os trabalhadores

dos serviços públicos, os estudantes do ensino superior, as principais associações e os *think-tanks*.

Por outro lado, o CA está dotado de um mecanismo procedimental para os cidadãos apresentarem as suas queixas e opiniões sobre a qualidade de serviços prestados pelos serviços e organismos públicos, nomeadamente de problemas relacionados com o funcionamento inadequado dos serviços ou de desperdício de recursos por parte do pessoal do Governo, as quais são objecto de acompanhamento por parte do CA ou encaminhadas para os competentes serviços públicos para serem estudadas ou solucionadas.

Conclusão

No início da sua actividade o CA limitava-se a efectuar auditorias básicas às tarefas dos serviços públicos, mas, no decurso dos últimos dez anos de contínua investigação e desenvolvimento, o CA tem vindo a empenhar-se na melhoria da qualidade das auditorias, alcançando novos patamares de exigência e de actualização, passando assim a ser um serviço de fiscalização mais abrangente e de maior credibilidade no seio dos sectores da sociedade e dos órgãos de comunicação social.

Progressivamente o CA tem vindo a realizar de auditorias em torno das acções mais relevantes do Governo da RAEM, principalmente na prestação de apoio ao Governo na detecção de riscos, na garantia de uma boa execução das políticas, na verificação do cumprimento das leis e regulamentos e identificação, entre outras situações, do incumprimento ou cumprimento defeituoso da lei e da prevalência de algumas práticas em detrimento da lei, com vista a empenhar-se na aferição da eficiência e eficácia do desempenho dos serviços públicos e no apuramento de eventuais responsabilidades dos sujeitos a auditoria. No entanto, tem-se constatado que determinados sujeitos a auditoria não tomaram em devida consideração os trabalhos de acompanhamento e aperfeiçoamento depois da divulgação dos relatórios, o que, por um lado, demonstra uma insuficiente consciência do importante contributo da auditoria pública para a execução da acção governativa e, por outro, reflecte uma resistência ao cumprimento das recomendações de fiscalização bem como falta de consciencialização dos serviços públicos para o dever do seu acatamento. Esta situação merece toda a atenção e ponderação, pelos reflexos negativos que acarreta para o Governo na prossecução das suas acções de boa governação.

O CA tem vindo a prosseguir os valores e a finalidade de promoção da boa governança pública e para o efeito incentiva o uso dos recursos públicos baseado nos critérios de economia, eficiência e eficácia, esperando que os serviços públicos compreendam o contributo relevante do papel da auditoria na boa gestão pública e proporcionando um ambiente de auditoria de confiança mútua, sempre com a finalidade última de melhor servir o desenvolvimento socioeconómico de Macau.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2020
— Síntese —**

ORÇAMENTO ORDINÁRIO INTEGRADO DA RAEM PARA O ANO ECONOMICO DE 2020
- MAPA SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 PROPOSTA	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 PROPOSTA
RECEITAS CORRENTES	116,812,231,700.00		
01 Impostos directos	9,236,952,800.00	101 Governo da RAEM	21,957,900.00
02 Impostos indirectos	4,976,004,700.00	102 Gabinete do Chefe do Executivo	349,105,400.00
03 Taxas, multas e outras penalidades pecuniárias	1,589,175,200.00	103 Conselho Executivo	29,907,600.00
04 Rendimentos da propriedade	706,623,900.00	104 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	49,004,700.00
05 Receitas das concessões	98,626,363,500.00	105 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	52,027,300.00
06 Receitas financeiras	409,541,500.00	106 Gabinete do Secretário para a Segurança	41,510,800.00
07 Venda de bens e serviços	878,906,300.00	107 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	73,789,500.00
08 Transferências	252,325,100.00	108 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	29,700,500.00
09 Contribuições para regimes de protecção social	79,542,600.00	201 Polícia Judiciária	1,173,144,900.00
19 Outras receitas correntes	56,796,100.00	202 Direcção dos Serviços de Finanças	623,794,500.00
		203 Direcção dos Serviços de Economia	255,046,400.00
		204 Direcção dos Serviços de Identificação	312,343,900.00
		205 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	210,044,700.00
		206 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	94,644,400.00
		207 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	307,224,700.00
		208 Direcção dos Serviços de Turismo	374,360,100.00
		209 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	496,077,100.00
		210 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	517,210,500.00
		211 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	494,330,400.00
		212 Gabinete de Comunicação Social	170,537,400.00
		213 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	177,853,900.00
		215 Conselho dos Magistrados Judiciais	217,400.00
		216 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	308,030,400.00
		217 Serviços de Polícia Unitários	55,139,500.00
		219 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	3,052,576,400.00
		220 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	1,016,480,700.00
		222 Comissão de Desenvolvimento de Talentos	16,383,700.00
		223 Comissão de Perícia do Erro Médico	8,951,900.00
		224 Centro de Mediação de Litígios Médicos	3,245,200.00
		225 Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional	81,990,000.00
		301 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	71,672,300.00
		302 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	231,714,700.00
		303 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	40,815,700.00
RECEITAS DE CAPITAL	5,885,053,800.00		
21 Venda de instalações e equipamentos	173,777,600.00		
22 Activos financeiros	757,420,300.00		
24 Venda de acções e outras participações	202,000.00		
29 Outras receitas de capital	4,953,653,900.00		
Receta do orçamento ordinário integrado	122,697,285,500.00		

ORÇAMENTO ORDINÁRIO INTEGRADO DA RAEM PARA O ANO ECONÓMICO DE 2020
- MAPA SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 PROPOSTA	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 PROPOSTA
		304 Gabinete de Informação Financeira	39,922,100.00
		305 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	54,921,500.00
		309 Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	74,569,400.00
		501 Instituto Cultural	1,123,206,500.00
		502 Instituto do Desporto	246,883,700.00
		503 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	12,617,300.00
		504 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	5,985,857,200.00
		505 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	7,582,453,100.00
		506 Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,050,079,500.00
		507 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	4,867,900.00
		508 Direcção dos Serviços Correccionais	702,960,600.00
		509 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	27,226,000.00
		510 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	1,074,318,600.00
		511 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	12,847,900.00
		512 Delegação Económica e Cultural de Macau	18,141,500.00
		513 Direcção dos Serviços do Ensino Superior	118,632,300.00
		601 Plano de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração	11,971,033,500.00
		611 Pensões e Reformas	7,570,400.00
		612 Despesas Comuns	21,758,866,500.00
		613 Consignações, participações e transferências orçamentais	6,871,130,200.00
		701 Serviços de Saúde	9,069,752,200.00
		702 Instituto de Acção Social	3,939,355,600.00
		703 Imprensa Oficial	102,062,700.00
		704 Instituto de Habitação	527,484,000.00
		705 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	759,117,100.00
		706 Autoridade de Aviação Civil	98,059,700.00
		707 Instituto Politécnico de Macau	929,890,400.00
		708 Universidade de Macau	2,851,491,800.00
		709 Cofre dos Assuntos de Justiça	221,674,000.00
		710 Conselho de Consumidores	53,071,700.00
		711 Instituto de Formação Turística de Macau	459,240,000.00
		712 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	60,733,600.00
		713 Obra Social do Corpo de Bombeiros	9,214,700.00

ORÇAMENTO ORDINÁRIO INTEGRADO DA RAEM PARA O ANO ECONÓMICO DE 2020
- MAPA SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 PROPOSTA	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 PROPOSTA
		714 Comissariado da Auditoria	179,889,000.00
		715 Gabinete do Procurador	485,780,700.00
		716 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	711,991,100.00
		717 Comissariado Contra a Corrupção	384,427,200.00
		718 Assembleia Legislativa	203,706,300.00
		720 Obra Social dos Serviços de Alfândega	3,976,100.00
		721 Obra Social da Direção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2,342,800.00
		722 Obra Social da Polícia Judiciária	7,341,100.00
		723 Instituto para os Assuntos Municipais	3,350,674,700.00
		801 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	2,235,056,700.00
		802 Fundo para Bomificações do Crédito à Habitação	2,095,800.00
		803 Fundo de Acção Social Escolar	386,754,900.00
		804 Fundo do Desporto	947,929,600.00
		805 Fundo de Cultura	444,374,100.00
		806 Fundo de Turismo	884,702,500.00
		807 Fundo Social da Administração Pública de Macau	50,927,500.00
		808 Fundo Correccional	7,050,200.00
		809 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	448,387,000.00
		810 Fundo de Desenvolvimento Educativo	803,663,900.00
		811 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	11,722,000.00
		812 Fundo de Reparação Predial	49,140,300.00
		813 Fundo dos Pandas	3,696,300.00
		814 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	13,930,900.00
		815 Fundo das Indústrias Culturais	244,799,100.00
		816 Fundo de Garantia de Créditos Laborais	26,263,800.00
		817 Fundo do Ensino Superior	238,575,300.00
		Despesa do orçamento ordinário integrado	100,689,286,600.00
		Saldo do orçamento ordinário integrado	
		Saldo do orçamento central	20,788,333,300.00
		Saldo da execução orçamental dos organismos autónomos	1,219,665,600.00
		Saldo do orçamento ordinário integrado	22,007,998,900.00
		Despesa e saldo do orçamento ordinário integrado	122,697,285,500.00

ORÇAMENTO AGREGADO E ORÇAMENTO AGREGADO DE INVESTIMENTO DOS ORGANISMOS ESPECIAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2020

- MAPA SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2020 PROPOSTA	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2020 PROPOSTA
RECEITAS CORRENTES	20,708,789,200.00		
03 Taxas, multas e outras penalidades pecuniárias	664,320,200.00	901 Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	628,149,300.00
04 Rendimentos da propriedade	90,297,000.00	902 Caixa Económica Postal	70,861,900.00
05 Receitas das concessões	3,131,424,000.00	903 Fundo de Pensões	2,887,045,900.00
06 Receitas financeiras	7,487,324,800.00	904 Autoridade Monetária de Macau	3,104,719,800.00
07 Venda de bens e serviços	557,773,800.00	905 Fundo de Segurança Social	5,540,033,200.00
08 Transferências	6,875,601,200.00	906 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	8,934,900.00
09 Contribuições para regimes de protecção social	1,888,869,200.00	907 Fundação Macau	3,016,734,300.00
19 Outras receitas correntes	13,179,000.00	908 Fundo de Garantia de Depósitos	3,387,100.00
Receita do orçamento agregado dos organismos especiais	20,708,789,200.00	Despesa do orçamento agregado dos organismos especiais	15,259,866,400.00
		Resultado líquido do exercício dos organismos especiais	5,448,922,800.00
		Despesa do orçamento agregado e resultado líquido do exercício dos organismos especiais	20,708,789,200.00
		Despesa do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais	
		901 Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	112,738,000.00
		902 Caixa Económica Postal	-
		903 Fundo de Pensões	930,000.00
		904 Autoridade Monetária de Macau	142,524,600.00
		905 Fundo de Segurança Social	25,060,000.00
		906 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	-
		907 Fundação Macau	668,927,900.00
		908 Fundo de Garantia de Depósitos	-
		Despesa do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais	950,180,500.00